

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
CURSO DE MESTRADO EM TEOLOGIA**

**MIGUEL FERNANDO RIGONI**

**O IMPACTO DA VISÃO DE SEXUALIDADE SOBRE O  
PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE**

**CURITIBA**

**2013**

**MIGUEL FERNANDO RIGONI**

**O IMPACTO DA VISÃO DE SEXUALIDADE SOBRE O  
PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia Área de concentração: Teologia Sistemático-Pastoral, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

**CURITIBA**

**2013**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

R572i  
2013 Rigoni, Miguel Fernando  
O impacto da visão de sexualidade sobre o planejamento da parentalidade /  
Miguel Fernando Rigoni ; orientador, Mário Antonio Sanches. -- 2013  
143 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2013  
Bibliografia: f. 126-129

1. Planejamento familiar. 2. Bioética. 3. Reprodução humana. 4. Teologia. I.  
Sanches, Mário Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 200



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 059**  
**DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**  
**MIGUEL FERNANDO RIGONI**

Aos quinze dias, do mês de julho de dois mil e treze, às onze horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Mário Antonio Sanches, Francisco Javier de la Torre Díaz e Marcio Luiz Fernandes, para examinar a Dissertação do candidato, **Miguel Fernando Rigoni**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e onze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: "O IMPACTO DA VISÃO DE SEXUALIDADE SOBRE O PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE". O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 12 h 50 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Prof.Dr. Mário Antonio Sanches \_\_\_\_\_  
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Javier de la Torre Díaz \_\_\_\_\_  
Convidado Externo

Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes \_\_\_\_\_  
Convidado Interno

**CIENTE**



Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR

À Rosana, minha esposa, e aos meus  
filhos Luís Fernando e Gabriel, por todo o  
amor, que me fazem perceber  
o imenso valor de uma família.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida, bênção e proteção ao longo desta jornada.

A minha família pelo apoio, dedicação e amor.

Ao Profº Drº Mário Antônio Sanches pela colaboração e valorização do meu tema, motivando e incentivando nas ultrapassagens dos obstáculos encontrados durante o processo de realização deste trabalho.

Ao Profº Drº Javier de la Torre Díaz e a Dra. Maria Del Carmen Massé Garcia, da Cátedra de Bioética da Universidade Pontifícia de Comillas, Madri, na Espanha, pela confiança e pelo apoio fundamental e indispensável na etapa final do trabalho.

A todo o corpo docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que, com brilhantismo, soube transmitir seus conhecimentos e suas orientações, garantindo o repasse de informações e ensinamentos.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, tornaram possível a elaboração deste trabalho.

A sexualidade é uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano. Torna-se assim, uma das mais privilegiadas dimensões de sua manifestação subjetiva, histórica e social.

(NUNES e SILVA, 2000, p. 2)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar temas significativos a respeito da sexualidade humana para embasar a formulação de descritores, que serão utilizados na verificação do impacto da sexualidade no planejamento da parentalidade responsável, isto é, ser pai e ser mãe, materializado em um questionário, a ser validado como instrumento de pesquisa nessa área. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre sexualidade humana com as interfaces da Teologia e da Bioética, envolvendo tanto aspectos historiográficos no ocidente durante a antiguidade clássica e a idade moderna quanto o reexame dos documentos da Igreja sobre o assunto. A Bioética foi trazida para contribuir nos debates sobre sexualidade e reprodução humana. Os onze descritores propostos sobre sexualidade foram submetidos a duas etapas de uma técnica denominada de grupo nominal, que contou com a participação de quinze especialistas. Os experts opinaram sobre cada um desses descritores, assinalando, dentre as três possibilidades, ditas indispensável, necessário e dispensável, a alternativa que se lhes parecia adequada e, também, puderam atribuir uma nota ao descritor, entre zero e seis. O resultado de ambas as etapas, uma delas não presencial e, a outra, presencial, implicou na revisão dos descritores propostos sobre sexualidade, restando excluídos quatro deles, eis que não apresentavam relação direta e imediata com a presença e ou ausência de um projeto de parentalidade.

**Palavras-chave:** Parentalidade. Planejamento familiar. Teologia. Bioética. Sexualidade.



## **ABSTRACT**

This study aims to identify issues regarding human sexuality to assist the formulation of descriptors that will be used to verify the impact of sexuality in the planning of responsible parenting, that is, being a father and a mother, materialized in a survey, to be validated as a tool for research in this area. We performed an literature review on human sexuality with interfaces in Theology and Bioethics, involving both historiography in the West during classical antiquity and the modern age as the review of the documents of the Church on the subject. Bioethics was brought to contribute in debates about sexuality and human reproduction. The eleven proposed descriptors about sexuality underwent two stages of a technique called nominal group, which was attended by fifteen experts. Such experts say about each of these descriptors, pointing out, among the three possibilities, said essential, necessary and unnecessary, the alternative that seemed appropriate to them, and also could assign a grade to the descriptor, from zero to six. The result of both steps, a non-face and another face, entailed the review of the proposed descriptors on sexuality, remaining excluded five of them, behold, they had no direct and immediate relationship with the presence or absence of a parenting project.

**Keywords:** Parenting. Family planning. Theology. Bioethics. Sexuality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Gênero .....	22
Gráfico 2 – Instituição onde atua .....	22
Gráfico 3 – Graduação .....	23
Gráfico 4 – Área de Pós-graduação .....	23
Gráfico 5 – Maior Titulação .....	24
Gráfico 6 – Atuação .....	24
Gráfico 7 - Descritor 01 - Identificação de gênero .....	89
Gráfico 8 - Descritor 02 - Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas .....	89
Gráfico 9 - Descritor 03 - Religião: pertença / grau de participação .....	90
Gráfico 10 - Descritor 04 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho ...	91
Gráfico 11 - Descritor 05 - Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho	92
Gráfico 12 - Descritor 06 - Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho .....	92
Gráfico 13 - Descritor 07 - Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho .....	93
Gráfico 14 - Descritor 08 - Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho .....	93
Gráfico 15 - Descritor 09 - A gravidez do primeiro/último filho fora planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar .....	94
Gráfico 16 - Descritor 10 - Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho .....	96
Gráfico 17 - Descritor 11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho .....	97
Gráfico 18 - Descritor 12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/último filho .....	101
Gráfico 19 - Descritor 13 - O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho .....	101
Gráfico 20 - Descritor 14 - O cuidado do primeiro/último filho se tornou preocupação constante .....	102

Gráfico 21 - Descritor 15 - A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho .....	103
Gráfico 22 - Descritor 16 - A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem .....	104
Gráfico 23 - Descritor 17 - A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança .....	104
Gráfico 24 - Descritor 18 - Ocorrência de aborto no núcleo familiar .....	105
Gráfico 25 - Descritor 30 - Uso de contraceptivo antes da gravidez do primeiro/último filho .....	108
Gráfico 26 - Descritor 31 - Ocorrência de separação do casal devido à possibilidade de ter um filho doente .....	109
Gráfico 27 - Descritor 32 - Decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente .....	110
Gráfico 28 - Descritor 33 - Realização pessoal/alegria em ter o filho .....	110
Gráfico 29 - Descritor 34 - Vínculo afetivo materno/paterno do entrevistado ..	111
Gráfico 30 - Descritor 35 - Onde recebeu informações sobre sexualidade: família/escola/comunidade religiosa .....	112
Gráfico 31 - Descritor 36 - Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de engravidar .....	112
Gráfico 32 - Descritor 37 - Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de adquirir doença .....	114
Gráfico 33 - Descritor 38 - Idade de início de sua atividade sexual .....	114
Gráfico 34 - Descritor 39 - Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença ao grupo / afirmação da identidade) .....	117
Gráfico 35 - Descritor 40 - Ocorrência de abusos sexuais de criança na família .....	118

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIC	Catecismo da Igreja Católica
DCE	<i>Deus Caritas Est</i>
DV	<i>Donum Vitae</i>
ed.	Edição
Ed.	Editor
FC	<i>Familiaris Consortio</i>
FR	<i>Fides Et Ratio</i>
GE	Grupo de Especialistas
GP	Grupo de Pesquisadores
GS	<i>Gaudium Et Spes</i>
HV	<i>Humanae Vitae</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LG	<i>Lumen Gentium</i>
MD	<i>Mulieris Dignitatem</i>
p.	Página
PESB	Pesquisa Social Brasileira
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGT	Programa de Pós-Graduação em Teologia
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SH	Sexualidade Humana
SPSS	Statistical Package for Social Science
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VS	<i>Veritatis Splendor</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 CONTEXTO DO PROJETO .....	14
1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES .....	16
1.3 METODOLOGIA.....	17
<b>1.3.1 Etapas da pesquisa</b> .....	<b>17</b>
<b>1.3.2 Relatório da técnica do grupo nominal</b> .....	<b>19</b>
1.4 A QUESTÃO DE PROJETO DE PARENTALIDADE .....	25
<b>2 PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE E SEXUALIDADE</b> .....	<b>31</b>
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA SEXUALIDADE.....	31
<b>2.1.1 A sexualidade na antiguidade clássica</b> .....	<b>32</b>
<b>2.1.2 A Sexualidade na idade moderna</b> .....	<b>47</b>
<b>2.1.3 Sexualidade e bioética</b> .....	<b>57</b>
<b>2.1.4 Tendências brasileiras na prática da sexualidade</b> .....	<b>60</b>
2.2 SEXUALIDADE E TEOLOGIA.....	63
<b>2.2.1 A sexualidade na Bíblia</b> .....	<b>65</b>
<b>2.2.2 O sentido espiritual da sexualidade</b> .....	<b>68</b>
<b>2.2.3 Bens e fins do matrimônio</b> .....	<b>71</b>
<b>2.2.4 A sexualidade nos documentos da Igreja após o Vaticano II</b> .....	<b>74</b>
<b>3 ANÁLISE DOS DESCRITORES A PARTIR DA TÉCNICA DE GRUPO NOMINAL</b> .....	<b>88</b>
3.1 DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO .....	88
3.2 DESCRITORES QUE INDICAM PARENTALIDADE .....	94
3.3 DESCRITORES RELACIONADOS COM A VISÃO DE SEXUALIDADE.....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>126</b>
<b>ANEXO A – FICHA DOS DESCRITORES</b> .....	<b>130</b>
<b>ANEXO B – INSTRUMENTO ENCAMINHADO PARA PROJETO PILOTO</b> .....	<b>138</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado é fruto de muito trabalho individual e, paralelamente, de bastante trabalho em equipe, por isso o resultado final será também apresentado de maneira que esta dinâmica esteja bem explicitada. Logo na introdução vamos perceber o quanto a pesquisa é parte de um projeto do Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, para isto introduzimos um item que aborda o contexto do projeto e outro item que aborda a questão teórica que perpassa todo o projeto, ou seja, a questão do planejamento da parentalidade.

Também na introdução vamos explicitar a metodologia do projeto, suas etapas e uma descrição detalhada da técnica de grupo nominal que possibilitou o levantamento de dados que serão analisados na terceira parte do trabalho.

Na segunda parte do trabalho, aborda-se a questão teórica específica desta dissertação, que se compreende como complementar às outras temáticas que envolvem o projeto como um todo.

### 1.1 CONTEXTO DO PROJETO

O Projeto desta dissertação é parte do Projeto de Pesquisa *Planejamento da parentalidade no contexto da teologia e bioética*, que conta com o apoio da Fundação Araucária - com bolsa produtividade dada ao coordenador do projeto - e está inserido no Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética, que de 2003 a 2013 já obteve 21 bolsas de Iniciação Científica, sendo 9 vinculadas a estudos relacionados com os temas estudados neste projeto.

No estudo da Reprodução Humana em Bioética um dos maiores conflitos surge quando nos deparamos com a situação de pessoas com filhos ou mulheres grávidas sem terem um 'projeto de parentalidade' explícito ou implícito. Os dados indicam que cerca de 30% dos partos são abortados e este talvez seja o resultado mais dramático 'para as mães e as crianças' de uma gravidez sem projeto. Mas certamente o aborto não é a única consequência e a gravidez é o centro de situações com fortes implicações para a mãe, para as crianças, para as famílias e para os serviços de saúde.

Consideramos que há Projeto de Parentalidade quando: 1) a gravidez é planejada cuidadosamente; 2) avalia-se também as questões de riscos relacionados com a maternidade; 3) a decisão de ter filhos é compartilhada pelos parceiros; 4) as condições para cuidar dos filhos é avaliada; 5) o anúncio de uma gravidez se dá num clima de aceitação e alegria; 6) quando o parceiro acolhe a criança; 7) quando o cuidado dos filhos é preocupação constante; 8) quando a possibilidade de um aborto deliberado não é sequer considerado; e 9) quando a criança cresce sem violência.

Quando nos aproximamos do estudo das causas de presença ou ausência de 'projeto de parentalidade' deparamo-nos com uma falta de instrumentos adequados para uma análise ampla destas relações, diante da complexidade das questões envolvidas.

Estudos realizados no âmbito da Teologia focam prioritariamente a defesa da vida e da dignidade da criança. Estudos realizados no âmbito da Saúde focam prioritariamente a defesa da vida e da dignidade da mulher. Um estudo, no âmbito da Bioética, desafia-nos a uma visão mais ampla que possa desvendar a realidade a partir de perspectivas que nos permitam contemplar os dois focos da questão: a dignidade da mãe e da criança.

Devido a este quadro o Grupo de Pesquisa Teologia e Bioética planeja realizar uma pesquisa qualitativa, aplicando questionário em diferentes contextos do Brasil. No entanto, o pressuposto para que uma pesquisa deste tipo tenha sucesso e seja relevante, é a existência de um instrumento de pesquisa adequado e bem elaborado. Percebemos, no entanto, que não existe este instrumento adequado já elaborado para tal estudo. Por isto, a proposta deste projeto é elaborar e validar um instrumento que possa futuramente ser aplicado em diferentes contextos, bem como permita uma visão mais ampla das questões que envolvem o planejamento da parentalidade.

O Instrumento precisa identificar as causas da ausência ou presença de 'projeto de parentalidade' em pessoas que já tiveram filhos. As causas podem apontar para fatores diversos, por isso, o projeto buscará investigar a questão relacionando parentalidade com 1) sexualidade; 2) modelos de família; 3) questões sociais; e 4) e religião. Estes itens - sexualidade, modelos de família, questões sociais, religião - passam a ser denominados neste projeto de 'fatores analisados'.

Estamos cientes de que validar este instrumento (uma escala) é uma tarefa complexa, eis que cada descritor deve ser precedido de uma ampla fundamentação e, depois, ser testado e também devidamente validado por especialista nas diferentes áreas. Ainda envolve o estudo e ser aplicado - como projeto piloto - em determinadas populações.

No item da metodologia serão explicitadas todas as etapas percorridas visando a validação do Instrumento.

## 1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo geral deste projeto é, portanto, elaborar e validar um instrumento que permita uma ampla análise das causas da presença ou ausência de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos, ou seja, construir um instrumento que permita identificar o impacto dos *fatores analisados* sobre o projeto de parentalidade.

Os objetivos específicos descritos a seguir estão diretamente relacionados com os subprojetos que integram o projeto como um todo, senão vejamos:

- Identificar o impacto dos fatores analisados sobre o acolhimento da gravidez;
- Relacionar os fatores analisados com indícios de existência de aborto no núcleo familiar;
- Relacionar os fatores analisados com a capacidade de se assumir um projeto de parentalidade pós-fato;
- Relacionar os fatores analisados com o fato da tomada de decisão ser compartilhada ou não;
- Relacionar os fatores analisados com o fato da criança ter sido assumida por ambos os cônjuges;
- Relacionar os fatores analisados com avaliação das condições para se cuidar dos filhos, ou não; e
- Relacionar os fatores analisados com a presença de preocupação constante sobre os cuidados dos filhos.

As hipóteses da pesquisa estão relacionadas também aos subprojetos, a saber:



- Será que o planejamento na parentalidade humana é impactado pela visão de sexualidade das pessoas envolvidas?;
- Será que a decisão sobre parentalidade é predominantemente não compartilhada pelo casal, mas deixada sob responsabilidade da mulher?;
- Será que a parentalidade usualmente é pensada no contexto familiar?;
- Será que determinados modelos de família promovem projetos de parentalidade mais conscientes;
- Será que a religião tem forte impacto no planejamento da parentalidade humana?; e
- Será que as questões socioeconômicas impactam fortemente sobre o planejamento da parentalidade?

### 1.3 METODOLOGIA

O Projeto como um todo é composto de quatro subprojetos, cada um deles sob responsabilidade de um aluno do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR: a) *Projeto de parentalidade e sexualidade* – mestrando Miguel Fernando Rigoni – ingresso no PPGT em março de 2011; b) *Projeto de parentalidade e modelos de família* – mestrando Juarez Celso Krum – ingresso no PPGT em agosto de 2011; c) *Projeto de parentalidade e questões sociais* - mestranda Edésia de Souza Sato – ingresso no PPGT em março de 2012; e d) *Projeto de parentalidade e religião* – mestrando Renato Barbosa dos Santos – ingresso no PPGT em março de 2012. De 2011 a 2013, três planos de trabalho PIBIC também estão relacionados com o Projeto.

#### 1.3.1 Etapas da pesquisa

O projeto, do ponto de vista organizacional, dá-se em dois momentos, cada qual com submissão prévia ao CEP, ou sejam: 1) da elaboração do projeto à técnica de grupo nominal e 2) da aplicação do instrumento no projeto piloto à apresentação final dos resultados:

Primeira etapa: Da elaboração do projeto à técnica de grupo nominal

Neste primeiro momento, o projeto passou pelas seguintes questões:

- Abordagem teórica do tema: uma revisão de dados da literatura relacionada com a pesquisa. Devido o caráter complexo do tema estudado a revisão teórica se dá em diversas áreas: teologia, bioética, saúde, psicologia, sociologia, dentre outras. A abordagem teoria será exposta abaixo no item de revisão teórica;
- Elaboração do instrumento da pesquisa: proposição dos descritores feita a partir da revisão teórica;
- Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa. A submissão do projeto ao CEP da PUCPR ocorreu após o ter sido aprovado no Programa de Pós-Graduação em Teologia.<sup>1</sup>;
- Técnica do Grupo Nominal. É uma técnica de pensamento divergente - convergente para a produção individual e silenciosa de ideias, para discussão e esclarecimento em grupo, bem como para priorização das ideias por meio de votação independente. Consiste em reunir um grupo de especialistas – experts - em um assunto na busca de opiniões consolidadas, priorizando o acordo com criatividade e síntese, numa atitude geradora de ideias. O modo como esta técnica ocorreu será explicitado abaixo; e
- Qualificação e defesa das dissertações no PPGT - Qualificação e defesa das dissertações de mestrado do Programa de Pós-graduação em Teologia: 1) *Projeto de parentalidade e sexualidade* – mestrando Miguel Fernando Rigoni; 2) *Projeto de parentalidade e modelos de família* – mestrando Juarez Celso Krum; 3) *Projeto de parentalidade e questões sociais* – mestranda Edésia de Souza Sato; e 4) *Projeto de parentalidade e religião* – mestrando Renato Barbosa dos Santos.

Segunda etapa: Da aplicação do instrumento no projeto piloto à apresentação final dos resultados

---

<sup>1</sup> O projeto fora aprovado pelo CEP da PUCPR no dia 07 de novembro de 2012, de modo que os pesquisadores assumem o compromisso com as questões relacionadas com a Ética em Pesquisa no Brasil, como a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes do envolvimento de qualquer sujeito de pesquisa.

Para atingir plenamente o objetivo do projeto, que é a validação do instrumento de pesquisa, as seguintes etapas se seguirão:

- Definição do Instrumento de Pesquisa: O Instrumento da pesquisa será definido como resultado de todas as etapas anteriores do projeto: revisão teórica, técnica do grupo nominal e críticas feitas ao longo do processo de qualificação e defesa dos 4 projetos dos mestrandos envolvidos;
- Resubmissão do Projeto ao CEP - Antes da aplicação do projeto piloto, o protocolo será novamente submetido ao CEP com a alteração dos seguintes dados: a) definição do campo de pesquisa: quem, quantos, onde; b) definição de itens de técnica de pesquisa: população e amostra estudada; c) desenho estatístico da pesquisa – feita após a definição de população e amostra; questionário que será aplicado – definido após a técnica do grupo nominal;
- Aplicação dos Instrumentos em Projeto Piloto - O projeto prevê a aplicação do instrumento em duas comunidades de diferentes partes do Paraná; e
- Validação estatística - Os dados quantitativos serão analisados com apoio de software utilizado para análise de dados (estatística), já disponível nos sistemas de pesquisa da PUCPR: o SPSS, criado pela IBM. A validação estatística passa pelos seguintes elementos: Validação do Constructo: Teste não paramétrico de Kruskal-Wallis – possibilita a comparação dos ranks de escores encontrados em cada categoria na análise subjetiva e objetiva do instrumento; Validação da Consistência Interna: Análise realizada por meio do Coeficiente Alpha de Crombach; e Validação da Reprodutibilidade: Análise realizada por meio do Coeficiente Concordância de Kappa.

### **1.3.2 Relatório da técnica do grupo nominal**

No projeto original planejávamos ter a participação de ao menos doze especialistas na Técnica de Grupo Nominal que atendiam os critérios definidos no projeto aprovado pelo CEP, isto é, tanto pessoas de áreas diferentes quanto de

áreas relacionadas com o tema estudado. Após a aprovação pelo CEP/PUCPR, vinte pessoas foram inicialmente contatadas e convidadas a participar da Pesquisa.

Depois do contato, por email, e uma explicação sobre a técnica que exigia também uma segunda rodada presencial, um membro da equipe de pesquisa manteve contato pessoal com cada um dos especialistas, para explicar os objetivos e metodologia da pesquisa. Para aqueles que concordaram em participar da pesquisa fora aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e entregue os descritores para serem avaliados. Cada descritor foi apresentado no formato abaixo (cf. Anexo A):

Identificação de Gênero												
Na tua opinião este descritor é						Nota						
<input type="checkbox"/>	Indispensável	<input type="checkbox"/>	Necessário	<input type="checkbox"/>	Dispensável	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="1"/>	<input type="text" value="2"/>	<input type="text" value="3"/>	<input type="text" value="4"/>	<input type="text" value="5"/>	<input type="text" value="6"/>

A adesão à pesquisa fora bastante significativa, de modo que quinze especialistas concordaram em participar da pesquisa e cumpriram todas as etapas da técnica. Na primeira rodada eles fizeram a avaliação dos cinquenta e oito descritores apresentados. Os descritores avaliados foram recolhidos e analisados por meio do programa SPSS, acima referenciado – cujos resultados serão apresentados.

A segunda rodada da técnica de grupo nominal<sup>2</sup> fora realizada com a presença destes quinze especialistas, juntamente com os membros da pesquisa. Nesta rodada foram reapresentados brevemente os objetivos da pesquisa, seguidos de uma apresentação sistemática do resultado da avaliação de cada descritor na etapa não presencial. Após a projeção de cada descritor abriu-se a discussão, com grande interesse e envolvimento dos presentes. Nota-se que o contexto interdisciplinar propiciou manifestação de opiniões que, em alguns momentos, foram bastantes discordantes, mas sempre num clima de complementaridade e cordialidade.

---

<sup>2</sup> Este momento presencial ocorreu no dia primeiro de dezembro de 2012, nas dependências da PUCPR, Campus Curitiba.

Esta segunda rodada estava sendo gravada, como previa o TCLE, e os aspectos relevantes deste debate foram transcritos e serão utilizados ao longo da pesquisa, principalmente na exposição da avaliação dos descritores. Não é relevante para a técnica contrapor a opinião de determinado perfil de especialista com a opinião de um especialista com outro perfil. Também há o compromisso em manter o sigilo, no sentido de não revelar o autor das falas usadas neste trabalho. Por tudo isto optamos por identificar as falas que serão usadas na pesquisa apenas com a sigla (GE), indicando que é uma fala que surge do ‘grupo de especialistas’ sem referências aos sujeitos específicos.

Os pesquisadores participaram ativamente do debate, explicitando os objetivos e manifestando as razões que levaram a formulação dos descritores tais como estão formulados. Deste modo, no debate também aparece transcrições de falas dos pesquisadores que serão identificados apenas como (GP) como sigla de ‘grupo de pesquisadores’.

Após a apresentação e discussão de todos os descritores, os especialistas fizeram – de modo individual – uma reavaliação dos descritores, revendo a sua posição inicial, manifestando novamente a sua opinião e atribuindo notas. A partir desta segunda avaliação os descritores serão reorganizados. Esta reavaliação dos descritores será apresentada mais adiante.

#### Perfil dos especialistas

O perfil dos 15 especialistas que participaram das duas etapas da técnica de grupo nominal será apresentado a seguir, tendo em conta as seguintes variáveis: a) Gênero; b) instituição onde atua; c) primeira graduação; d) área de pós-graduação; e) maior titulação; e f) área de atuação.

Quanto a gênero: constata-se que cerca de 60% dos especialistas era do gênero feminino e 40% masculino.

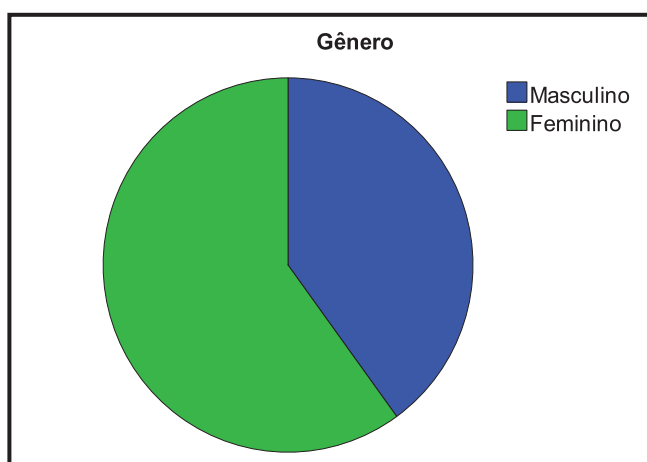


Gráfico 1 - Gênero

Sendo a pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação de Teologia da PUCPR, cuidou-se para que a maioria dos especialistas não fosse originária desta mesma Universidade, de modo que se conseguiu a participação de pessoas das seguintes Instituições de Curitiba: PUCPR, UFPR, FPP, UTP, CENPLAFAM, PMBCS, Pastoral Familiar.<sup>3</sup>

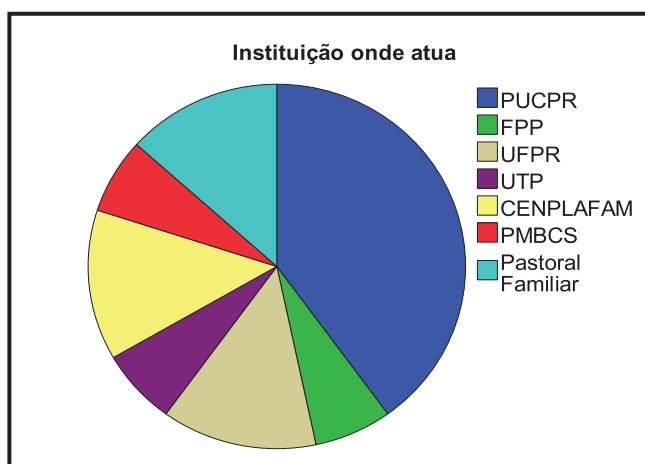
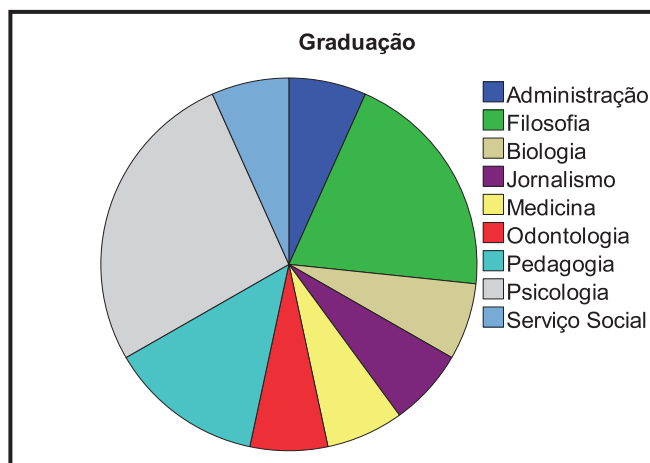


Gráfico 2 – Instituição onde atua

Uma das características da técnica de grupo nominal é a realização de uma avaliação dos descritores na perspectiva interdisciplinar, por isto, a escolha dos especialistas fora pautada também a partir deste fator. Buscou-se reunir pessoas que pudessem expressar, a partir de uma diversidade de formação acadêmica dentro da área das ciências humanas e sociais, mais afins com a temática estudada.

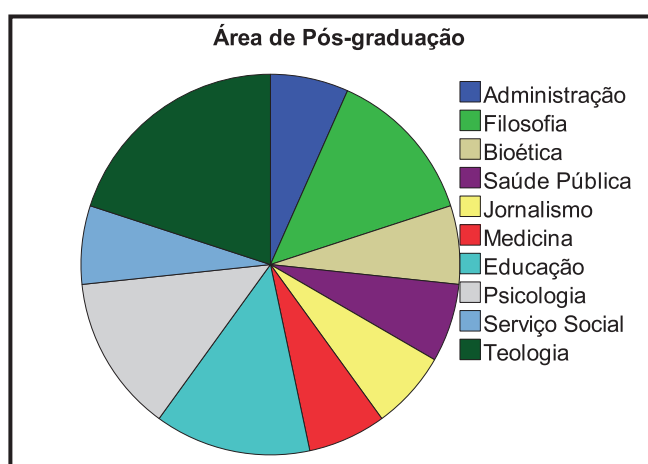
<sup>3</sup> FPP: Faculdades Pequeno Príncipe; UTP: Universidade Tuiuti do Paraná; CENPLAFAM: Centro de Planejamento Natural da Família – fundado em 1993 e com ação contínua deste então; PMBC: Província Marista do Brasil Centro Sul; Pastoral Familiar da Arquidiocese de Curitiba.

Deste modo os especialistas reunidos apresentaram o seguinte quadro, no item curso de graduação:



**Gráfico 3 - Graduação**

Atualmente há uma grande diferença entre a formação na graduação e a formação na pós-graduação, o que se verificou também dentre os especialistas convidados, de modo que o perfil dos especialistas, quanto às áreas de pós-graduação – na maior titulação – apresentou o seguinte quadro:



**Gráfico 4 – Área de Pós-graduação**

O nível de estudos dos especialistas apresentou as características manifestas no seguinte quadro, com mais de 50% com doutorado:

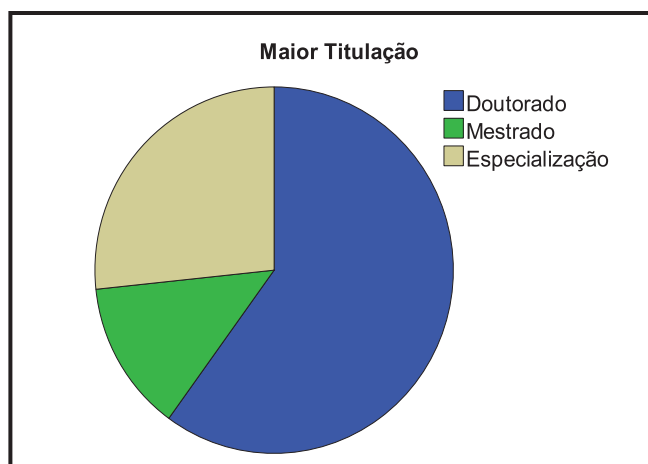


Gráfico 5 – Maior Titulação

Como mais de 50% dos especialistas convidados eram doutores isto revelou também que a atividade profissional principal destes especialistas era a docência. À parte dos especialistas que foram convidados por terem doutorado em áreas de interesse para a pesquisa, os outros foram convidados por terem suas atividades profissionais vinculadas ao atendimento de famílias, tanto em consultórios e clínicas quanto em atividades voluntárias, como por exemplo, na pastoral familiar. Isto é explicitado no quadro abaixo:

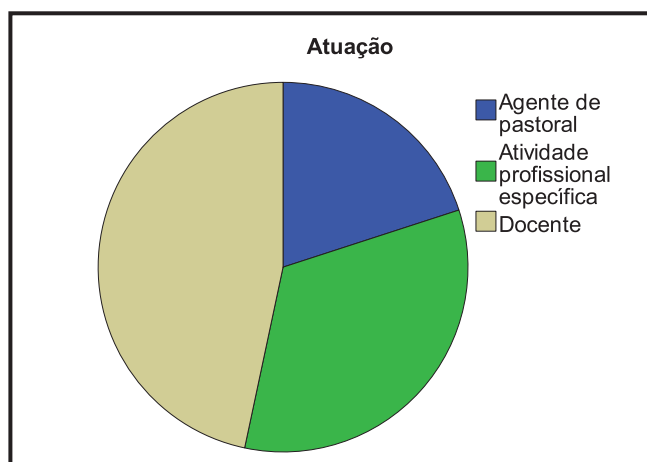


Gráfico 6 - Atuação



#### 1.4 A QUESTÃO DE PROJETO DE PARENTALIDADE

No âmbito da reprodução humana o projeto de serem pais – projeto de parentalidade<sup>4</sup> - precisa ser situado no contexto do projeto de vida total das pessoas envolvidas e da vida do casal. Mas independentemente do seu conteúdo estamos propondo que há um grande avanço para a sociedade quando as pessoas passam a explicitar a parentalidade como projeto, isto porque a transmissão da vida requer uma decisão pessoal e responsável (HAERING, 1971, p. 41) e porque “cada menino ou menina tem o indiscutível direito de ser desejado antes de ser concebido” (BEÑERAF, 2006, p. 58).

Há mais de 40 anos, Bernhard Haering indicava que novos contextos sociais exigiam que ter filhos deixasse de ser um ato impensado para se tornar uma ação responsável, planejada. Os motivos desta mudança eram indicados: a) a redução da natalidade, que possibilitava aos casais ter o número de filhos que desejavam, sem a contínua ameaça de vê-los perecer; b) a mudança de contexto socioeconômico das famílias que passava da situação de ‘filhos a serviço da família’, para um contexto de ‘família que está a serviço dos filhos’ (HAERING, 1971, p. 42); e c) os idosos não esperam mais dos filhos a sua aposentadoria. A sociedade não aplaude mais a família simplesmente numerosa e passa a julgar severamente aqueles que criam filhos sem ser capazes de educá-los devidamente.

Deste modo, afirma Haering, o motivo de ter filhos passa a ser o amor recíproco dos esposos “que os faz desejar os filhos para fazê-los partícipes de seu pacto, de sua comunidade de amor” (HAERING, 1971, p. 44). Além disso, ele aponta que o problema da paternidade e maternidade responsável não brota somente das novas necessidades, mas também de novos conhecimentos como as questões de riscos relacionados com a maternidade, hoje mais bem conhecidos devido ao desenvolvimento das ciências da saúde (HAERING, 1971, p. 47).

Portanto, o tema da parentalidade não é novo e já estava presente na oitava conferência da Fundação da Federação Internacional de planejamento familiar em

---

<sup>4</sup> “O termo parentalidade foi usado pela primeira vez, em 1961 por Paul-Claude Racamier, psiquiatra e psicanalista francês, permanecendo em desuso por mais de 20 anos. Reapareceu em 1985 com René Clement, no estudo de uma das mais severas patologias da parentalidade: as psicoses puerperais. A partir da década de 1980, no Brasil passamos a usar o neologismo do termo francês parentalité (Houzel, 2007). A parentalidade é produto do parentesco biológico do tornar-se pai e mãe” (FERÉS-CANEIRO; MAGALHÃES, 2011, p. 117).

1967, em Santiago do Chile, quando a presidente da federação afirma: “lutamos para que todos os filhos que venham ao mundo sejam bem-vindos” (EGUREN, 1976, p. 54). Para que cada criança que nasça seja bem-vinda é relevante que cada gravidez seja planejada, pois quando isto não ocorre instaura-se uma situação de tensão que nem sempre tem resultado favorável ao acolhimento da criança.

Por isto, o amadurecimento, sem pressa, dos projetos de parentalidade contribuem para que este se efetive nas melhores condições possíveis, como parte integrada no projeto de vida das pessoas envolvidas, rumo a um dos maiores desafios dos nossos dias: “um dos principais desafios das famílias no século XXI é enfrentar a carência de um modelo confiável e funcional de ser pais no mundo em mudança” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. xxxvii).

Passa-se, assim, a falar em ‘cultura de parentalidade’ compreendida como a “predominância do amor sobre as pulsões agressivas e sexuais puras” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. 21). Neste contexto, a parentalidade deixa de ser a reprodução biológica que partilhamos com outras espécies animais e se torna um “processo psicológico que se opera no homem e na mulher no caminho de tornar-se pais, que supõem um trabalho interior sobre si mesmos, no qual participam todos os membros da família” (SOLÍS-PONTÓN, 2006, p. xxxvii).

Podemos dizer que nem sempre nascem crianças como frutos de projetos de parentalidade bem definidos e explícitos. Isto significa que podemos diferenciar os projetos de parentalidade. Vejamos as quatro perspectivas que se apresentam a seguir:

Por primeiro, existem projetos de parentalidade propriamente dito, isto é, quando os casais refletem, planejam e decidem ter ou não filhos num determinado momento. Nestes casos são projetos de parentalidade explícitos.

Por segundo, há situações em que os filhos são aguardados e se inserem nas condições mais amplas do casal e nos seus projetos de vida. Por exemplo, pessoas casadas que constituem famílias, que não planejam explicitamente ter os filhos em um ou outro determinado momento, mas acolhem os filhos que nascem neste contexto familiar. Podemos dizer que há nestes casos um ‘projeto de parentalidade implícito’. Na realidade, este tem sido a forma de a parentalidade ocorrer na maioria dos casos, criando condições, muitas vezes ótimas, para que ela simplesmente ocorra.

Por terceiro, tem-se situações em que os filhos são gerados de modo indesejado, mas que os casais ou outras pessoas envolvidas acolhem, assumem a parentalidade. Nestes casos, não havia projeto de parentalidade prévia ao filho, nem as condições usuais para que ela ocorra, mas o projeto se constitui por força das circunstâncias, são ‘projetos de parentalidade *pos-factum*’. Os exemplos disto são algumas mães solteiras que não haviam optado pela maternidade naquele momento, mas assumem seus filhos com responsabilidade e passam a integrá-los em seus projetos de vida.

Por quarto, existem as situações em que a parentalidade é negada, não desejada. Infelizmente crianças surgem em contextos onde há uma negação da parentalidade – ‘ausência de projeto de parentalidade’–, onde as crianças são eliminadas por aborto e infanticídio ou crescem sendo rejeitadas sistematicamente.

Algumas pesquisas americanas, realizadas em diferentes países, indicam uma ausência generalizada de diálogo no casal no que refere à fecundidade e planejamento familiar, e parece sugerir que o planejamento realizado pelo casal somente se inicia quando já se há produzido o nascimento de um ou dois filhos (MASSÉ, 2008, p. 14).

No Brasil, desconhecemos pesquisas que indiquem a relação entre o número de crianças que nascem com os diferentes projetos de parentalidade.

Gostaríamos de formular uma hipótese de que há uma relação direta entre o ‘tipo de projeto de parentalidade’ e a ‘qualidade de cuidado que a criança recebe’. Outros aspectos poderiam também ser abordados, principalmente os relacionados à saúde da mulher. As condições de ausência total de projeto de parentalidade podem ser uma dentre as muitas causas que levam à mortalidade materna, visto que ela ocorre impactada por muitos fatores (MARSTON, & CLELAND, 2004, p. 8).

Há, sem dúvida, por parte da sociedade como um todo, governo, igrejas, escolas, imprensa, entre outros, um crescente incentivo ao planejamento familiar, visto como uma necessidade para que os filhos sejam pensados e criados responsabilmente, ou seja, em vista a uma parentalidade responsável. No Brasil, o planejamento familiar é transformado num direito do cidadão, que pode solicitar apoio do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 226, § 7º.

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado

propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.<sup>5</sup>

A parentalidade está composta de dois polos que não podem ser considerados separadamente: os ‘pais’, que planejam, e os ‘filhos’, que são gerados como fruto deste projeto. O primeiro enfoque – os pais – é complexo e abre-se para a questão dos direitos reprodutivos.

Temos ouvido, em Congressos de Bioética, pessoas – profissionais que atuam em Clínicas de Reprodução Assistida – defendendo que parentalidade é um projeto egoísta. As pessoas querem filhos para satisfazer seu próprio desejo, posição esta que também fora relatada por Benagian, quando alguém arrimava: “Eu quero um filho, eu quero a todo custo, até mesmo ao custo de não assegurar a ele/ela o melhor futuro possível” (BENAGIANO, 2001, p. 72).

Certamente o desejo de ter filhos é um desejo autêntico, que promove e realiza as pessoas, mas sem uma boa dose de amor altruísta ele se afasta do que se entende por parentalidade responsável, que pressupõe algumas exigências para que ela de fato ocorra (RHONHEIMER, 2004, p. 32).

A parentalidade pressupõe o bem estar do casal que planeja, mas o seu foco está voltado para o bem dos filhos – o segundo polo de toda parentalidade – pois a “parentalidade é algo maravilhoso: sua grandeza deriva da dignidade pessoal dos filhos” (FORD, 2008, p. 46). Isto é algo evidente, mas que não pode ser esquecido: não há nobreza na parentalidade desvinculada do respeito à dignidade e à vida dos filhos.

Parentalidade não é apenas um projeto de crescimento e satisfação pessoal, pois a sua realização implica necessariamente na geração de vidas humanas, sendo um projeto voltado para a vida. Parece-nos razoável dizer que sem o devido cuidado com as vidas que surgirão, este projeto se torna contraditório.

A reprodução humana – ter filhos – se constitui num evento central nas famílias de modo que são elaboradas instituições para expressar a relação que surge com a reprodução e que deve permanecer ao longo de toda a vida. As instituições mais conhecidas são a ‘maternidade’ e a ‘paternidade’.

---

<sup>5</sup> Ver também Lei 9.263/96.

No contexto dos estudos da moral e da ética intensifica-se, já na primeira metade do século XX, a preocupação com a reprodução humana e, para falar da responsabilidade sobre os processos reprodutivos, surge a expressão 'paternidade responsável' compreendida como "reflexão e a decisão altamente ponderada, à base de um ato de amor autêntico, tomada depois de um diálogo entre ambos os esposos, sobre a oportunidade de ampliar a família ou o dever de espaçar a transmissão da vida de acordo com o bem pessoal das duas partes dialogantes e da adequada educação dos filhos já nascidos" (EGUREN, 1976, p. 52).

Assim, o termo paternidade responsável passa a ser cada vez mais usado como expressão do consenso de que o planejamento familiar é necessário. Evidentemente que o consenso termina aí, pois o conteúdo e o método do planejamento são distintos no pensamento da Igreja e nas organizações internacionais que propõem o tema.

Podemos dizer que para a Igreja a parentalidade responsável significa ter os filhos que naturalmente surgem do relacionamento amoroso dos esposos e que o casal possa educar adequadamente. Portanto, é tido como irresponsabilidade: 1) gerar filhos sem poder educar adequadamente; 2) gerar filhos sem ser de modo natural; 3) não gerar os filhos que se poderia ter naturalmente e educar adequadamente; 4) gerar filhos fora do casamento; e 5) imposição do ato conjugal sem consentimento.

Deste modo, para a Igreja, planejamento familiar não significa necessariamente diminuir o número de filhos simplesmente, mas ter os filhos que se pode assumir com responsabilidade.

Neste contexto, 'planejamento familiar' passa a ser mais aceito do que 'controle de natalidade', visto que este termo pode incluir uma redução das taxas de natalidade a qualquer preço.

Na realidade, muitas vezes o aborto é parte da agenda do planejamento familiar de algumas organizações o que será visto pela Igreja como inadequado: "O aborto é a contradição mais clara contra a paternidade e maternidade responsável, porque é o *não* mais violento contra a vida humana precisamente depois de haver transmitido esta vida" (HAERING, 1971, p. 79).

O termo 'paternidade responsável' era usado com a compreensão de que este englobava também os cuidados maternos. Por causa da crítica, indicando o viés ideológico patriarcal desse termo, adotamos neste trabalho o termo

‘parentalidade’– originado na área da psicologia - pois nos parece mais apropriado para manifestar os conceitos expressos em ‘paternidade’ e ‘maternidade’.

Atualmente, fala-se de parentalidade responsável e, neste projeto, temos insistido no conceito de ‘projeto de parentalidade’, como o primeiro e indispensável elemento do planejamento familiar. No contexto de uma sociedade secular, os projetos de parentalidade podem ter diferentes conteúdos e métodos, mas necessariamente demonstram um padrão ético diferenciado, pois exige uma tomada de consciência dos processos que envolvem a reprodução humana, e significa a superação do ‘ter filhos sem pensar no assunto’.

Investigar as causas da presença ou ausência de projeto de parentalidade é um trabalho complexo, pois precisa contemplar uma variada gama de perspectivas, por isto, neste projeto, queremos investigar a questão situando a relação da parentalidade com quatro questões: 1)sexualidade; 2) modelos de família; 3) questões sociais; e 4) religião.

## 2 PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE E SEXUALIDADE

Os conteúdos sobre sexualidade humana, desenvolvidos na sequência, trazem aspectos da visão histórica dessa temática, tanto na antiguidade clássica quanto na idade moderna, e apresentam a interface da Bioética conectada aos temas de sexualidade, bem como permitem a exposição de tendências brasileiras nessa área.

Noutra perspectiva, tem-se ainda a sexualidade e a teologia na linha de frente, onde temas como a sexualidade na bíblia, a espiritualidade sexual, os bens e fins do matrimônio e a inserção de questões envolvendo a sexualidade humana nos documentos da Igreja depois do Vaticano II ajudam a perceber o movimento pendular de construção, desconstrução e reconstrução dessa inseparável dimensão da existência humana.

Essa revisão e atualização de conteúdos destinam-se a subsidiar a formulação de descritores que possam aferir com significativa segurança a questão de ser pai e mãe de forma responsável.

### 2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA SEXUALIDADE

Inicialmente, diga-se que tanto contextualizar historicamente quanto conceituar sexualidade no ocidente não é tarefa fácil, já que se trata, de certo modo, de uma abstração de algo humano.

Para NUNES e SILVA (2000, p. 2), é preciso compreender o seguinte:

... a sexualidade é uma manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano. Torna-se assim, uma das mais privilegiadas dimensões de sua manifestação subjetiva, histórica e social.

Figueiró (2006, p. 17), traz o seguinte conceito:

A sexualidade é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada. As informações sobre ela trabalhadas na escola precisam envolver reflexão, tanto individual, quanto coletiva, pois é esse exercício que permitirá ao educando reconhecer-se como *sujeito* de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas e capaz, ainda, de identificar possibilidades de interferir no curso de sua vida e da coletividade.

Segundo Fernandes (2001, p. 133), “a importância da sexualidade na vida dos seres humanos foi desde há muito, sentida, tendo merecido a reflexão de alguns filósofos da Antigüidade Clássica”.

Este autor também assinala que a sexualidade “somente no início do século XX passou a constituir objeto de estudo científico”. E prossegue informando que “o primeiro Jornal de Sexologia data de 1908 e a primeira Sociedade de Sexologia foi criada em 1913” (FERNANDES, 2001, p. 133).

A sexualidade humana pode ser entendida, num primeiro momento, como sendo o conjunto dos fenômenos da vida sexual de cada indivíduo. Ela possui significativas ligações com inúmeros conceitos, tanto frontais e diretos, quanto reflexos e oblíquos, tais como: corpo, saúde, emoções, amor, família, planejamento familiar, escola, educação sexual, transcendência (religiões) e vida feliz, entre tantos outros.

### **2.1.1 A sexualidade na antiguidade clássica**

Na história sexual da humanidade, podem-se perceber duas polaridades distintas: períodos de repressão sexual se alternam a períodos de extrema liberdade sexual. Distinguem-se, assim, claramente, visões culturais diferentes e mesmo antagônicas e, constata-se que as circunstâncias políticas, sociais e religiosas influenciam diretamente as atitudes sexuais.

O pensamento do filósofo francês, Michel Foucault, explicitado em sua obra “História da Sexualidade”, 1977, mostra como se construiu um arquivo de conhecimentos sobre a sexualidade para o cidadão ocidental nos três últimos séculos, apontando que, em diferentes momentos históricos, vivenciou-se a sexualidade de formas distintas.

Resumindo, este autor informa que, em um primeiro momento histórico, a sexualidade pode ser caracterizada como livre; em um segundo, ela passa a ser reprimida e, em um terceiro momento, ocorre o que se denominou de revolução sexual (FOUCAULT, 1977, p. 152).

Pode-se dizer que o primeiro momento teve início antes de Cristo, quando a sexualidade era vivenciada de modo livre, sem repressão, frouxo do ponto de vista da moral. Não se falava de sexo, pois este era visto como natural. Segundo Foucault, essa visão perdurou, pois ainda “no início do século XVII, vigorava [sobre



sexo] uma certa franqueza (..) tinha-se, em relação ao sexo, uma tolerante familiaridade”.

Confirmando esse primeiro momento, descrito por Foucault, Jean-Philippe Catonné descreve a sexualidade vivenciada na Babilônia, na Grécia e em Roma. Com relação à Babilônia, diz o autor: “a civilização babilônica é o nosso ancestral cultural mais antigo identificável em linha direta. Ela se desenvolveu a partir do quarto milênio, primeiro com os sumérios, de origem desconhecida e depois, a partir do segundo milênio, com os acadianos (2001, p. 27).

Segundo Catonné (2001), Heródoto relata que na Babilônia existia uma certa liberdade sexual, principalmente entre os homens, que poderiam se casar com mais de uma mulher, ter amantes e concubinas.

Há relatos de casos de homossexualidade e de prostituição como algo aceito pela sociedade. Existia a ideia de uma prostituição sagrada, que consistia no fato de mulheres poderem se prostituir em nome das deusas, com a ideia de que não eram elas que efetivamente sentiam prazer, e sim alguma deusa que estava utilizando seu corpo para conseguir o prazer que lhe era permitido.

Isso não era considerado prostituição, ainda que essas mulheres vendessem seus corpos e, mais, o fato de manterem contato carnal com vários homens não as impedia de deixar a prostituição para se casar.

Muitos dos elementos encontrados na forma de vivenciar a sexualidade da Babilônia continuaram presentes na antiga Grécia, onde o sexo também era considerado de forma naturalista.

A sociedade grega era patriarcal e o casamento, não por razões religiosas, era monogâmico; ao menos de direito, pois era permitido ao homem ter relações extraconjugais com amantes e concubinas.

Assim, já naquela época, os homens desfrutavam de mais privilégios. Mulheres, crianças e escravos não possuíam os mesmos direitos. À mulher restavam três posições sociais possíveis: esposa, hetera (cortesã) ou prostituta.

Das esposas, esperava-se que fossem mães e donas de casa e não lhes era permitido acompanhar o marido em reuniões sociais ou em viagens. N. Sussman (1976, p. 10) referindo-se à hetera, afirma: “geralmente a hetera era bem educada e culta. Podia acompanhar o homem nas viagens ou acontecimentos sociais” e, complementa E. G. Belzer (1974, p. 288): “Diz-se que as heteras eram sexualmente ativas”.

Na Grécia existia também a prostituição sagrada, onde a mulher fazia sexo em sacrifício de Afrodite. Note-se que, curiosamente, neste caso, o sexo para a mulher era tido como sacrifício e não como algo que lhe trouxesse prazer. Já o homem podia manter livremente relações sexuais com os dois sexos.

O sexo, porque se procurava atingir a harmonia entre os aspectos intelectual e físico do homem, era visto como atividade sadia, inerente à natureza humana.

Dois fatores contribuíram pra isso: o enfoque na beleza e na harmonia do corpo nu e a prática da sexualidade também pelos deuses. A virgindade até o casamento conferia *status*, mas segundo Belzer (1974) a *virgo intactus* não era considerada uma virtude em si, apenas aumentava a nubildade. As prostitutas trabalhavam em bordéis e eram reconhecidas socialmente.

A homossexualidade era comum entre os gregos e as mulheres muitas vezes tomavam parte nas relações homoeróticas. Por outro lado, Sussman (1976, p. 113) afirma que “as mulheres homossexuais eram designadas tríbades, que significa “pessoa que se esfrega”.

Era ainda, largamente difundida entre os gregos, a prática da ‘pederastia’, atração sexual de um adulto por um jovem imaturo, mas que já tivesse passado da puberdade. “Um menino, ao terminar seus estudos, era tomado por um adulto mais velho (..) que se tornava seu protetor e professor, em troca de dedicação e sexo por parte do jovem”, conforme ressalta Tannahill (1983, p. 194).

A pederastia não era uma atividade condenada e o pederasta não era considerado um desviante sexual. Como informa Sussman: “a pederastia era uma forma de o homem chegar à perfeição física e intelectual e a relação servia para despertar no jovem as qualidades desejáveis de seu amante” (1976, p. 110).

Completando, Catonné (2001, p. 38), afirma que, na Grécia: “A separação entre o aspecto privado e o público é nítida. Como pessoa privada, o homem grego tem uma relação sexual com sua mulher, suas concubinas. Mas, na qualidade de homem público, ele gosta dos rapazes”.

A homossexualidade não parece aqui como uma orientação sexual, mas se caracteriza como uma prática socialmente aceita, relacionada ao afeto e troca de prazer. A esposa não parece como aquela com quem o homem vai satisfazer seus desejos carnis, pois servia apenas para a procriação. Logicamente que esta noção não era uma regra geral, pois, em muitos casos, havia carinho entre o casal marido-esposa.

É importante salientar ainda que, desde os tempos de Platão (séc. V a.C.), a alma dicotomizada do corpo e considerada superior a ele, deveria controlar os desejos e paixões suscitadas por esta. Tratava-se, pois, de uma moral estética, na qual o belo apreciado era também ter domínio sobre si mesmo.

A filosofia grega, que se ocupava também da moral, através, principalmente, de Sócrates, Platão e Aristóteles influenciou, mais tarde, o pensamento de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino.

Ainda dentro do momento histórico caracterizado como sendo o da sexualidade livre, o povo romano, assim como os gregos, também tinha uma atitude naturalista em relação ao sexo: encarava como naturais todos os comportamentos sexuais, ainda que houvesse uma profunda ligação entre sexo e religião; esta não reprimia o comportamento sexual e também seus deuses estavam intimamente ligados à sexualidade.

Segundo Wood (1967, p. 42), “Da Grécia, os romanos assimilaram grande parte de seus deuses, contudo mantiveram diferenças profundas em suas convenções sociais e sexuais”.

Os romanos faziam da arena uma de suas maiores diversões, onde atividades cruéis eram observadas por centenas de pessoas que se excitavam com espetáculos como o de casais que eram forçados a manter relações sexuais na frente dos espectadores.

Sussman (1976, p. 23) comenta: “Este era um esporte nacional de Roma e havia numerosos bordéis nas imediações do Coliseu onde se desenrolavam tais espetáculos”.

Com o passar do tempo, em Roma a situação se modifica. Aparecem legislações condicionando a procriação à posse da herança familiar. Já os não-cidadãos, os sem terra, os sem classe, vivendo amontoados em casebres, sem normas rígidas de comportamento, seguem procriando sem controle.

Nesse contexto, a ausência de prazer era uma meta. O prazer era controlado pela promoção de uma moral culposa e condenável, na qual ceder à sexualidade era perder a vida espiritual e afastar de si o paraíso e a civilização. O prazer é confinado à produção de filhos.

O controle do Estado sofisticava-se. Coniventes com o poder instituído, filósofos ensinam os comportamentos adequados e definem graus de insanidade.

Os responsáveis pela saúde daquela época, afirmando que mulheres e crianças eram seres inferiores e aptos para o trabalho semi-escravo, também propõem dogmas: “a masturbação enlouquece”, “o prazer feminino é doentio”, “deflorar virgens é contrair doenças venéreas”, entre outros.

Para Wood (1967, p. 682), o casamento romano era uma instituição predominantemente social, o homem poderia ter atividades extraconjugais, embora não pudesse ter uma ligação fixa, mas da mulher era exigida a fidelidade.

Para Tannahill (1983, p. 682): “as esposas romanas gozavam de considerável liberdade e confiança; elas acompanhavam os maridos a reuniões sociais, saíam durante o dia e tinham certa influência nas decisões da família, bem ao contrário das gregas”.

O casamento em Roma, não era algo prescrito, mas um ato privado. Era tão fácil realizá-lo quanto desfazê-lo. O dinheiro era um dos motivos que levava as pessoas a se casar e, quando havia o divórcio, as mulheres levavam consigo seu ‘dote’; a mulher tinha o direito de se divorciar.

Outro motivo que levava as pessoas ao casamento era o de ter filhos legítimos. Entretanto, a mulher era vista como objeto e um ser irresponsável, uma pessoa ‘a mais’ que habitava a casa junto com os filhos e os servos.

Por outro lado, um senhor podia emprestar sua esposa para outro. O adultério não era visto como algo vergonhoso, mas como falta de pulso ou de autoridade por parte do homem.

A prostituição e a homossexualidade, como na Grécia, eram aceitas e difundidas em Roma. A atividade sexual era vista como virilidade: o(a) parceiro(a) sexual passivo(a) era escravo(a) do homem que lhe usava sexualmente. A ética sexual da Antiguidade induzia à heterossexualidade, visando à reprodução, mas não descartava a bissexualidade.

O rompimento com a bissexualidade aconteceu com o avanço do Cristianismo que marca o que Foucault (1977) chama de segundo momento histórico, quando a moral, a religião, o sistema econômico condenavam tudo que se referia ao sexo ou à vivência da sexualidade. Nessa época, a prática da sexualidade continuava existindo, porém eram muitas as formas de reprimi-la.

Passa-se agora à análise do segundo momento histórico, denominado de repressão sexual.

A socióloga brasileira Marilena Chauí (1991, p. 77), esclarece o que se entende por repressão sexual:

... entende-se por repressão sexual o sistema de normas, regras, leis e valores, explícitos que uma sociedade estabelece no tocante a permissões e proibições nas práticas sexuais genitais (...). Essas regras, normas, leis e valores são definidos explicitamente pela religião, pela moral, pelo direito e, no caso de nossa sociedade, pela ciência também.

Já o pesquisador César Aparecido Nunes (1987) defende outro ponto de vista: para ele existe uma coincidência entre o avanço do capitalismo e a repressão da sexualidade, pois, com as muitas atividades que tinham que ser realizadas, o homem não teria tempo para a prática sexual. Essa repressão ao sexo, para este autor, seria mais uma forma de manipulação do poder, dentre as muitas existentes.

Entretanto, Foucault (1977, p. 109) argumenta:

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas: uma no decorrer do século XVII, onde há o nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade matrimonial, imperativos de decência, esquiva obrigatória do corpo, contenção de pudores imperativos da linguagem; a outra no século XX: menos ruptura, aliás, do que inflexão de curva: é o momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais, ou extra matrimoniais; a desclassificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminados, em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças.

A partir do séc. V da era cristã, a queda do Império Romano, no ano de 476, leva o Ocidente a entrar num período que durou cerca de mil anos, até a tomada de Constantinopla, no ano de 1.453, a chamada Idade Média, quando a Igreja tem total domínio sobre a sociedade.

Daí em diante, a Igreja apoderou-se de qualquer tentativa de libertação consciente da sexualidade, reservando para si o direito da educação moral e espiritual dos ocidentais.

O Cristianismo surgiu numa época em que as civilizações greco-romanas estavam em decadência. O pensamento judaico, que muito contribuiu para este surgimento, caracterizava-se por uma forte repressão sexual.

Os judeus, um povo que enfrentara guerras e tentativas de extermínio, padecia da necessidade de aumentar sua população. Seu Deus, Jeová, não tinha caráter sexual nem era invocado em rituais de fertilidade.

Segundo Sussman (1976, p. 129), “A essência da visão judaica sobre sexualidade era uma crença de que a procriação seria a razão básica para o intercurso sexual”.

Assim, o Cristianismo inicial se caracterizou pela repressão à sexualidade, valorizando muito a virgindade e a castidade. Foucault (1985, p. 43), menciona que: “o Cristianismo adotou um vínculo obrigatório da relação sexual com o casamento, onde, então, o princípio de uma fidelidade conjugal passa a ser dever incondicional para quem se preocupa com a própria salvação”.

Alguns autores como Catonné (2001) e Heinemann (1999), na mesma linha de raciocínio, apontam o Cristianismo como um grande vetor de repressão à sexualidade.

A Igreja associa o sexo à culpa: tudo o que gera prazer e está ligado ao corpo, e não à alma, é considerado pecado. A moral sexual da Igreja era impiedosa. E, nestes dois mil anos de Cristianismo, a mulher foi sempre marginalizada, relegada ao segundo plano.

Com a hegemonia da Igreja, o sexo ficou associado ao casamento. Somente às pessoas que eram consideradas fracas e, que necessitavam de luxúria, era permitido casar, pois o celibato e a virgindade eram extremamente valorizados.

O sexo no casamento visava somente à procriação. O sexo por prazer era considerado pecado e, o homem que amasse sua mulher como a uma prostituta, era um homem sem valor. Tudo que envolvia a genitália era pecado.

Não se podia ter o prazer da carne, era preciso sempre elevar a alma e sacrificar o corpo, em nome de Deus e da moral da Igreja: não se poderia praticar o pecado da carne.

Essas ideias ainda permeiam muitos setores da Igreja Católica nos dias atuais, pois ela considera como pecado, os métodos contraceptivos, bem como o sexo antes casamento.

Entretanto, sabe-se que, ao longo da vigência da rígida moral católica foram realizadas, em nome de Deus, inúmeras barbáries. Houve muita teorização sobre a relação sexual e o pecado. Essa moral repressora tinha sua origem no ‘estoicismo’.

Segundo Heinemann (1999, p. 23):

Essa visão cada vez mais implacável e redutora do sexo foi conformada pelo estoicismo, a maior escola de filosofia antiga, que perdurou de 300 a.C. a 250 d.C. Até hoje, a palavra 'estóico', denota comportamento austero, impassível. Embora os filósofos gregos de um modo geral concordassem com a importância considerável da busca do prazer para o ideal humano da vida, os estóicos, sobretudo durante os dois primeiros séculos da Era Cristã, mudaram tudo isso. Rejeitaram a procura do prazer.

Aliás, como bem lembra Philippe Ariés (1987, p. 53), “toda moral adotada pelo Cristianismo é anterior ao próprio Cristianismo”. E continua: “a procriação tornou-se logo, na sociedade cristã, o que já era na moral dos estóicos, uma das razões de ser da sexualidade”.

Já M. Vidal (*apud* Nunes, 1987, p. 14) esclarece: “além da orientação para a procriação, a moral sexual cristã recebeu da filosofia platônica a visão dualista do homem, alma/corpo, onde o corpo é visto como inimigo da alma”.

Entretanto, Foucault (1985, p. 54), contra argumenta: “embora sejam filosóficas as raízes da tradição judaico-cristã, foram os precursores do Cristianismo que implantaram a ideia de sexo como pecado”.

De fato, a ligação entre sexo e pecado e o preconceito cristão contra a atividade sexual, começaram com São Paulo. Suas ideias tiveram muita influência no pensamento de outros teólogos que o sucederam. Na primeira Carta à comunidade de Corinto, capítulo 6, versículos 12 a 20, São Paulo fala sobre a fornicação, imoralidade que homem e mulher unidos formam num só corpo, portanto, se o homem se juntar a uma prostituta, maculará a carne de quem nem lhe pertence e sim ao Senhor. “É melhor casar-se do que abraçar-se” (BÍBLIA, N. T., 1Cor 7, 9).

São Paulo também reafirma a indissolubilidade do matrimônio. Segundo sua recomendação: se a separação fosse inevitável, o casal deveria permanecer em celibato e em estado de castidade o resto da vida. “O novo casamento só era permitido em caso de morte de um dos cônjuges” (BÍBLIA, N. T., 1Cor, 7, 1-11; 22-28).

A homossexualidade também é condenada por São Paulo, ao afirmar que os homossexuais não herdariam o reino de Deus, pois sexo só era permitido no casamento entre homens e mulheres (BÍBLIA, N. T., 1Cor, 7, 1-11; 22-28).

O apóstolo Paulo é o único que fala de moral sexual no Novo Testamento, mencionando, inclusive, a submissão e a obediência obrigatória da mulher ao marido<sup>6</sup>:

As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o Marido é cabeça da mulher assim como Cristo é cabeça da Igreja, seu corpo, do qual Ele é o Salvador. E, como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres devem se submeter em tudo a seus maridos (BÍBLIA, N. T., 1Cor 5, 22-24).

Anthony Kosnik et al. (1982) observam que, no Antigo Testamento, descreve-se a sexualidade criada por Deus como algo bom, diante da qual as criaturas humanas não precisam ficar desconsertadas ou envergonhadas.

Os relatos da criação no “Gênesis” não revelam qualquer sinal de desprezo pela natureza sexual humana. Nele, o sexo é simplesmente um dos aspectos da vida humana, nem dominante nem desprezado, pois nunca é considerado uma realidade isolada. Está inserido num contexto mais amplo, juntamente com outros aspectos da vida.

Na Bíblia, o homem possui natureza sexuada, pois admite que os estímulos sexuais provocam sensações agradáveis. Portanto, a rejeição ao prazer físico não tem origem nos textos bíblicos, mas nas interpretações calcadas no pensamento da época. Foi no Cristianismo que se originou a ‘aversão ao prazer’ de forma geral e, por extensão, ao prazer sexual.

Para Cunha (1981, p. 21) “o que São Paulo fez de pior para nossos preconceitos e tabus sexuais foi dizer que a mulher é uma tentação em potencial, desviadora das energias do homem para Deus e para a Salvação”.

Entretanto, de acordo com Nunes (1987), foi Santo Agostinho (354-430 d. C.) a personalidade que mais influenciou a formação moral sexual no Ocidente. Seu pensamento, apoiado na filosofia grega da Antiguidade e também em São Paulo, passou a constituir a base da filosofia e da teologia da Igreja Católica. Agostinho pregava que a perfeição do ser humano não seria possível com a prática sexual.

Após importantes transformações em sua vida, Agostinho converteu-se e formulou uma moral sexual que implicou na sua repressão, propondo que, mesmo

---

<sup>6</sup> Esta submissão da mulher talvez seja o condicionamento cultural que mais resiste a mudanças. Ainda persistem, em muitos países e regiões do mundo, a discriminação da mulher e dos homossexuais, que, em Paulo, ambos eram vistos como praticantes de pecado, doença e crime.



no casamento, a relação sexual deveria se dar sem prazer, atendendo apenas ao objetivo da procriação.

Segundo Araújo (1995), Agostinho deixou inúmeras obras nas quais expõe sua moral sexual, mas, talvez a mais contundente no sentido de compreender-se a sua luta contra a sexualidade seja “Confissões”, nas quais se entende que, para se converter, ele teve que sublimar sua energia sexual.

As interpretações posteriores das obras e vivências referentes a Santo Agostinho não levaram em consideração o contexto histórico, social e pessoal no qual foram escritas e seus posicionamentos teóricos foram referendados, desconsiderando-se inteiramente o ambiente em que foram produzidos.

Isto resultou numa visão da sexualidade distanciada da Bíblia, sendo então considerada fonte de pecado e não como constituinte da natureza humana.

Cunha (1981, p. 21) salienta que Santo Agostinho viveu intensamente a vida sexual até seus 33 anos “e resolveu seu conflito entre a carne e o espírito pela rejeição total da vida carnal (..) e, que a Igreja passou a ver a relação sexual como permitida apenas entre marido e mulher e para a procriação somente, jamais para o prazer”.

A Igreja entendeu e pregou, então, que toda relação sexual era anti espiritual e vergonhosa, mesmo dentro do casamento.

De acordo com esta citação, apreende-se que a doutrina sexual cristã, com sua rigidez moral, foi se consolidando mediante um lento processo de fusão de ideias, de escritos religiosos, com ideias da filosofia.

Do Neoplatonismo, Agostinho recebeu influência decisiva na forma de pensar a sexualidade no Ocidente cristão. Por sua vez, Aristóteles foi o grande inspirador de São Tomás de Aquino. Segundo Gregersen (1982, p. 25), Santo Agostinho: “foi considerado o pai da sexologia ocidental, foi o pensador mais influente da moral sexual, cujas ideias foram adaptadas anos depois por (..) São Tomás de Aquino”.

Araújo (1995, p. 63) acrescenta: “São Tomás de Aquino, outra figura de vital importância para a normatização da sexualidade no Ocidente” se referia à sexualidade somente para a procriação.

Resumindo, para Cunha (1981, p. 22), os três santos, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino viam o homem como sendo muito superior à mulher e pareciam ter um medo imenso da paixão e do amor carnal. Suas ideias, bem como as de alguns outros Santos Padres da época, tornavam-se instrumentos

usados pela Igreja Católica Apostólica Romana para o controle político e comportamental das pessoas.

No século IV, o imperador Constantino se aliou aos cristãos. A decisão dele não foi apenas religiosa, mas política também. Assim, a religião cristã se apresentou como uma esperança para a unificação do Império Romano, obtendo cada vez mais adeptos.

Isto implicará em uma influência muito grande da Igreja nos assuntos seculares, pois passou a ser detentora de um poder até então jamais possuído por nenhuma outra religião.

Durante o período da Idade Média, segundo Tannahill (1983), a Igreja elaborou ensinamentos anti-sexuais rígidos e se encarregou de difundi-los. A crença básica em relação ao sexo era: o prazer sexual é condenável e há regras para manter-se longe do pecado.

Também nesta época, o sexo era desvalorizado, só sendo permitido no casamento, para servir à procriação. O sexo prazeroso é rejeitado e se torna pecado. O celibato é exaltado como uma virtude desejada, um ideal da pureza: só os fortes conseguem vencer a tentação da carne. Em geral, as atitudes em relação ao sexo são de medo e culpa.

Além do mais, Belzer (1974, p. 35) diz: “a mulher ocupava uma posição medíocre na sociedade medieval, não tendo nem existência legal”. Ela saía do domínio do pai e passava para o do marido. A esposa servia para gerar filhos e cuidar deles, enquanto a amante para satisfazer a luxúria.

Por sua vez, os homens da nobreza tinham liberdade de usar e até violentar impunemente as mulheres de classes mais baixas.

Sussman (1976) diz que as atitudes em relação ao amor e ao sexo começaram a mudar no final deste período de obscurantismo: busca-se o amor puro, que excluía totalmente o amor sexual. Surge assim, o amor cortesão, um novo ideal na relação homem/mulher.

Portanto, no final do século VII, começaram a cultivar este ideal, separando a paixão da relação sexual, sendo que o amor era um sentimento que não se podia realizar no casamento. Surge a crença de que o homem que amasse ardentemente sua mulher seria um adúltero.

Tannahill (1983, p. 288), informa que ainda “no início do século XIV, surge outro fenômeno medieval, que é o medo da bruxaria. Em 1348, surgiu a peste

bubônica, que matou um terço ou metade da população na Europa”. Outras epidemias eclodiram em 1362 e 1374, mas com menos intensidade. A igreja via-se questionada em relação ao seu enorme poder.

No final do século XIV e início do século XV, surge o medo de demônios e de criaturas sobrenaturais que pudessem causar o mal. “As mulheres eram acusadas de injustiçarem os homens. Qualquer coisa que não tivesse explicação seria considerada bruxaria. As mulheres e os doentes mentais foram os grandes perseguidos, condenados à morte e à tortura” (SUSSMAN, 1976, p. 33).

Bem ao final da Idade Média, entre 1495 e 1498, uma guerra ocorrida na Europa para a conquista de Nápoles, ganhou destaque, não pela campanha das tropas francesas e nem pela rivalidade entre os reis, mas, porque, durante o deslocamento das tropas, alastrou-se uma epidemia de sífilis (*Morbus fallicus*). Nenhuma região da Europa foi poupada dessa epidemia e, este fato forjou a ideia de “sexo associado a uma doença letal”.

Como hoje acontece em relação à AIDS, ninguém queria assumir a responsabilidade pelos fatos, sendo sempre, os mais fracos e os menos versados nos progressos tecnológicos, apontados como os responsáveis pelas calamidades.

Na época, os “bodes expiatórios” eram as caravelas de Colombo. De acordo com Sussman (1976, p. 142), em 1494, cerca de dois anos após a volta de Colombo do Novo Mundo, houve uma epidemia de sífilis na Europa e, desta época em diante, esta doença, cuja transmissão se dá pelo contato sexual, tornou-se um flagelo para a humanidade, deixando entrever a permissividade da época.

Passou-se a afirmar que a sífilis não nascera na Europa, mas fora contraída pelos nativos do novo mundo, que tendo se contagiado por macacos, por sua vez, a transmitiram aos marinheiros europeus (Sussman, 1976).

Porém, o Novo Mundo não tinha qualquer comprometimento com a epidemia da sífilis. Ao contrário, ele é que foi, mais tarde, contaminado pela colonização européia.

No Brasil, antes da chegada dos europeus, a sífilis não existia. Só 50 anos depois é que Pe. Manuel da Nóbrega noticiou a morte de pessoas com a doença. A este propósito, Gilberto Freire (1978, p. 73) afirma: “o Brasil foi sifilizado antes de ser civilizado”.

Doença difícil de ser combatida, a sífilis vinha encoberta pelo manto do prazer erótico. Os moralistas da época consideravam a sífilis como um merecido castigo dos céus aplicado àqueles que tinham cometido os pecados da carne.

Logo recaiu sobre os homossexuais e as prostitutas a acusação de que vendiam sexo misturado à sífilis. Aproveitando o momento desta tragédia, reforça-se a ideia de que a atividade sexual, característica da natureza humana, só poderia ser praticada com finalidade de procriação e, jamais permitida como busca de prazer.

Demorou-se muito (400 anos) a encontrar um remédio contra a sífilis. Enquanto isso, a solução era adotar medidas preventivas. Assim, recomendava-se evitar parceiros desconhecidos e, quando isso não fosse possível, que se usasse a camisinha que, nos primeiros tempos, era confeccionada em linho.

Entretanto, essa camisinha logo encontrou resistências daqueles que não se conformavam em ter que vestir um “paletó peniano de tecido” para ter relações sexuais.

Esta era a época da “sifilofobia”. Aqueles que contraíam a doença sentiam culpa e vergonha e procuravam escondê-la, porque as pessoas fugiam dos sifilíticos, os discriminavam e abandonavam.

Os hábitos sexuais mudaram um pouco nesta época, mas, superado o susto, a humanidade continuaria a arriscar a pele em busca do prazer erótico<sup>7</sup>.

Como Foucault alertou, depois desse obscuro período da Idade Média, tem início um terceiro momento da História da Sexualidade, que desembocaria, tempos depois, na Revolução Sexual do século XX.

No século XV, surgiu um movimento em Florença, espalhando-se para outras partes da Itália e depois para o resto da Europa, denominado Renascença ou Renascimento.

---

<sup>7</sup> Acontecimentos parecidos ocorrem hoje em relação à AIDS. Na década de 80, o surgimento dessa outra doença letal que, acredita-se, tenha vindo da África, transmitida, provavelmente, pelos macacos africanos, primeiro aos negros, destes aos homossexuais e, finalmente, tendo atingido a população branca dos Estados Unidos e depois a do resto do mundo, criou o que conhecemos como “aidofobia”. Igualmente, quem contrai AIDS sente culpa e vergonha, procurando escondê-la. Ainda não existe uma vacina contra o vírus HIV, assim como na época da epidemia da sífilis, também não existia vacina para tal doença. Então, resta-nos, como profilaxia, a prevenção a ser ensinada através de educação sexual. As similaridades sobre os dois períodos são muitas. A única coisa que mudou foi o material do qual é feito hoje o preservativo, não mais de linho. A sensação é de que, em 500 anos, não se avançou nem um pouco em direção à conscientização das pessoas sobre a vivência da sexualidade. Em pleno século XXI, o sexo continua sendo visto como ‘veículo de morte’, quando basicamente deveria ser reconhecido como um veiculador da vida.

De acordo com Sussman (1976, p. 37), nesta época as pessoas passaram a pensar em si mesmas como indivíduos e a aceitar como naturais seus desejos, percepções e impulsos. Houve uma abertura maior na arte, na literatura e na vida cotidiana, criando uma nova realidade social: o sexo poderia ser abertamente praticado, idealizado e desfrutado.

Entretanto, a passagem dos ideais medievais para os renascentistas foi lenta e gradual. O declínio da espiritualidade, que caracterizou os séculos XIV, XV e XVI, esteve ligado à baixa reputação espiritual da Igreja, chegando ao auge com o papa Alexandre VI (1492-1503), pai de cinco filhos ilegítimos. “Roma vivia novamente uma fase de extrema liberdade sexual, inclusive havia bordéis funcionando com autorização da Igreja” (SUSSMAN, 1976, p. 38).

Durante a Renascença, pela primeira vez desde a Antiguidade, as prostitutas puderam trabalhar em suas próprias casas. Ainda segundo Sussman (1976), em Roma e Veneza elas eram chamadas de “cortesãs honestas” e eram membros respeitáveis da sociedade.

O Renascimento eclodiu após séculos de trevas da Idade Média como uma forma livre de expressão, principalmente na arte, que retratou a permissividade sexual vivida pelos seus artistas.

As modelos posavam nuas para os pintores ou escultores e, não raro, mantinham relações sexuais com eles. A arte renascentista, que muito representava o nu, explodiu com tamanha força que se tornou imortal.

Sussman (1976, p. 48) diz que: Cellini, Rafael, Leonardo da Vinci, Felipo Lippi e Michelangelo foram alguns dos pintores que deixaram um acervo artístico inigualável.

O artista foi o grande herói do Renascimento. Ele deu expressão visual ao ideal e ao espírito de sua época. Através da biografia dos artistas renascentistas mais famosos, constatou-se que vários deles eram filhos ilegítimos e que suas vidas foram pautadas por uma grande liberdade sexual.

Nesta época, surge o Humanismo e a Razão e a Igreja Católica vivia uma fase de permissividade, mas mantinha seu ponto de vista sobre o celibato para os padres e freiras, e também sobre a indissolubilidade do casamento. Entretanto, era comum os padres manterem concubinas e terem filhos ilegítimos.

Continua Sussman (1976, p. 50):

Quando da construção da Igreja de São Pedro foram vendidas indulgências para a remissão dos pecados. Martinho Lutero, padre católico, insurgiu-se contra isto e liderou a Reforma Protestante, separando-se da Igreja Católica e não aceitando as doutrinas referentes à indissolubilidade do casamento, ao celibato dos padres e à virgindade”.

Lutero reconhecia o impulso sexual e pregava que aqueles que não pudessem viver em castidade deveriam se casar, sem prejuízo dos seus deveres religiosos.

Figueiró (2001, p. 5) registra as irresignações de Lutero nas seguintes perspectivas:

... Martinho Lutero, um monge agostiniano do século XVI, que, além de visar disciplinar e moralizar todo o clero, queria também, como o próprio nome do movimento aponta, reformar toda a doutrina cristã.

Para esse trabalho, marcado fortemente pelo rigorismo e fundamentado em Santo Agostinho, contou em especial com a ajuda de Calvino. Num momento posterior, as teorias da Reforma acabaram por culminar num sistema teológico denominado Calvinismo.

Dentre o amplo conjunto de atitudes revolucionárias de Lutero, citam-se: a negação da autoridade espiritual dos padres e do princípio da infalibilidade do papa e a defesa da abolição do celibato eclesiástico, bem como a defesa e a valorização do matrimônio. Esse movimento foi extremamente significativo, pois dele originaram-se numerosas seitas protestantes, às quais a Igreja Católica reagiu com a Contra-Reforma.

O movimento de Contra-Reforma, que emergiu do Concílio de Trento (concluído em 1563) e envolveu os séculos XVI e XVII, deu origem à moral ‘tridentina’, na qual a sexualidade popular passa a ter ligação direta com a noção de condenação ao inferno, apresentado “): “como lugar dos *pecadores e fornicadores, prostitutas e invertidos*” (grifo do autor) (Nunes, 1987, p. 63).

Araújo (1995) relata que nesta época foi elaborado um catecismo com toda a doutrina católica conhecido como “Catecismo Romano do Concílio de Trento”.

A moral tridentina foi adotada por toda a Igreja até os dias atuais. Só recentemente foi elaborado um novo catecismo, o qual contém as mesmas posições contra-reformistas em relação à sexualidade.

Figueiró (2001, p. 6) recorda que o sexo ainda permaneceu reduzido à procriação tanto na Reforma quanto na Contra-Reforma:

Tanto a Reforma como a Contra-Reforma foram portadoras de pedagogia e moral bastante negativas, austeras e castradoras, e com elas, o sexo permaneceu reduzido à procriação. Isto veio ao encontro das necessidades do mundo capitalista que surgia, no qual se acreditava que era preciso reprimir o sexo para que a energia libidinosa fosse direcionada para o trabalho.

A liberdade do Renascimento se prolongou pelos séculos XVI e XVII, marcando a transição da sociedade medieval para a moderna.

### **2.1.2 A Sexualidade na idade moderna**

A partir do século XVI a sociedade europeia passou por um processo de aburguesamento, lento e profundo, levando a mudanças nos valores sociais e morais. A nobreza deixou de ser um grupo dominante e passou a ser alvo de crítica por seu comportamento libertino.

Houve grande desenvolvimento intelectual nos séculos que se seguiram - XVII e XVIII-, que ressaltavam a Razão, sendo o século XVIII caracterizado pelo movimento denominado Iluminismo.

De acordo com Sussman (1976), as contribuições científicas de homens como Descartes, Galileu, Kepler, Newton, Boyle e Hooke influenciaram com o impacto de suas descobertas a redefinição de muitas ideias existentes sobre assuntos humanos, incluindo a sexualidade.

A partir do século XV, começara a mudar o sentimento de família. Isto acontecia de uma forma lenta e profunda. Ariés (1981, p. 232) cita:

Essa educação correspondeu a uma necessidade nova de rigor moral por parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Mas ela correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças dos sentimentos da infância, outrora separados. A família concentrou-se em torno da criança. (...) O clima sentimental era completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola (..).

No início, a escolaridade era apenas para os meninos. As meninas continuavam em casa, sendo, muitas vezes, educadas por parentes ou vizinhos.

Joe Van Ussel menciona em seu livro (1980) que, por volta do século XVIII, houve um aumento na masturbação, uma atividade sexual solitária. Van Ussel (1980) relaciona o processo de dessociabilização a muitos fenômenos sexuais, a exemplo do que diz sobre a masturbação, como sendo resultado das mudanças sociais ocorridas pelo aburguesamento da sociedade.

Por se tornar mais complexa, a sociedade acabou gerando contatos cada vez mais superficiais entre seus membros e, com isto, há um crescente afastamento de si e dos outros.

Em relação ao corpo, também houve mudanças. Passa-se a esconder o próprio corpo debaixo de tecidos superpostos e também passa-se a dissimular seu odor com desodorantes.

A partir deste momento, tem-se uma maior regulação da vida afetiva mediante o autocontrole. “O burguês se caracterizou pelo grande domínio que deveria ter de si, quem conseguir se dominar poderá trabalhar melhor e adaptar-se mais facilmente à sociedade” (VAN USSEL, 1980, p. 56).

As emoções deveriam ser contidas e isto se manifestou também no plano sexual. Van Ussel (1980, p. 56) diz que “o prazer pelo prazer era um pecado. O corpo foi transformado, de conjunto de órgãos de prazer que era, em órgão de realização, tornando impossível a experiência voluptuosa do sexo e de Eros”. A partir deste sentimento de pecado, o homem passou a se autojulgar.

A propósito, Van Ussel (1980, p. 59) comenta:

Uma grande liberdade sexual só é possível quando há certeza de se estar protegido contra o choque da violência física. (...) Uma liberdade exige arranjos inconscientes, uma imposição interior, invisível. A co-educação, a “liberdade” da linguagem, o biquíni, o *strip-tease*, o dançar abraçado pressupõem a certeza de que os outros pensam segundo as mesmas normas, em suma, que estão em condições de conter e transformar as emoções.

O processo de modernização provocou uma maior intimização das emoções e o sexo passou ao domínio privado da existência. Gradativamente, as casas se transformaram. Passou a haver muros que separavam a casa da rua, as portas passaram a ser fechadas e se alguém quisesse entrar, teria que se anunciar.

No século XVII, a progressiva intimização se manifestou também nas construções e imobiliário. A casa ganhou quartos, camas fixas e passaram a ser construídas salas de refeições e de estar. Van Ussel (1980, p. 58) comenta que, assim: “progressivamente a família se isola em sua intimidade”.

A partir daí, tem-se a casa moderna, com os cômodos independentes, abrindo-se para um corredor. De acordo com as palavras de Ariés (1981, p. 265), “o conforto desta época nasceu ao mesmo tempo que a intimidade, a discrição e o isolamento, e foi uma das manifestações desses fenômenos”.



Van Ussel (1980, p. 60) diz ainda que “a interiorização conduz a uma tensão interior. A repressão à sexualidade determina uma série de regras de boa educação e, mais tarde, preceitos morais que preconizavam um respeito mútuo constante, a fim de não aumentar as tensões latentes”.

A partir do século XVIII, os jovens foram educados de forma a dirigir sua atenção para os estudos, canalizando a energia sexual reprimida. Nos colégios eram evitadas todas as situações que propiciassem contato de natureza sexual entre os jovens.

Combate-se fortemente a masturbação, de forma que os dormitórios eram vigiados e até as roupas eram confeccionadas de forma a dificultar a masturbação.

Toda esta repressão sexual provocou uma sexualização de estímulos que, até então, eram neutros. Aparece assim, uma erotização maior, fruto da modernização. O século XVIII é realmente o grande marco na mudança de atitude em relação ao sexo.

Van Ussel (1980, p. 68) diz: “O laço entre sexualidade e prazer não só foi omitido em toda a informação sexual do século XVIII até meados do século XX como mesmo nos livros para adultos ocupava um lugar cada vez menor”.

A sexualidade foi associada à procriação, como consequência foi rejeitada toda atividade destinada apenas ao prazer, inclusive a atividade pré-conjugal.

O sexo era aceito dentro do casamento, mas associado à concepção. O interesse pela sexualidade tende a ser considerado indecente, associado à imoralidade. Note-se que o ideal da esposa vitoriana era a mulher frígida, que despreza o sexo.

No final do século XVIII, os educadores ainda aceitavam a expressão do instinto sexual, mas no início do século XIX este passou a ser considerado concepção moral. Pouco a pouco, a sexualidade deixou de ser integrada à vida. Havia fortes tabus, o indivíduo era obrigado a renegar a sua sexualidade.

Sussman (1976, p. 59) comenta: “Apareceu então a hipocrisia e, o duplo padrão moral era comum”. O autor relata que, na Inglaterra, foi uma época em que floresceram bordéis e houve um aumento da prostituição.

Thomas R. Malthus formula uma teoria que depois seria denominada *malthusianismo*, na qual postula que os meios de subsistência crescem em progressão aritmética e a população cresce em progressão geométrica.

Portanto, segundo Sussman (1976, p. 63): “era preciso que se limitasse a natalidade. A solução proposta por Malthus era que as pessoas se casassem mais tarde, em torno dos 30 anos, para que tivessem menos filhos. Até então, deveriam se manter em total abstinência sexual”<sup>8</sup>.

Como já vimos, de acordo com Foucault, o terceiro momento da História da Sexualidade, é o que podemos chamar de período da Revolução Sexual. Esta, de fato, ocorreu no século XX, após as duas Grandes Guerras. Vários teóricos, movimentos e meios de comunicação - especialmente a televisão - contribuíram para que houvesse esta dita revolução.

Nesta época, Darwin revolucionou os conceitos básicos das ciências naturais, Freud questionou tudo que o homem tinha como certo, especialmente em relação à sexualidade e, Marx inaugura uma compreensão estrutural das sociedades humanas e seus mecanismos de exploração e reprodução ideológica, levando pensadores e movimentos a rever os valores estabelecidos.

Por isso, tanto no período anterior a Primeira Grande Guerra, como no período ‘entre guerras’ e durante a Segunda Grande Guerra Mundial, surge um princípio de ciência sexual.

Ainda que com muitos equívocos e preconceitos, isso aparece como resultado do momento de convulsão social e crise de valores pelos quais a humanidade estava passando, levando à uma modernização da vida sexual.

Foi no início do século XX que o poder médico voltou-se para a tarefa de higienizar a classe proletária, tendo em vista a percepção pelos médicos, da degradação física e moral que vinha marcando essa classe.

Segundo a psicóloga Figueiró (2001, p. 55), “predominava, nessa época, uma forte preocupação da classe médica quanto à sujeira e contaminação; os trabalhadores, por sua vez, eram percebidos como carentes de higiene pessoal”.

Corroborando este entendimento, colhe-se do trabalho elaborado por Rago (1985, p. 12), apud Figueiró, (2001, p. 55) o seguinte:

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres

---

<sup>8</sup> Essa preocupação com o controle da natalidade existe ainda hoje, por conta do medo de uma explosão demográfica, pois com a modernização da sociedade, as condições de vida melhoraram, a mortalidade infantil diminuiu muito e o índice de longevidade aumentou.

públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX.

De acordo com Van Ussel (1980), inicia-se, assim, na entrada do século XX, um novo período, em que a medicina passa a estar em condições de poder contribuir mais positivamente para a vivência plena da sexualidade.

Portanto, nesse início de século, a visão de sexologia estava muito influenciada pela medicina. Procurava-se sanear as doenças venéreas e diminuir a prostituição. Lutava-se por melhores condições socioeconômicas, mas a visão da problemática sexual ainda era individual e não social.

Os primeiros estudos em sexologia aparecem na Europa Central, e em países anglo-saxões. Estes estudos eram, sobretudo, biológicos, e a problemática era abordada por médicos.

Foi necessário que, no final do século XIX, surgisse na Áustria, Sigmund Freud, para que mudasse o modo de pensar sobre a sexualidade durante toda a duração da vida humana.

A obra de Freud foi de grande impacto pela formulação da noção de 'motivação inconsciente'. Em 1905, ele publicou "Três ensaios sobre sexualidade", introduzindo a 'teoria da libido' que postula a existência da sexualidade infantil.

Grande parte da mudança de enfoque sobre a sexualidade que hoje vivenciamos é devido à divulgação das ideias de Freud que, pela primeira vez, afirmou a existência de fases na sexualidade na infância, correlacionando-as com as fases de desenvolvimento infantil.

É claro que as considerações de Freud foram muito contestadas numa época em que a sociedade ainda relacionava a criança à inocência, à pureza, e à ausência de sexualidade.

Freud ainda ousou declarar que todos praticavam o sexo, que ele estava inserido na natureza humana desde o nascimento, tratando a questão como inerente e não mais como um "pecado".

A Antropologia e a Etnologia também contribuíram para a construção dessa nova visão. Os meios de comunicação haviam alcançado grande progresso. A ciência avançava rapidamente. Nessa época, já havia rádio, telefone, cinema, automóvel, avião, entre outros. Isto contribuiu para que a sociedade modificasse.

No século XX, a mulher também passou a reivindicar um lugar para si na sociedade, não querendo mais ser a sombra do marido ou até mesmo precisar se casar para obter *status* de adulta.

Por sua vez, o cinema criou ídolos e ideais de mulheres, influenciando em grande parte os costumes. A nova mulher passou a usar saias curtas, cabelos curtos como os dos homens, entre outros comportamentos.

As pesquisas do sexólogo norte americano Alfred Kinsey et al. (1954, p. 30) dizem: “observem que há nítida diferença de comportamento sexual entre as mulheres nascidas antes de 1900 e as que nasceram após”, atribuindo esta mudança de hábitos às condições sociais enfrentadas pelas últimas.

Na segunda década do século XX, temos as importantes publicações de Van de Velde, entre as quais, um livro no qual discutia o casamento e técnicas de relações sexuais, tais como posições para o sexo, sexo oral e outros.

Edgard Gregersen (1993, p. 51) relata sobre a importância de estudos antropológicos realizados:

Em 1928, Forel, Ellis e Herschfield fundaram a Associação Mundial para a Reforma Sexual. E em 1929, Malinowsky publicou uma importante obra sobre a vida sexual dos habitantes das ilhas Trobiand, na qual analisa o namoro, o casamento, as relações de família com os respectivos sistemas de crenças e valores dos trobianenses. Esta obra foi importantíssima para os estudos da sexualidade humana.

Van Ussel (1980, p. 228) comenta que, entretanto: “os movimentos libertadores da sexualidade ainda eram restritos a uma pequena elite, não atingiam as classes menos favorecidas, nem havia esta preocupação”.

Porém, o maior progresso e as mudanças de costumes significativos aconteceram após a Segunda Guerra Mundial, que iniciou no ano de 1939 e acabou em 1945, pois o mundo teria de passar pela reconstrução da Europa e do Japão, este último arrasado pela bomba atômica (1945).

Nesta época, surgiu a televisão (década de 1930), portanto, as comunicações entre os povos se tornaram ainda mais rápidas. Ao mesmo tempo em que retratava a guerra, começou-se a propagar o ideal romântico. O jovem tornou-se mais livre de influência paterna.

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo adotou novo modelo político-social e econômico onde passou a imperar o consumismo. O sexo também passou a entrar nesta engrenagem de consumismo.

Conforme as palavras de Nunes (1987, pp. 73-74): “O capitalismo apreendeu a sexualidade como um grande grito e a incorporou à sua máquina de consumo: toda propaganda passa a falar de sexo”.

Em 1948, os estudos do norte-americano Alfred Kinsey e seus colaboradores sobre sexualidade humana relataram sobre o comportamento sexual do homem americano.

E, em 1953, esse autor publicou os dados referentes ao comportamento sexual da mulher. Estes relatórios de Kinsey serviram para responder muitas questões sexuais até então não esclarecidas, tornando-se um referencial objetivo do comportamento sexual humano em torno da metade do século XX.

Na década de 1940 e 1950, surgem os ideais dos movimentos feministas mais radicais e extremistas, questionando casamento, virgindade, aborto, enfim, tudo relacionado à mulher.

Em 1956, o biólogo norte americano Gregory Pincus e seus colaboradores desenvolveram o primeiro contraceptivo oral eficaz, a chamada pílula anticoncepcional, que passou a ser comercializada na década de 1960 que, com sua eficácia comprovada, tornou possível desvincular o sexo da procriação.

Nessa mesma década, com o advento da chamada Revolução de Costumes, as conclusões de Freud foram ainda mais valorizadas.

Segundo Nelson Vitiello (2000, p. 33),

Nessa época, os questionamentos sobre o valor da repressão sexual e o reconhecimento do sexo como matéria de estudo, conduziram à noção de ser a vida sexuada um direito e não um pecado, levando a sociedade à busca do entendimento de sua própria sexualidade. Durante essa busca, foi encontrada uma infância que, embora sexualizada, estava exposta à acentuada repressão.

Gregersen (1983, p. 167), a propósito do movimento feminista, comenta:

Entre as feministas, a mais conhecida foi Betty Friedan, que fez conferências pelo mundo, escreveu livro divulgando suas idéias sobre a mulher impor-se como força de trabalho necessária para a subsistência da família. Com influências como esta e outras, apareceu uma nova situação, a de divisão de poder com o marido. Criou-se uma nova estrutura familiar

que deixou de ser patriarcal para se tornar democrática em um grande número de famílias.

Com todas essas influências, houve uma mudança de crenças e atitudes em relação à sexualidade como: a luta pelos direitos da mulher pela sua liberdade sexual, igualdade de direitos sociais, profissionais e sexuais, levando a um questionamento dos valores. Porém, as mudanças não ocorreram na mesma época nas diferentes camadas sociais e nas diferentes sociedades.

Uma outra contribuição importante ocorreu em 1966, com Masters e Johnson, que publicaram o livro “Resposta Sexual Humana”, no qual eles e sua equipe pesquisaram o ciclo da resposta sexual humana, com todas as variações anátomo-fisiológicas. Esse trabalho foi reconhecido pelo rigor científico.

O segundo trabalho destes pesquisadores foi na década de 1970, um segundo livro intitulado “Inadequações sexuais”, propondo terapias focais para pessoas com problemas sexuais que passaram a se chamar disfunções sexuais, baseadas em princípios comportamentais.

Após esses trabalhos, surgiram inúmeros pesquisadores que enfocavam as disfunções sexuais e seu tratamento, dentre eles, destaca-se Hellen Kaplan, em 1977.

Em 1978, nasceu o primeiro bebê de proveta, que teve repercussão mundial, provocando inúmeras discussões éticas e religiosas. Araújo (1985, p. 3) comenta: “uma mulher já poderia ter seu óvulo fecundado fora do corpo e depois, então, implantado no útero para se desenvolver normalmente como qualquer bebê”.

A partir da década de 1970, jornais, programas de TV e revistas passaram a fazer reportagens sobre gestação e parto. O nu passa a ser permitido no cinema e nas revistas. Debates sobre sexo são veiculados pelos meios de comunicação.

As feministas ganharam a luta pelo aborto em muitos países, embora sob forte pressão da Igreja Católica. Estes movimentos pela emancipação começaram pela elite cultural, depois é que se estenderam às demais classes.

Porém, na década de 1970, a emancipação sexual ainda não era um fato mundial. Pelo contrário: as distorções referentes à sexualidade ainda eram enormes na sociedade.

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento da AIDS, doença que pode ser sexualmente transmissível, a qual trouxe para ambos os sexos uma nova consciência sobre as conseqüências do exercício da sexualidade.

Essa doença foi superestimada e usada como fator de repressão por estruturas sociais mais conservadoras, levando à possibilidade de discussão mais aberta sobre sexo, passando o sexo então a sofrer uma forte associação à morte.

O exercício da sexualidade, para a maioria das pessoas, passa a ser afetado, sendo comum o uso dos termos promiscuidade sexual e prática inconsequente do sexo como sendo estes os responsáveis pela propagação da AIDS.

A partir da década de 1980, os governos se mobilizaram para o combate à doença, mas, ficou provado que é com diálogo aberto que se pode combatê-la.

Mais uma vez se constatou a necessidade da Educação Sexual, não apenas enfocando a procriação e as DSTs, mas, principalmente, o sexo como um dos constituintes da vida do homem.

Yara Sayão (1997, p. 73) cita:

Nesta década, muitas escolas abriram espaço para a discussão da sexualidade através de palestras, encontros, debates a cargo de médicos e psicólogos pela abordagem dos conteúdos relativos à reprodução humana nas disciplinas de Ciências e Biologia.

Esses espaços tiveram como principais motivações as questões vinculadas à AIDS/DSTs, gravidez indesejada ou inesperada na adolescência.

Cabral (1995, p. 13), ao comentar os efeitos da epidemia, afirma:

Percebe-se que a AIDS (re) colocou a educação sexual na escola. A sexualidade humana constitui um dos temas amplamente investigados nos últimos 30 anos, por causa de sua importância para os diversos campos da ciência. Mas, recentemente, esta investigação tem se voltado para a educação, uma vez que a humanidade contemporânea se vê estarrecida diante de uma ameaça chamada AIDS.

Ao longo da década de 1990, inúmeros projetos de Educação Sexual foram implantados em muitas escolas de vários países, inclusive no Brasil. A escola buscou mostrar que não há um silêncio por parte dela em relação à sexualidade.

Passou-se a poder falar de sexualidade com as crianças, mas ainda dentro de regras que controlam e legitimam o discurso autorizado como o biológico, o de família-reprodução, da criança inocente-assexuada e o pedagógico.

Iniciou-se uma modernização da vida sexual, que ocorreu no sentido de racionalização da sexualidade que caracteriza, então, uma nova etapa da influência

da Medicina na vivência da sexualidade das pessoas. A Medicina passa, assim, a estar em condições de contribuir para o conhecimento da sexualidade.

Segundo Figueiró (2001, p. 60), “apesar dessas aberturas e avanços, as idéias antes veiculadas pela Higiene (século XIX e início de XX) não foram eliminadas de todo, sendo ainda possível encontrar resquícios das mesmas”.

A racionalização da sexualidade segue atingindo, como mostra Parker (1991, p. 139): “pessoas da elite e da classe média emergente, que têm acesso a cultura. Pessoas das classes populares, em sua maioria, estariam ainda mais influenciadas pela abordagem religiosa”.

Van Ussel (1980, p. 230) aliviando a responsabilidade da Igreja Católica, faz a seguinte reflexão:

Não concebo às igrejas influência na atitude anti-sexual e sim aceito o fato de que elas favoreceram a revolução cultural que possibilitou todas as mudanças sociais e psicológicas que resultaram na modernização da sociedade. Portanto, não se pode explicar só por influências religiosas as mudanças culturais ocorridas no mundo ocidental, pois, em diferentes seitas religiosas, as pessoas apresentam praticamente os mesmos comportamentos. O protestante alemão do século XIX agia da mesma forma que o católico francês da mesma época.

O que se pode argumentar é que um conjunto de fatores culturais, religiosos, econômicos, sociais, biológicos e psicológicos determina a atitude que o indivíduo tem perante a sua sexualidade.

Então, para analisar uma atitude ou comportamento sexual é preciso que se entenda o momento histórico, assim como todas as influências que o determinaram.

De acordo com a análise dos diferentes momentos históricos, o ser humano estará sempre acompanhando todas as transformações. Portanto, podemos concluir que os estudos sobre sexualidade humana devem estar em sintonia com o momento histórico.

Hoje, tem-se a coragem de admitir o prazer no sexo como sendo um direito e não associando à culpa e pecado, entre outros. Procura-se resgatar a vivência da sexualidade como sendo algo inerente ao ser humano, um aspecto de sua existência.

Ver o sexo simplesmente como forma de reprodução é uma ideia incompleta da sexualidade e não satisfaz o ser humano, porque ele é tanto um quanto outro.



Entretanto, na atualidade impõe-se uma reflexão: questiona-se se realmente houve a tão propalada revolução sexual ou se, ao contrário, chegou-se a uma outra forma de repressão.

Estamos vivenciando o momento de uma permissividade muito intensa. Vivemos uma sexualidade consumista, de muita propaganda, mas de pouca informação.

A nova repressão refere-se agora à obrigatoriedade do ato sexual. É como se as pessoas, e especialmente os jovens, não tivessem escolhas sobre a sua sexualidade: elas são empurradas para uma prática sexual, sem, muitas vezes, estarem preparadas para o início da vida sexual ativa.

As crianças vivenciam uma sexualidade adulta sem saber o que estão fazendo. A precocização da sexualidade adulta, talvez seja tanto ou mais repressora do que a proibição de sentir prazer com seu próprio corpo.

### **2.1.3 Sexualidade e bioética**

A relação entre sexualidade e reprodução humanas tem sido questionada nos últimos tempos. Alguns defendem uma radical separação entre estas duas realidades humanas enquanto outros insistem num vínculo indispensável e necessário entre elas.

Diante disto, gostaríamos de apresentar alguns questionamentos sobre este assunto tão delicado: Precisamos insistir, de um lado, no vínculo entre sexualidade e reprodução o tempo todo? Não são legítimas as relações sexuais que ocorrem à parte e fora da dimensão procriativa? Abordar a questão da reprodução humana à parte da sexualidade não significaria, por outro lado, deixar de lado um dos principais pontos para sua devida avaliação? Perder de vista totalmente o vínculo entre sexualidade e reprodução humana não pode ser muito arriscado e danoso? Não é a sexualidade o pano de fundo onde se dá a parentalidade responsável? Sexualidade e reprodução não são dimensões correlacionadas do amor humano?

A sexualidade, na reflexão atual, assume amplas dimensões. Algumas delas bastante desvinculadas da questão da reprodução, de modo que sexualidade e reprodução não estão necessariamente vinculadas (VALDIVIA, 2007, p. 90).

A sexualidade assume muitas outras perspectivas além da sua dimensão procriativa e, com a reprodução assistida, a procriação nem sempre está vinculada

ao ato sexual. A separação destas duas realidades humanas constitui, de fato, um dos principais desencadeadores de situações complexas que exigem uma avaliação ética adequada no contexto do planejamento familiar, com fortes implicações sociais, psíquicas, jurídicas e religiosas.

Enfim, temos visto estudiosos da sexualidade alegarem que esta pode ser compreendida e analisada nos nossos dias deixando a questão da reprodução em segundo lugar.

Entendemos que para um estudo que foca a questão da sexualidade, tal realidade possa ser cabível nessa dimensão, pois as relações sexuais – na maioria das vezes – se situam fora da dimensão procriativa.

No entanto, defendemos a posição de que, se a compreensão da sexualidade pode ser feita sem a sua dimensão reprodutiva, o contrário não é possível, pois uma adequada compreensão da reprodução humana não ocorre sem o seu vínculo com a sexualidade. E, num texto que tem como objetivo avaliar o planejamento familiar – onde a reprodução é o tema central – esta discussão se torna necessária. Ou seja, se em algum contexto é possível e aconselhável abordar a sexualidade separadamente, no contexto do planejamento familiar a sexualidade e reprodução precisam ser estudadas nas suas inter-relações.

Podemos não querer tornar o vínculo entre sexualidade e reprodução excessivamente rígido, mas não podemos simplesmente ignorar esta relação e discutir reprodução humana totalmente ao largo da sexualidade.

No contexto de bioética secular, insistir no vínculo entre sexualidade e reprodução o tempo todo pode ser inútil, desnecessário e improdutivo, por mais relevante que seja no âmbito religioso.

Por outro lado, perder de vista totalmente o vínculo entre sexualidade e reprodução humana pode ser muito arriscado e danoso, pois ele permanece sendo o pano de fundo onde se dá a parentalidade responsável, eis que a sexualidade e a reprodução são dimensões correlacionadas do amor humano ou, como disse Marcio Fabri, “de repente esquecemos que o berço da reprodução humana é o amor” (ANJOS, 1996, p. 136).

Parece-nos, portanto, que a antropologia da sexualidade aponta para a função de gerar novas vidas, onde a sexualidade se integra também a outros níveis, como o amor, a afetividade, o carinho e o cuidado parental.

O filósofo Giovanni Reale (2002, p. 7), destaca que os "males do homem contemporâneo estão em livros, revistas, periódicos e jornais", mas acredita "que poucas vezes se chega ao verdadeiro núcleo dos problemas ". Na sequência, conclui a questão:

Para dizê-lo em termos em termos filosóficos, muito raramente consegue-se distinguir com clareza o *fundamento último*, ou seja, a raiz daqueles males, ou, quando se consegue fazê-lo, esta é expressa só (ou predominantemente) de forma alusiva e enigmática.

Desvincular a reprodução humana da sexualidade pode implicar no fortalecimento da tese que apregoa o niilismo do amor, sob o comando de Nietzsche, eis que para "remediar o esquecimento niilista do amor, o homem de hoje recorre ao sexo" (REALE, 2002, p. 150). Ato contínuo, sentencia: "O que mais impressiona não é a redução do amor à dimensão do eros físico, mas a perda do senso de medida".

O imbróglio da transformação do sexo em mercadoria, numa escalada de progressão geométrica, pode conduzir ao "homicídio do Eros" (idem, p. 151), senão vejamos:

Esse verdadeiro esvaziamento terminou contagiando não apenas o amor de doação, mas o próprio prazer físico. Este é "homicídio do Eros" e também dos valores mais elevados das tradições que constituíram a própria trama daquele Ocidente que agora está se concedendo, na verdade, um único prazer: o "prazer da destruição" de que falava Nietzsche.

Enfim, um "Eros" que pode ficar refém de padrões econômicos e financeiros, implicando na prevalência de uma sexualidade comercial, sendo plausível ter em linha de pensamento a necessidade de libertar "eros da prisão na dimensão do físico" (idem, p. 151), nos seguintes termos:

Para não cair nos excessos opostos de um permissivismo que é fim em si mesmo ou de um puritanismo exclusivamente reativo, seria preciso reencontrar entre os aspectos de Eros a luz do inteligível.

Este Autor acredita que Platão, dentre os pensadores antigos, no Banquete e no Fedro, poderia ajudar "a libertar eros da prisão na dimensão do físico" (idem, p. 151).

#### 2.1.4 Tendências brasileiras na prática da sexualidade

Na busca de elementos para falar sobre a ética do brasileiro, realizou-se uma pesquisa de opinião que foi denominada de Pesquisa Social Brasileira (PESB), no período entre 18 de julho e 5 de outubro de 2002, com 2.363 entrevistas (ALMEIDA, 2007, p. 19).

A sexualidade fez parte da amostra e pode ser visualizada inicialmente no seguinte trecho:

A PESB tratou daquilo que a literatura denomina *core values*. Esses valores são os alicerces das demais crenças sociais. Cada criança tende a ser socializada dentro dos *core values* da sociedade a que pertence. Assim, espera-se que eles mudem pouco, e apenas à medida que gerações mais jovens substituem as mais velhas. É o que de fato acontece. Fica muito claro, por exemplo, que os *core values* associados à sexualidade têm grande relação com a idade. Comparados aos mais jovens, os velhos são extremamente conservadores no assunto.

Sabe-se que, no Brasil, a virgindade das meninas, por exemplo, era um valor importante até, certamente, os anos 1970. Hoje, acontece o inverso. A adolescente virgem tende a ser estigmatizada pelas colegas. Modificou-se, de maneira muito veloz, um *core value* da sociedade brasileira.

Em outra perspectiva, Almeida (2007, p. 152) apresenta a seguinte constatação:

Na verdade, vários abismos separam os brasileiros quanto a valores relacionados ao sexo: idade, escolaridade, religião e religiosidade, só para citar alguns. Essas diferenças tornam possível compreender porque o brasileiro médio não aprova nem o homossexualismo nem outras modalidades alternativas de relações sexuais.

Por outro lado, a pesquisa nacional do Datafolha (2007, p. 3), que visitou 211 municípios brasileiros e totalizou 2.093 entrevistados com idade a partir de 16 anos, aponta, dentre diversos aspectos, para o fato de que existe mais tolerância na sexualidade e menos no aborto, que a família é a instituição mais valorizada e que a fidelidade é a qualidade mais desejada no parceiro:

**Em 1998, a Folha publicou** um caderno especial que trazia o mais amplo levantamento sociocomportamental sobre a família brasileira realizado até então.

Baseado em pesquisa nacional do Datafolha, o estudo desvendou as mudanças ocorridas nas últimas décadas do segundo milênio e foi um dos primeiros a documentar a enorme transformação ocorrida no papel social das mulheres brasileiras, que saíam da condição de donas de casa para assumir o status de donas de casa.

Nove anos depois, o jornal volta a campo para saber o que mudou desde então nos lares e nas cabeças dos brasileiros e descobriu nos códigos sociais ligados à sexualidade as alterações mais significativas. A família, que há nove anos já aparecia como instituição mais valorizada no país, cresceu ainda mais em importância, mas também ganhou tolerância sexual, afrouxando conceitos e controles.

A análise comparativa do que pais e filhos pensavam/praticavam então com o panorama do que pensam/praticam hoje permite acompanhar as mudanças da sociedade praticamente em tempo real, além de mostrar que, se para os historiadores uma década é quase nada, nove anos podem significar muito na história pessoal de cada um.

O tema do aborto apresentou aumento na taxa de rejeição, sendo a questão comentada por especialistas, senão vejamos:

(...) a interrupção da gravidez não desejada desponta com a variação mais significativa, com um salto de 61% para 71% na taxa de rejeição. Em outro desdobramento da pesquisa, sobre o que consideram moralmente certo ou errado, 87% condenaram a interrupção da gravidez. Para os mais liberais, isso pode soar como contradição. Não é, afirmam estudiosos do tema.

A antropóloga Debora Diniz, professora de bioética da UnB (Universidade de Brasília) e diretora da ONG Anis (Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero), argumenta que, em pesquisas de opinião sobre assuntos de ordem moral, as respostas tendem para "um julgamento moral compartilhado, que não necessariamente representa práticas individuais".

(...).

"Nunca se falou tanto sobre aborto quanto nos últimos anos. Ele passou a ser uma bandeira de afirmação de que lado você está. No confronto, a posição compartilhada de valores morais se reforça. Você quer se enquadrar no julgamento de uma boa mãe. Não podemos afirmar que são mudanças de prática, mas de narrativa", diz ela.

A também antropóloga Maria Luiza Heilborn, coordenadora do Clam (Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos) e professora do Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), aponta outro fator responsável pelo crescimento da rejeição: a ultra-sonografia.

"Ao mostrarem uma imagem assemelhada à imagem humana, as novas tecnologias de visualização do feto fizeram uma mudança muito grande no imaginário social. Uma coisa que era oculta passou a ser visível", afirma ela, que enxerga uma "ressacralização da vida pré-uterina" hoje.

Em pesquisas que vem realizando -como a Gravad (1999-2002), sobre gravidez na adolescência- Heilborn constata que, após verem o feto, muitas mulheres deixam de cogitar o aborto. "Quando pensam em abortar, é porque elas não deram ao feto o status de pessoa. Após o exame, não estão esperando mais uma criança, mas a 'Verônica', o 'Francisco'", acha.

Ela ressalta a diferença entre o índice de "moralmente errado" (87%) resposta mais genérica, e de "muito grave" (71%), quando a pergunta se refere à eventual filha do entrevistado. "As condições deixam de ser universais e passam a ser circunstanciadas."

Margareth Arilha, coordenadora do Prosare (Programa de Apoio a Projetos em Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos), ligado ao Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), destaca também escolaridade e renda como fatores que alteram as opiniões sobre a prática do aborto.

A resposta "moralmente errado" foi dada por 90% dos que têm ou cursam ensino fundamental e por 77% dos de ensino superior. Na renda familiar

mensal, a diferença foi de 87% (até dez salários mínimos a 69% (mais de 20).

"Ter acesso a um nível maior de informação é fundamental para problematizar esse assunto, que é muito delicado. Está impregnada no imaginário social a idéia de que é um gesto de desamor, egoísta, esquecendo-se de que a mulher que aborta é a mesma que tem filhos", afirma ela, que considera o tema "o último dos moicanos na batalha de transformação das culturas".

Confrontados com a pergunta de que atitude tomariam caso uma filha adolescente engravidasse, 82% responderam que forneceriam apoio para que ela tivesse o filho em qualquer situação. Mas quando a pergunta troca de gênero e se refere a um filho que engravidasse uma garota, o índice dos que apoiariam o nascimento em qualquer situação cai para 71% (p. 24 e 26).

Já o Censo Demográfico 2010 (IBGE), na categoria Nupcialidade, Fecundidade e Migração, atestou que do montante das 83.223.618 mulheres brasileiras com 10 anos ou mais de idade, 51.621.903 delas tiveram filhos.

Das 71.691.617 mulheres que têm domicílio urbano, tem-se que 44.272.263 tiveram filhos nas cidades e, daquelas 11.532.001 que estão na área rural, foram 7.349.640 delas que tiveram filhos.

Em relação ao número de filhos, os dados do último Censo Brasileiro registram que 51.621.903 mulheres tiveram 161.060.386 filhos, sendo que 154.101.639 nasceram vivos, e 6.958.748 nascidos mortos.

Somente na área urbana foram 131.214.409 filhos, sendo 125.654.207 nascidos vivos e 5.560.202 nascidos mortos. Quanto aos nascimentos da área rural, foram contabilizados 29.845.977, divididos entre 28.447.431 que nasceram vivos e 1.398.546 nascidos mortos.

Vidal (202, p. 245), refletindo sobre a questão ética da sexualidade, destaca o seguinte:

Um dos bens mais destacados do casamento é a possibilidade de originar uma família. A maioria dos casais integram na relação interpessoal de amor heterossexual o desejo eficaz de culminar a conjugalidade no exercício da maternidade/paternidade. O amor conjugal tem um dinamismo interno que o faz progredir rumo à constituição de uma comunidade mais ampla de pessoas (não só cônjuges, mas também pais e filhos).

Parece razoável inferir-se que existem relevâncias social e ética significativas na busca de identificação da presença ou ausência do projeto de parentalidade, por exemplo, nessas 51.621.903 mulheres brasileiras que tiveram 161.060.386 filhos, a fim de que a instituição e ou autoridade competente tenha subsídios para discernir

quanto às formas adequadas de intervenções sociais em níveis primário, secundário e terciário.

Relembrando, consideramos que existe Projeto de Parentalidade quando: 1) a gravidez é planejada cuidadosamente; 2) avalia-se também as questões de riscos relacionados com a maternidade; 3) a decisão de ter filhos é compartilhada pelos parceiros; 4) as condições para cuidar dos filhos é avaliada; 5) o anúncio de uma gravidez se dá num clima de aceitação e alegria; 6) quando o parceiro acolhe a criança; 7) quando o cuidado dos filhos é preocupação constante; 8) quando a possibilidade de um aborto deliberado não é sequer considerado; e 9) quando a criança cresce sem violência.

## 2.2 SEXUALIDADE E TEOLOGIA

Na busca da compreensão da sexualidade humana, aponta-se para as diferenças em relação à sexualidade animal, colocando esta diferença na "não programação" e na possível "dissociação do prazer e função biológica" (SNOEK, 1982, p. 53).

Sem dúvida, a sexualidade humana não obedece às leis impulsivas da natureza simplesmente, pois a vontade e a opção humana influenciam, bem como não está a serviço somente da função biológica, pois também o prazer alcançado na entrega total e amorosa entre homem e mulher é legítimo.

No entanto, tem-se que é necessário buscar um aprofundamento no sentido da sexualidade humana e, para isso, busca-se ajuda a quem evidencia mais claramente este assunto do ponto de vista da reflexão teológica (KOSNIK, 1982, IV capítulo).

Aparece cada vez mais evidente o hiato entre o que a Igreja ensina em matéria de sexo e o que se tornou crença e prática entre os fiéis. Nisto têm influência os fatores socioculturais, o papel do pecado e uma teologia incapaz de formular o ideal cristão de maneira adequada para os nossos tempos.

Os teólogos têm que estar em sintonia com as ciências do nosso tempo e notar a concepção mais dinâmica da natureza expressa no Vaticano II. Enfim, a

teologia moral é desafiada a tentar articular uma teologia da sexualidade que seja ao mesmo tempo coerente com a tradição e, no entanto, sensível aos dados modernos.

Uma das questões levantada hodiernamente é aquela que diz respeito à definição da sexualidade. Em tempos passados, considerava-se a sexualidade humana uma experiência própria somente de pessoas casadas, enquanto as demais não deviam ser seres sexuais.

Hoje, no entanto, definimos sexualidade como uma maneira de ser no mundo e de relacionar-se com o mundo, como pessoa masculina e feminina. Esta definição amplia o sentido da sexualidade para além do meramente genital e generativo.

A sexualidade é a manifestação concreta do chamado divino à perfeição, chamado dirigido a toda pessoa no ato mesmo da criação e enraizado no próprio cerne de seu ser. Este crescimento, ao mesmo tempo intra-pessoal e interpessoal, ocorre numa pessoa sexual incompleta em si mesma, mas tendendo à plenitude em Cristo.

Outra questão levantada é a da personalidade, isto é, enquanto princípio de integração dos vários fins da sexualidade. A sexualidade é um fator que impregna e constitui a estrutura da existência humana, isto é, somos corpo. O corpo da pessoa humana precisa de um outro para concretizar a capacidade de partilhar a subjetividade. Esta subjetividade se corporifica ou num corpo masculino ou feminino, derivando daí uma experiência diferente do mundo. O impulso sexual genital está orientado em favor de uma união heterossexual. Existe, pois, uma atmosfera sexual onde e quando quer que dois seres humanos se encontram.

Em vista desta compreensão da sexualidade, pode-se dizer que ela serve ao desenvolvimento da verdadeira personalidade. Sexualidade humana sadia é aquela que fomenta um crescimento sadio criativo para a integração. A sexualidade é temporal e passageira, mas quando integrada no crescimento para Cristo transcende o temporal e se torna sacramental.

Coloca-se, ainda, a questão da avaliação moral da conduta sexual. Nestes últimos séculos a Igreja colocou uma forte ênfase na natureza moral objetiva do próprio ato e não na pessoal.

Os teólogos atuais estão insistindo em que quaisquer tentativas de avaliar o objetivo moral duma ação, prescindindo do motivo e das circunstâncias, são



necessariamente incompletas e inadequadas. Uma abordagem sadia da avaliação moral do comportamento sexual há de fazer justiça a vários fatores extremamente complexos e reconhecer tanto o aspecto objetivo como subjetivo do comportamento humano, a unidade da natureza sexual da pessoa.

Mas isto exige uma constante consciência da delicada dimensão interpessoal desta experiência. Os valores significativos a serem destacados e que devem tornar a sexualidade humana são: ser auto libertadora, enriquecedora do outro, honesta, fiel, socialmente responsável, promotora de vida e alegre. Todos estes valores são iluminados e impregnados pelo princípio central da conduta cristã, a lei evangélica do amor. Assim, a sexualidade pode ser elevada a seu sentido sacramental potencial.

A consciência bem formada terá presente o princípio fundamental do crescimento criativo para a integração que deve orientar toda a atividade sexual. Desta forma estará aberta e sensível à complexidade dos valores implicados neste multifacetado dom da expressão sexual humana, e todas as diretrizes servirão para iluminar o julgamento da consciência bem formada.

### **2.2.1 A sexualidade na Bíblia**

A Bíblia não deve ser considerada como um depósito de prescrições absolutas com referência ao sexo, pois ela não se preocupa com a sexualidade como tal e nem faz dela um tratado sistemático.

No entanto, a Bíblia traz um grande avanço na compreensão da sexualidade. Os povos vizinhos de Israel sacralizavam a sexualidade. Para cada aspecto da sexualidade humana se encontra uma representação no mundo dos deuses.

Segundo Grelot (1975, p. 16), a sexualidade apresenta alguns aspectos dissociativos, senão vejamos:

Se observa uma espécie de dissociação entre os aspectos essenciais da sexualidade: matrimônio, amor, fecundidade não estão sistematicamente reunidos num único casal exemplar do qual cada casal humano reproduziria a imagem".

A deusa/mãe não será a mesma deusa/amante. Poder-se-ia dizer que os antigos vizinhos de Israel sacralizavam cada aspecto independente do outro aspecto da sexualidade.

Mesmo neste contexto de sacralização da sexualidade, a revelação bíblica ao povo de Israel seguirá um rumo oposto. Partindo do dogma fundamental da fé de Israel: Javé é o único, a sexualidade será vista como o que realmente é, isto é, a realidade humana. Javé é o único, não existem outros deuses ou deusas ou outra força da natureza que sejam divina. "Não mais deusa/mãe, nem deusa/amante, nem deusa/esposa" (idem, p. 24). Desaparecem os mitos da sexualidade. Israel conhecerá uma nova sacralização da sexualidade.

O ser humano em sua realidade concreta, corpórea, é imagem e semelhança de Deus. Toda a realidade que se refere ao humano será sacralizada, pois ele sim é sagrado, como imagem do único Deus. "Assim o corpo levava em si, no mistério da criação, um sinal indúbio da imagem de Deus e constituía a fonte específica da certeza daquela imagem presente em todo ser humano" (JOÃO PAULO II, 1984, p. 17).

A Bíblia apresentará um casal humano ideal que reunirá todos aspectos da sexualidade antes espalhados em diversos mitos da cultura pagã. A mulher será conhecida como companheira do homem "osso de meus ossos e carne de minha carne" (BÍBLIA, A. T., Gn 2, 21-23). Desta maneira, afirma-se a igualdade entre homem e mulher que se unirão e formarão "uma só carne" (idem, Gn 2, 24).

"A união sexual traduzirá assim uma união mais profunda onde todas as fibras do ser estarão comprometidas. Enfim, é notável que, numa sociedade em que a poligamia é legal, o modelo proposto pelo criador seja um casal monogâmico" (GRELOT, 1975, p. 16).

A tradição bíblica sacerdotal apresentará a sexualidade, e também toda criação de Deus, como uma realidade boa e que permanecerá boa, mesmo após o pecado, se suas condições de exercícios corresponderem às intenções do criador.

O pecado, no entanto, vem lançar uma sombra sobre toda a sexualidade humana. Sem dúvida, o pecado atingiu todos os seres humanos e seria ingenuidade querer afirmar que a realidade sexual, tão íntima ao homem, não fora atingida. Ao contrário, podemos afirmar, exatamente porque a sexualidade é expressão sem a

qual o homem não pode revelar-se ao mundo, que a sexualidade se tornou o lugar onde o pecado manifesta mais o seu domínio.

O Papa João Paulo II (1984, p. 20) recorda que

Aquela vergonha que certamente manifestou-se na ordem sexual, revela uma dificuldade específica de advertir a essencialidade humana do próprio corpo... revela-se uma certa fratura constitutiva no interior da pessoa humana, quase uma ruptura, da original unidade espiritual e corpórea do homem".

O humano que pecou era homem e mulher e além de lançar um desequilíbrio na unidade somática, lançou também um germe de desequilíbrio entre homem e mulher. "Seja como for, o amor mútuo do homem e da mulher acha-se viciado em sua raiz pela consumação comum do pecado; por isso, as consequências fazem-se logo sentir-se sobre ele" (GRELOT, 1975, p. 44).

O casal original, mesmo após o pecado, vai permanecer na Bíblia como o modelo de todo o matrimônio. É para lá que se caminha. Por exemplo, no Cântico dos Cânticos vai se falar do amor monogâmico de dois seres chamados a se tornarem "uma só carne", de acordo com o modelo do casal antigo.

Grelot (idem, p. 73), pondera o seguinte:

O livro evidentemente não é uma tese de teologia, mas permite penetrar na psicologia do amor, tal como pode exprimir-se em clima bíblico. A teologia do casamento enraíza-se assim mais profundamente na experiência do amor humano, assumindo um clima alegre e otimista, um aspecto essencial desta experiência que uma espiritualidade cátera baniria como má".

O matrimônio, com os profetas, será valorizado de maneira nova ao compará-lo com a união de Javé com Israel. Este novo modelo será descoberto no coração da própria história da aliança de Israel com Javé. "O paralelo do matrimônio dos homens e da aliança entre Deus e seu povo é levado muito longe pelos profetas" (Idem, p. 52). Com isto, estas duas realidades se enriquecem em sua compreensão. Javé é para Israel um esposo, um Deus ciumento. Por outro lado, todo casamento humano deverá ter as marcas da fidelidade, do perdão e do amor sem limites a exemplo do amor de Javé.

Com Jesus o Reino de Deus se inaugura. E, neste reino, a "instituição matrimonial volta a encontrar a perfeição que as consequências do pecado na história humana lhe haviam feito perder" (idem, p. 78).

Jesus remete ao casal original apresentado no gênese. "Por isso o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher e os dois serão uma só carne?" (Mt 19,5). A grande novidade que Jesus traz em relação ao matrimônio será este reafirmar das origens.

A nova vida em Cristo, o reino de Deus já iniciado na terra, torna possível ao homem reviver a experiência do matrimônio anterior ao pecado. Jesus impulsiona o casal a sonhar e a buscar historicamente a superação do pecado, a reencontrar a unidade psicossomática perdida e a reatar a harmonia entre homem e mulher, a comunhão de pessoas e a redescoberta do "sentido esponsal do corpo" (JOÃO PAULO II, 1984, 32).

São Paulo vislumbrará ainda uma realidade que leva à importância do matrimônio cristão como sinal do mistério da vida mesma de Jesus. Colocará o matrimônio como sinal da entrega de Jesus pela sua Igreja (GRELOT, 1975, p. 52 e 78).

### **2.2.2 O sentido espiritual da sexualidade**

O sentido espiritual da sexualidade também é um título de um livro de J. M. BACH e quer ser uma reflexão ao redor deste assunto. Este autor, em outra obra, faz uma denúncia muito séria, nos seguintes termos: "A Igreja Católica ainda não encontrou o caminho que leva da sexualidade (e não da renúncia) à santidade. Existe divórcio entre consciência cristã e sexualidade" (BACH, 1985, p. 233).

Esta crítica tem certo fundamento, eis que basta olhar a história da Igreja e ver como a sexualidade fora reprimida e como os pecados neste campo eram sempre considerados os mais horrendos e sempre de "matéria grave". Por outro lado, quase não se encontra entre os declarados santos pela Igreja o nome de pais e mães de família. Quando são encontrados, trata-se de raríssima exceção.

Não somos contra a consagração virginal pelo Reino, mas nos perguntamos porque também não mostrar a santidade do amor conjugal? E, pastoralmente, as

coisas ficam ainda mais difíceis. Que tipo de espiritualidade apresentamos às nossas famílias quando se tem em tão mau juízo a sexualidade? Como falar do matrimônio como sacramento sem valorizar o relacionamento conjugal?

Não se pode concordar com uma mentalidade maniqueísta, que equipara a sexualidade à matéria e por isso incapaz de conduzir o homem à santidade. Não podemos perpetuar os erros cometidos no passado. É hora de buscarmos uma nova visão das coisas e crer de fato, não só teoricamente, que o matrimônio é sacramento e como tal é um caminho de santidade e sinal de Jesus para o mundo. É a partir deste ponto de vista positivo que haveremos de refletir sobre a sexualidade e seu sentido espiritual.

Bach (1980, p. 14), argumenta que em se "Admitindo que em virtude da ressurreição de Cristo a natureza passou por uma modificação radical no plano religioso temos que admitir que a sexualidade, livre da maldição do pecado, se transformou em sacramento cristão da comunhão com Deus". Isto não nos isenta do combate e da luta, próprio em todos os setores da vida humana, para que realmente o Reino de Deus triunfe. Por outro lado, não acreditar que esta vitória no campo da sexualidade seja possível é menosprezar e diminuir a eficácia da redenção de Jesus Cristo.

E o matrimônio, lugar privilegiado da sexualidade se torna então "uma das formas pelas quais o poder santificador da graça divina irrompe na história dos homens. Cada matrimônio representa a inauguração renovada do Reino de Deus na história dos homens. Constitui-se, portanto um acontecimento salvífico" (Idem, p. 19).

Esta valorização da sexualidade não se dá por acaso, mas sim por causa de sua íntima relação com o amor, valor número um do Reino de Deus. "O amor a Deus e ao próximo ilumina o campo da sexualidade. Mas também a sexualidade abre caminho para uma compreensão melhor do que seja o amor" (HAERING, 1979, p. 484).

É através da sexualidade que o amor se concretiza, toma forma "A realidade biológica constitui apenas o material que recebe a sua forma (*causa formalis*) do amor" (idem, p. 485). O amor é exigente de concretude, de manifestação, não se satisfaz em divagações aéreas, sofre a distância, se inibe na frieza de contato. Sem

a sexualidade o amor não sabe se expressar.

Por outro lado, a sexualidade deve estar subordinada ao amor. As energias sexuais devem estar formadas, ser vitalizadas e elevadas não só pelo eros, mas também pela *philia* (amizade) e pelo ágape, amor que vem de Deus como dom e confere às pessoas de se conceberem como dom e de realizarem esta visão como auto doação recíproca.

Haering (1979, p. 487), também sustenta o que segue:

O sexo é justificado, e até santificado, tão logo se apresenta como veículo do amor, mas também somente enquanto for veículo do amor. Deste modo, o amor não é encarado como um simples efeito colateral do sexo, mas é entendido como uma forma de expressar a experiência desta união suprema que se chama amor.

Diante disto, seria possível apresentar aos casais uma espiritualidade que ridiculariza a sexualidade e não a leva em conta? Na realidade, cabe propor uma caminhada fundada no fortalecimento do amor conjugal e suas genuínas expressões sexuais. "Se o homem e a mulher são um para o outro, então nós concebemos que, quanto mais eles se humanizam, mais se sentem, por essa única razão, uma necessidade aumentada de se unirem" (CHARBONNEAU, 1966, p. 291).

Tanto mais o homem e a mulher viverem em harmonia a sua sexualidade, mais forte vai se tornando o amor entre eles e mais este amor vai sendo sinal eficaz do Reino de Deus. "Se é, portanto, verdadeiro que o homem e a mulher se unirão tanto mais a Deus quanto mais eles se amarem um ao outro, não é menos certo que mais eles serão de Deus, mais eles se verão conduzidos a se amarem de uma maneira mais bela" (idem, p. 295).

Para atingir tal desiderato, faz-se necessário varrer da nossa espiritualidade os preconceitos em relação à sexualidade, bem como será preciso que os celibatários não transfiram para dentro do lar o celibato como supremo valor cristão, mas saibam mostrar as diversas maneiras autênticas de viver o amor, este, verdadeiramente, um supremo valor do Reino.

### 2.2.3 Bens e fins do matrimônio

Ao se falar de fins do matrimônio corre-se o risco de colocar o matrimônio como um meio para se alcançar certos fins ao que nós buscamos. Nesta visão, o que buscamos são os fins e, na medida que estes são alcançados, o meio pode ser abandonado.

Desta forma, o matrimônio pode ser instrumentalizado para alcançar bens um tanto alheios à sua realidade e essência. Por isso, nós só podemos concordar em falar em fins do matrimônio se dissermos que seu fim é a realização plena do próprio matrimônio. Isto, aparentemente, pode causar a impressão de que não se está dizendo nada, mas, efetivamente se está a dizer algo bastante real e significativo.

Para que um matrimônio seja de fato matrimônio, o que deve conter? Responda-se a esta pergunta e teremos os fins do matrimônio. Para escaparmos do risco de instrumentalização do matrimônio, é que passamos a falar de bens do matrimônio, significando o mesmo que fins.

"O amor conjugal não visa fins, é um fim em si mesmo, já que é sacramento... um bem espiritual visa sempre uma aquisição definitiva e irreversível "(BACH, 1980, p. 18). O matrimônio vivenciado como sacramento traz em si mesmo realidades perpétuas e definitivas, a concretude do amor, que não pode ser colocada com uma visão de meio para um outro fim. O amor não é um meio, mas um fim. E o amor vivido em Deus é o fim último para o qual toda a humanidade caminha.

O Vaticano II fala de bens e de fins do matrimônio:

... mas o próprio Deus é autor do matrimônio dotado de vários bens e fins que são todos de máxima importância para a continuação do gênero humano, para o aperfeiçoamento pessoal e a sorte eterna de cada um dos membros da família, para a dignidade, estabilidade, paz e prosperidade da própria família e da sociedade inteira" (GS, 47).

Segundo este trecho do magistério da Igreja, não se fala mais de bens primários e secundários, como antes. Para o Vaticano II "são todos de máxima importância".

Neste assunto, Santo Afonso de Ligório (livro VI, capítulo II, nº 900), apresentava as coisas de modo consequente:

Três espécies de objetivos ou finalidades podem ser levados em conta no matrimônio: (1) os objetivos essenciais intrínsecos, (2) os objetivos essenciais extrínsecos, (3) os objetivos acidentais extrínsecos. Os objetivos essenciais intrínsecos são dois: a auto-doação e (como consequência a devida disponibilidade para o ato conjugal) e o laço indissolúvel. Os objetivos essenciais extrínsecos são dois também: transmissão da vida e remédio à concupiscência. Os objetivos acidentais extrínsecos podem ser inúmeros.

Assim, de acordo com uma nova lógica, não haveremos de tratar separadamente os diversos fins do matrimônio. Os chamados fins unitivos e procriativos estão intimamente ligados e a separação acarreta uma visão desvirtuada de uma e outra realidade.

Entendemos que o matrimônio se assenta no amor conjugal e para um casal que ama os filhos virão como consequência necessária, com a coroação do amor. "A genuína fecundidade humana consiste na superabundância do amor" (HAERING, 1979, p. 478). É o amor entre os cônjuges que permitirá integrar a paternidade e as outras dimensões do matrimônio de maneira harmoniosa e não desastrosamente.

"Para as pessoas casadas que consideram sua união como participação na aliança salvífica entre Cristo e a Igreja, seu casamento será festa do amor, da qual todo o resto recebe o seu sentido" (idem, p. 478). Importa que a intimidade conjugal seja preservada e valorizada para que todas as outras realidades do matrimônio não caiam no vazio.

Neste sentido, Bach (1983, p. 88) entende que

Se não defendermos o matrimônio como pacto de amor, condicionando o direito de procriar a este pré-requisito essencial, vamos passar ao largo da realidade familiar sem ter entendido nada em absoluto do que constitui a sua essência e plenitude.

Para que esta nova maneira de ver as coisas chegasse a ser defendida pelo magistério eclesial foi realmente necessário bastante tempo, tempo suficiente para uma visão mais completa da pessoa humana e a superação de uma ética maniqueísta.

Pio XII foi o primeiro papa a afirmar a existência de um vínculo intrínseco en-



tre a sexualidade e o amor, ao qualificar o ato sexual como sendo por sua natureza uma manifestação de amor.

O Vaticano II declara a respeito do amor conjugal o seguinte:

Eminentemente humano, porque parte de uma pessoa e se dirige a outra pessoa, mediante o afeto da vontade, este amor envolve o bem de toda a pessoa. É, portanto capaz de enobrecer as expressões do corpo e da alma, como elementos específicos da amizade conjugal, e de enriquecê-los com especial dignidade. O Senhor, por um dom especial de graça e caridade, dignou-se restaurar, aperfeiçoar e elevar a amor. Semelhante amor que associa o divino ao humano, leva os esposos à doação recíproca de si mesmos, provada com terno afeto e com obras e impregna-lhes a vida. Mais ainda ele cresce e aperfeiçoa-se mediante sua própria operosidade generosa. Supera, por conseguinte, de longe a mera inclinação erótica, que cultivada com egoísmo, desaparecer rápida e miseravelmente" (GS, 49).

É a verdade do amor que produz como fruto a fidelidade, a liberdade, a alegria, a salvação. "Se as pessoas casadas conhecessem todas as verdades ocultas exceto a do amor, nada seriam" (HAERING, 1979, p. 488).

Se por um lado afirma-se que sem o amor conjugal as demais realidades do matrimônio carecem de sentido haveremos de deixar claro que também é realidade que o amor conjugal se revelará inautêntico e mesquinho se não estiver aberto à vida. O amor é fecundo e tende por si a gerar novas vidas. Negar isto afeta não só a função procriativa do matrimônio mas também o amor conjugal e, com ele, toda a realidade matrimonial perde o seu sentido.

A encíclica *Humanae Vitae* declara admiravelmente: "Este amor é fecundo, não porque se exaure pela comunhão entre marido e mulher, mas destina-se a continuar fazendo novas vidas surgirem" (HV, 9).

Igualmente, o Vaticano II apresenta a questão: "O matrimônio e o amor conjugal, por sua própria índole, se ordena à procriação dos filhos..." (GS, 50). E não é uma realidade externa que vai ditar esta função do matrimônio, mas é o próprio amor que leva as pessoas a se unirem em matrimônio que os leva, na exigência de ser autêntico, à geração de novas vidas.

A teologia moral tradicional falou muito a respeito do matrimônio como remédio à concupiscência. "Com isto quer apontar como sendo a cura da

insatisfação dos desejos sexuais que constituem uma ameaça de desintegração" (HAERING, 1979, p. 488). Este linguajar, como também o chamado 'débito conjugal', já fora abandonado pelo magistério da Igreja, felizmente.

Na realidade, se tais expressões forem valorizadas, corre-se o risco de permitir e incentivar a busca do relacionamento sexual sem a devida correspondência do outro cônjuge.

Em tal hipótese, estar-se-á justificando a dominação e imposição do ato sexual em vez de fomentar a educação para o amor que, não raramente, exige renúncias.

Transparece que falar de 'débito conjugal' e do matrimônio como 'remédio à concupiscência' é legitimar o pecado da dominação, normalmente machista, que existe no dia a dia de muitos casais. Afirma-se isto, pois num ato sexual em que um dos parceiros se submetesse apenas para que o outro pudesse satisfazer seus desejos, sem que este ato seja uma entrega mútua de amor, trilha-se a mesma lógica do adultério, onde o outro é visto como objeto de prazer antes do que pessoa humana.

O matrimônio pode ser colocado como 'remédio à concupiscência' se entendemos que 'concupiscência' é a base de todo o pecado, e vemos o matrimônio como sacramento, ação de Cristo, ação da Igreja, que sana o pecado do mundo.

O Papa João Paulo II (1984, p. 101), assegura que

A redenção é uma verdade... O homem deve sentir-se chamado a descobrir, mais, a realizar o significado sponsal do corpo e exprimir de tal modo a liberdade interior do dom, isto é, daquele estado e daquela força espiritual que derivam do domínio da concupiscência da carne.

#### **2.2.4 A sexualidade nos documentos da Igreja após o Vaticano II**

O concílio Vaticano II proclama a palavra não só aos filhos da Igreja e aos que vivem a moral Cristã, mas para toda a humanidade. Trata-se das relações dos seres humanos consigo e com os outros, visando sempre à integridade e aos valores humanos, destacando duas importantes dimensões: a visão integral do ser humano e o valor do autodomínio, possibilitando uma personalidade humanizada.

É uma realidade o fato de que a espécie humana se vê diante de problemas angustiantes sobre a evolução moderna do mundo. A sua função no mundo atual e no universo inteiro, o sentido de seu esforço individual e coletivo e as suas relações com seus semelhantes, que se multiplicam continuamente e, ao mesmo tempo, a própria socialização, que introduz novas relações, sem promover necessariamente o pleno desenvolvimento da pessoa e de laços realmente pessoais.

A Igreja, através do documento Sexualidade Humana, traz que esse novo contexto é ainda agravado por um obscurecimento da verdade sobre o ser humano a que assistimos e uma pressão em direção à banalidade do sexo.

Os meios de comunicação oferecem uma cultura que diz respeito a uma informação de despersonalidade, muitas vezes pessimista, sem consideração pelas diversas etapas de formação e de evolução, apresentando, na maioria das vezes, um distorcido conceito individualista da liberdade e dos valores da vida, do amor humano e sobre a família.

Neste contexto, transparece que se faz necessário buscar um caminho de autoconsciência pessoal, eis que quanto mais se conhece as realidades do mundo, tanto mais se é possível o conhecimento de si mesmo, da unicidade do ser e, concomitantemente, torna-se mais urgente a questão do sentido das coisas e o sentido da vida humana e a sua própria existência.

As alegrias, as esperanças, as tristezas e as angústias dos seres humanos são também sentimentos e angustias dos discípulos de Cristo. O Magistério da Igreja se solidariza com a comunidade Cristã e o seu lugar na história.

Insiste-se, quanto ao aspecto do mistério da Igreja, sobretudo à luz do Concílio Vaticano II, que é possível perceber que a Igreja não se dirige, quando proclama a palavra da boa nova, somente aos seus filhos e filhas e ou àqueles que vivem a moral Cristã, mas a todos os seres humanos.

Na visão integral do ser humano e de sua vocação, em um contexto cultural que deforma e chega a perder o verdadeiro significado da sexualidade, porque desenraiza da sua referência essencial à pessoa, a Igreja sente com mais urgência a necessidade de apresentar a sexualidade como valor e tarefa de toda pessoa criada, homem e mulher, à imagem de Deus.

As relações dos seres humanos se multiplicam e o gênero humano se depara com problemas novos e angustiantes sobre a evolução moderna do mundo, a função de cada pessoa no universo inteiro, sobre o sentido de seu esforço individual e coletivo e, em conclusão, sobre o fim último das coisas e do ser humano.

Entre as múltiplas dificuldades que se encontram hoje, mesmo tendo em vista os diversos contextos culturais, está em poder oferecer aos jovens uma adequada preparação para a vida adulta e, em particular, no que se refere à educação para o verdadeiro significado da sexualidade.

Repita-se, diante da necessidade de evidenciar a moldura fática de uma cultura de destruição dos seres humanos, que este novo contexto está agravado pelo obscurecimento da verdade sobre o ser humano e a banalização do sexo.

A sociedade apresenta uma significativa tendência de descaracterização da personalidade, eis que tende a ignorar as etapas de desenvolvimento das crianças e dos jovens, priorizando aspectos individualistas da liberdade, com impacto num contexto privado de valores fundamentais sobre o amor humano e sobre a família.

O ser humano é chamado ao amor na unidade e integralidade da pessoa. O amor humano é vivenciado com o corpo, e o corpo exprime também o amor espiritual, portanto, a sexualidade não é puramente biológica, mas se refere ao núcleo da pessoa.

A sexualidade opera, a partir da estrutura humana, com base em saltos qualitativos, podendo dizer que a biologia sexual humana é mais que simples biologia. O uso da sexualidade como doação física tem a sua verdade na expressão de doação pessoal plena, do homem e da mulher até a morte, com transparência e, ao mesmo tempo, à guarda de um dom recebido, precioso e rico, o dom do amor, em vista do dom de si que se realiza na vocação específica de cada ser humano.

Todos os seres humanos são chamados ao verdadeiro amor e à comunhão. O amor é, portanto, a fundamental e originária vocação do ser humano. Todo o sentido da própria liberdade do autodomínio é orientado ao dom de si e na comunhão, na amizade com Deus e com os outros.

O documento *Deus Caritas Est* apresenta que se o desejo do ser humano de unificação e comunhão está no coração da pessoa ele deve sentir-se como corpo e espírito como unidade de si:

Se o homem aspira essa unificação ele não pode ser somente espírito e rejeitar a carne como herança apenas animalesca, então espírito e corpo perdem sua dignidade. E se ele, por outro lado, renega o espírito e conseqüentemente considera a matéria, o corpo, como realidade exclusiva, perde igualmente sua grandeza. Pois o espírito não ama sozinho, nem o corpo: é o ser humano, a pessoa, que ama como criatura unitária, de que fazem parte o “corpo e a alma”. Somente quando se fundem é que há uma verdadeira unidade e o ser humano se torna plenamente ele próprio. Só assim o amor – o Eros – pode amadurecer até sua verdadeira grandeza (DCE, 5).

A sexualidade é expressão com um dom de si, componente fundamental da personalidade, sendo um modo de ser, de se manifestar, de se comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano.

Que tem a capacidade explícita de amor doação e de um amor com dom de si, tem, por isso, a sua “encarnação”, no caráter sponsal do corpo, no qual inscreve a masculinidade e a sua feminilidade na pessoa. “O amor faz com que o ser humano se realize através do dom de si: amor significa dar e receber aquilo que não se pode comprar, nem vender, mas apenas livre e reciprocamente oferecer” (FC, 11).

A sexualidade é, portanto, um bem que foi criado como dom, que Deus quis e homem e mulher os criou, a sua imagem e semelhança, e Deus viu ser muito bom, não estando no direito do ser humano separar o que Deus uniu. O documento Sexualidade Humana, relata:

Que a sexualidade deve ser orientada elevada e integrada pelo amor, que é o único a torná-la verdadeiramente humana. Quando tal amor se realiza no matrimônio contribui para alimentar a civilização do amor, do contrário falta o sentido e o significado da sexualidade como dom, e acontece <uma civilização das coisas e não de pessoas (SH, 11).

Existe o perigo de o ser humano se tornar um objeto e os filhos um obstáculo. A vida humana é um dom recebido a fim de, por sua vez, ser dado.

No documento *Veritatis Splendor* (17) tem-se a indicação de que no Evangelho que Jesus anunciou consta a proposta sobre "as condições necessárias para o crescimento moral do homem chamado a perfeição ...", e também a respeito

da perfeição, que "exige aquela maturidade no dom de si, a que é chamada a liberdade do homem", isto é, o ser humano.

Jesus indica ainda os mandamentos como primeira condição para se obter a vida, numa assertiva que assume o caráter de proposta, ou seja: "Se queres ...". Para consegui-la, deve existir uma liberdade humana amadurecida (VS, 17).

A diferença sexual biológica externa é um fato que se impõe a nossos olhos, por uma série de caracteres morfológicos no homem e na mulher, que despertam uma atração erótica, mas eles não são fatores suficientes para definir o sexo.

O fator constante que permite definir a diferença entre homem e mulher num nível biológico e que difere o gênero humano está no sexo cromossômico (ou genético), sexo gonático (ou genital) e sexo hormonal. O significado da dimensão biológica é fundamental para a compreensão universal da sexualidade humana. É o apoio da sexualidade humana.

O comportamento sexual humano é gerado a partir das forças vitais das pulsões biológicas, assume decisiva importância e constitui uma falha reduzir a sexualidade à genitalidade, mas é necessário que não se caia no extremo contrário, ou seja, compreender a sexualidade sem instância biológica.

A dimensão biológica introduz, na compreensão da sexualidade, três dimensões: a procriativa, a de luxo e a de prazer, a seguir explicadas.

Na ótica da dimensão procriativa e sob a perspectiva de uma adequada antropologia da sexualidade, tem-se a questão da função em gerar novas vidas, mas vivida e integrada também a outros níveis, dentre os quais, o amor, a afetividade, o carinho e o cuidado materno.

Significado de "Luxo" – Um enriquecimento vital para a vida humana, a sexualidade aparece na escala dos seres como um "luxo", da natureza. A sexualidade humana – por ser sexualidade envolve esse aspecto de luxo.

Significado Prazeroso - A sexualidade não é um jogo – no sentido pejorativo do termo, um objeto de extração de prazer, reduzir a sexualidade a um objeto de prazer, o seu significado fica degradado, cai na insignificância, e na exacerbação e no absurdo.

Vidal (2002, p. 38-39), afirma:

É preciso libertar a noção de prazer de todos elementos espúrios provenientes de uma mentalidade noeplatônica. Ao mesmo tempo, é preciso livrá-la de uma conexão direta com o pecado original, um de cujos efeitos teria sido a depravação de todo o prazer humano e, mais concretamente, do prazer sexual (concupiscência).

...

O significado do prazeroso da sexualidade é vivido pelo homem no nível de todas as instâncias: o prazer do amor, da comunhão interpessoal etc. É uma dimensão que se relaciona com todo o fenômeno da sexualidade humana. Não obstante, cremos que essa dimensão lhe advém fundamentalmente da instância biológica. Por isso, afirmamos que a dimensão prazerosa é um significado da instância biológica com referência à globalidade da sexualidade humana.

A Estrutura da sexualidade se apóia com bases em saltos qualitativos, sendo a biologia sexual humana mais que simples “biologia” – é um salto na evolução sexual.

Não é a fisiologia que dirige a ética da sexualidade, embora seja precioso ter em conta os fatores biológicos, mas que não são decisivos na ética sexual. A necessidade genital, por mais imperiosa que seja, não é uma necessidade da qual não se possa passar.

O psiquismo humano determina o comportamento sexual do qual exige: uma ascese – que não é apatia, mas um autocontrole. Evitar o egoísmo, visto que se trata de uma relação interpessoal e de entrega mútua, no amor, na harmonia, numa atenção às características especiais do outro. É nesta relação mais ampla do ser humano com Deus que a dimensão biológica da sexualidade adquire seu significado.

O documento Fé e Razão traz o seguinte:

Pela grandeza e beleza das criaturas, pode-se por analogia, chegar ao conhecimento do seu autor – Sb 13,5 – Reconhece-se, assim, um primeiro nível da relação divina, constituído pelo maravilhoso “livro da natureza”, lendo-o com meios próprios da razão humana, pode-se chegar ao conhecimento do criador. Se o homem com sua inteligência não chegar a reconhecer Deus como criador de tudo, fica-se devendo isso não a falta de um meio adequado, como, sobretudo ao obstáculo interposto por sua vontade livre e pelo pecado... O que ele alcança pode ser verdade, mas só adquire pleno significado se o seu conteúdo for situado num horizonte mais amplo, o da fé (FR, 19-20).

A Igreja, à luz do Vaticano II, que considera o ser humano em sua totalidade, numa visão integral de unidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade, de uma vocação altíssima, que carrega em si uma semente divina, a Igreja, com o Vaticano II, oferece uma colaboração sincera para estabelecimento de uma fraternidade universal.

É a pessoa humana que deve ser renovada, eis que o gênero humano, que se encontra numa fase de sua história provocado pela inteligência humana e pela sua atividade criadora, atinge o indivíduo em seus desejos individuais e coletivos. O seu modo de agir, de pensar, tanto em relação às coisas quanto em relação às pessoas.

Os sentidos de liberdade, nos dias hodiernos, são tão agudos e, ao mesmo tempo, aparecem novas formas de escravidão social e psíquica, que se procura com afã uma organização temporal mais perfeita, mas, concomitantemente, o crescimento espiritual não progride com a mesma força e ao mesmo tempo.

Tal organização será concretizada na busca do ser humano pelo sentido pleno das dimensões que compõem a pessoa como um todo. Isto é perceptível nesse tempo de pós-modernidade, uma procura por respostas que prioriza à interioridade do ser por todo o tempo. O documento Fé e Razão é específico:

De fato, é preciso ter em conta que o olvido do ser implica inevitavelmente a perda de contato com a verdade objetiva e, conseqüentemente, com o fundamento sobre o qual se apóia a dignidade do ser humano. Desse modo abrem-se espaço à possibilidade de apagar da face do ser humano, os traços que revelam a sua semelhança com Deus, conduzindo-o progressivamente a uma destrutiva ambição de poder ou ao desespero da solidão ... . Verdade e liberdade, com efeito, ou caminham juntas, ou juntas miseravelmente perecem (FR, 90).

Marcados por uma situação complexa, os seres humanos são impelidos de discernir verdadeiramente os valores perpétuos sobre si e, aqui em particular, sobre a sexualidade humana, harmonizando-os de modo adequado com as descobertas recentes. O curso das coisas não só desafia-os, como os força a uma resposta.

Tais respostas já aparecem no próprio ser que, dirigidos pela inteligência e pela sua grandiosidade única são capazes de poder discernir, a partir de tantas descobertas, as verdadeiras virtudes que estão latentes no interior de cada pessoa.



A capacidade do espírito crítico e humano que constrói a vida, quando deixa de lado o interesse individualista, contribui para o crescimento de todos e nisto consiste o verdadeiro sentido de ser para a plenitude de si e do outro, na relação do “Eu – Tu”, da qual fomos chamados a existir.

Os desequilíbrios que mais atormentam o mundo se vinculam àqueles radicados no coração do ser humano e são muitos os elementos que lutam entre si. Atraídos por muitas solicitações da vida, as pessoas são obrigadas a escolher entre elas e, renunciando a algumas - e não raro se faz o que não se quer -, originam-se significativas discórdias na sociedade.

A cada dia, diante da evolução do mundo, formulam-se mais e mais perguntas, primordialmente fundamentais, bem como os temas são percebidas com nova agudeza. Questões antigas tornam-se novas, senão vejamos: O que é o homem?, Qual o significado da dor?, Para que vitórias adquiridas a tanto custo?, O que pode trazer o ser humano para a sociedade e dela esperar?, Qual o destino do ser humano depois da vida terrestre?, dentre outras.

O documento *Gaudium Et Spes* registra “que muitos pensam encontrar tranquilidade nas diversas explicações do mundo que lhe são propostas. Outros, porém esperam uma plena liberdade da humanidade somente pelo esforço humano” (GS 230).

No entanto não devemos ir contra a própria natureza, pois a tarefa do ser humano é viver a única vida que Deus lhe confiou. Independente da vocação, é tarefa de todo ser humano dar uma configuração sempre mais humana a este mundo e fazer que brilhe um pouco da afabilidade inserida em cada pessoa como ser integral, que Deus quis e criou.

A sexualidade caracteriza o homem e a mulher não somente no plano físico, mas também nas dimensões psicológica e espiritual, em toda a sua expressão. Essa diversidade, que tem como fim a complementaridade dos dois sexos, responde aos desígnios de Deus, conforme a vocação à qual cada um é chamado.

Quando o amor conjugal é vivido plenamente, ele compreende e vai além da amizade, fundando com o pacto conjugal a comunhão de pessoas na qual Deus quis que fosse concebida, nascesse e se desenvolvesse a vida humana. “No Matrimônio a intimidade corporal dos esposos torna-se sinal e penhor de comunhão espiritual.

Entre os batizados, os laços do matrimônio são santificados pelo sacramento” (SH, 14).

A autenticidade do amor conjugal é a abertura à vida, que conduz os esposos ao conhecimento recíproco e que não se esgota no interior do casal, mas estende para a próxima doação possível, pelo qual os seres tornam-se cooperadores com Deus no dom de uma nova vida, isto é, de uma nova pessoa. Mas não só de um novo nascimento, mas também que, ao se doar, é a pessoa mesma que se torna uma nova pessoa com o outro de um amor doação.

A abertura à vida em todo os sentidos produz felicidade, dá sentido pleno ao ser, produz uma sociedade justa, dá credibilidade a uma instituição familiar equilibrada, com uma cultura de paz, que valoriza a vida sob si, ao redor de si e dentro de si.

Tanto o amor virginal, como amor conjugal são as duas formas pelas quais se realiza a vocação da pessoa ao amor. O Documento Sexualidade Humana coloca que o crescimento no amor é ajudada pela disciplina das paixões, dos sentidos, e dos afetos que nos leva ao autodomínio: “Ninguém pode dar aquilo que não tem” (SH, 16).

Na falta de autodomínio, a pessoa não é senhora de si, e a isenta na capacidade de se dar. Esse autodomínio nos é apresentado pela virtude da castidade, que é a energia espiritual que liberta o amor do egoísmo e da agressividade.

Na mesma medida em que a castidade enfraquece no ser humano o seu amor se torna progressivamente individualista, isto é, a satisfação do desejo e do prazer já não é mais dom de si.

O exercício da castidade é a afirmação de alegria de quem sabe viver o dom de si, livre de toda escravidão egoísta. A castidade conjugal não é renunciar ao sexo conjugal mas renunciar ao sexo pelo sexo, só pelo prazer, sem doação, sem comunhão, sem respeito pela plenitude do outro.

A castidade torna harmônica a personalidade, ei que ela amadurece e enche-os de paz interior, capaz de valorizar a si a ao outro, porque faz valer neles pessoas dignas de veneração, enquanto criados à imagem de Deus.

O domínio de si supõe uma aprendizagem ao exercício da castidade, é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara – ou o homem comanda suas paixões e alcança a paz, ou se deixa dominar por elas e torna-se infeliz -, pois o domínio de si comporta superar impulsos instintivos da própria natureza.

Quando à família, enquanto Igreja doméstica, encoraja o exercício de todas as virtudes. A educação para a castidade é facilitada e liberta de conflitos interiores, mesmo em certos momentos, em que os jovens apresentam situações de particular delicadeza.

Para alguns, que se encontram em lugares onde se aprecia a castidade, viver de modo casto pode exigir uma luta dura e, por vezes, heróica, mas, com a graça de Cristo, todos podem viver virtuosamente, mesmo que se encontre em ambientes poucos favoráveis.

No seio da família, busca-se a compreensão de três objetivos educacionais: a) Conservar na família um clima positivo de amor, de virtudes e de respeito; b) Ajudar gradualmente os filhos a compreenderem o valor da sexualidade e da castidade, apoiando o seu crescimento com o esclarecimento, o exemplo e a oração; e c) Ajudá-los a compreender e a descobrir a própria vocação ao matrimônio ou a virgindade consagrada pelo Reino de Deus, em harmonia e no respeito pelas atitudes inclinadas de cada pessoa, e dons do espírito.

A missão educadora dos pais pode ser compartilhada com outras pessoas e instituições, como por exemplo, a Igreja e o Estado. Contudo, verificar sempre o encaminhamento adequado é de competência dos pais, que são os primeiros educadores dos próprios filhos, sendo esse um princípio de fundamental importância.

São os pais os educadores em primeira instância, porque, como regra comum, a ninguém mais caberia tal papel num primeiro plano. A família é uma comunidade de pessoas da qual os pais fazem parte, para quem o modo próprio de existir e viver juntos são a comunhão, e a educação sexual deve ocorrer sempre sob a sua solícita orientação, tanto em casa quanto nos centros educacionais escolhidos e acompanhados por eles.

A dimensão sexual da pessoa e seus valores éticos se ligam por laços estreitos, por isso, é dever educativo conduzir os filhos a conhecer e estimar as

normas morais como necessária e preciosa garantia para um crescimento pessoal responsável na sexualidade humana.

“O gravíssimo dever de transmitir a vida foi sempre para os casais fonte de grandes alegrias, acompanhado de muitas dificuldades e angustias” (HV, 1). A Igreja tem consciência dos problemas apresentados pela sociedade, questões que dizem respeito à felicidade dos homens e mulheres e dos filhos.

Vários gêneros de mudanças, como o desenvolvimento demográfico, criaram receio da população de um crescimento descontrolado, onde os recursos disponíveis das famílias são escassos e de difícil acesso, criando angustias pela insegurança nas questões de trabalho, habitação, as exigências econômicas e na educação dos filhos.

Outra variante é o lugar da mulher na sociedade, ocorrendo mudanças, no valor do amor conjugal, e nas relações homem e mulher. No documento *A Dignidade e a Vocação da Mulher* aparece essa questão:

Podemos compreender ainda mais plenamente em que consiste o caráter pessoal do ser humano – Homem e mulher – são semelhantes a Deus... O homem não pode existir “só” – pode existir somente como “unidade dos dois” – Serem pessoas à imagem e semelhança de Deus comporta, pois também um existir em relação, em referencia ao outro “eu” (MD, 7).

O documento *Humanae Vitae* sugere uma revisão das normas vigentes até agora, com uma observação de que não podem ser observadas sem sacrifícios, por vezes heróicas (HV, 3). As condições da vida hodierna e o significado que tem as relações conjugais para a harmonia da família visando o principio da totalidade, sugere que uma fecundidade mais racionalizada é mais sensata e legitima no controle de nascimentos.

O sentido de responsabilidade do ser humano moderno poderia levá-lo a confiar à sua razão e à sua vontade, mais que aos ritmos biológicos do seu organismo, a tarefa de regular a natalidade.

É inegável que o ser humano fez progressos admiráveis no domínio e na organização racional das forças da natureza, bem como apresenta uma tendência a

tornar extensivo esse domínio ao seu ser global, isto é, ao corpo, à vida psíquica, à vida social e até mesmo às leis que regulam a transmissão da vida.

Diante disto, não só a lei evangélica, mas também a lei natural apresenta um ensino coerente sobre a natureza do matrimônio e do reto uso dos direitos conjugais.

A verdadeira natureza do amor conjugal tem sua fonte suprema em Deus que é amor. O matrimônio não é fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes, mas uma instituição sábia do Criador, para realizar sua obra no seio da humanidade e o seu desígnio de amor mediante doação pessoal e recíproca.

Dentre as características do amor conjugal, tem-se as que seguem: É um amor plenamente humano, isto é, espiritual e sensível. Também é uma forma de amor total, sendo uma amizade pessoal. Trata-se de um amor fiel e exclusivo até a morte, ou seja, um compromisso do vínculo do matrimônio. Ainda, um amor fecundo, eis que implica na continuidade da vida, em que consiste na procriação e educação dos filhos.

E, desta forma, o amor conjugal requer uma consciência de uma parentalidade responsável, que em relação com os processos biológicos significa conhecimento pelas suas funções, onde no poder de dar a vida, a inteligência descobre leis biológicas que fazem parte da pessoa humana.

Nesse planejamento, quanto à relação com as tendências do instinto e das paixões, significa o domínio da vontade através de uma racionalidade construtiva e saudável. E, quanto às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, implica numa deliberação consciente e ponderada de fazer crescer uma família harmoniosa, bem como evitar, temporariamente ou até mesmo por tempo indeterminado, o nascimento de uma nova vida.

Neste contexto, os cônjuges estariam plenamente conscientes de seus próprios deveres, seja para com Deus, consigo, com a família e com a sociedade. Os Documentos asseveram que a parentalidade responsável tem como missão a transmissão da vida. Os cônjuges não são, portanto, livres para procederem a seu bel prazer, e sim como cocriadores da intenção criadora de Deus, expressas na natureza do matrimônio.

A natureza humana possui leis e ritmos naturais de fecundidade, possibilitando o distanciamento de nascimentos. Não se segue sempre uma nova vida a cada ato conjugal. Se os cônjuges se buscarem o conhecimento desta lei natural, provavelmente serão conduzidos a uma maior compreensão no que se refere ao relacionamento de ambos e a uma união saudável.

Usar desse dom divino, destruindo o seu significado e a sua finalidade, ainda que só parcialmente, é estar em contradição com a natureza do homem e da mulher, e da sua relação mais íntima. É estar em contradição com o plano de Deus e com sua vontade (HV, 13).

Ao observar a lei natural, que rege o ciclo biológico, os cônjuges se proporcionam uma maior comunhão entre si. Sendo uma sexualidade compreendida e assumida, aumenta a possibilidade de que ambos vivenciem com maior profundidade um relacionamento estável e verdadeiro, onde um amor centrado no respeito mútuo se desvela de modo notório.

Por via de consequência, um comportamento equilibrado, estendido aos filhos, pode gerar a formação de uma família exemplar, onde aconteça uma vivência feliz na sua totalidade, com um conhecimento recíproco de si e do outro em suas especificidades e ritmos naturais nos ciclos da vida.

O ato conjugal, imposto às partes, sem a devida consideração pela pessoa, dos seus desejos e condições, não é um ato de amor verdadeiro, e nega a exigência da reta ordem moral nas relações entre os esposos.

Também o ato de amor conjugal recíproco, que prejudique a disponibilidade de transmitir a vida está em contradição com o desígnio constitutivo do casamento e com a vontade do Autor da vida. Os homens retos poderão convencer ainda mais do bem fundamental da doutrina da Igreja neste campo, se quiserem refletir nas consequências dos métodos da regulação artificial da natalidade. O documento *Humanae Vitae* declara:

A dizer bem a verdade é de prever que estes ensinamentos não serão talvez acolhidos por todos facilmente, são muitas vezes – amplificados pelos meios modernos de comunicação, que estão em contraste com a Igreja. Esta não se surpreende de ser, à semelhança do seu divino fundador, “Objeto de contradição”, nem por isso ela deixa de proclamar,

com humildade e firmeza, a lei moral, tanto natural como a Evangélica (HV, 18).

A regulação da natalidade exige que os esposos tenham plena convicção dos valores da vida e da família e que busquem pelo menos tentar alcançar um perfeito domínio de si mesmos.

Trazendo o que o documento *Donum Vitae* oferece à razão humana, à luz da revelação, tem-se o seguinte destaque:

Desde a sua concepção a vida de todo ser humano deve ser respeitada de modo absoluto porque o ser humano é na terra, a única criatura que Deus “quis por si mesma” e a alma espiritual de cada um dos homens é imediatamente criada por Deus; todo o seu ser traz a imagem do criador. Ninguém em nenhuma circunstância pode reivindicar para si o direito de destruir diretamente um ser inocente (DV, 5).

### 3 ANÁLISE DOS DESCRITORES A PARTIR DA TÉCNICA DE GRUPO NOMINAL

Os descritores que foram avaliados pelos especialistas totalizam 58, sendo 8 descritores relacionados com a identificação dos sujeitos de pesquisa e 10 descritores que indicam uma parte central da pesquisa, ou seja, que apontam para a questão da existência ou não de ‘projetos de parentalidade’.

Os demais descritores apontam para os fatores analisados que, como hipótese deste projeto, têm forte impacto na parentalidade, isto é, modelos de família com 11 descritores, visão de sexualidade também com 11 descritores, religião, com mais 5 descritores e, por fim, as questões sociais, com 13 descritores.

A seguir, apresentamos os descritores e a avaliação que eles receberam dos especialistas na primeira etapa da técnica de grupo nominal, ora designada de *etapa não presencial*, comparando com a avaliação que o descritor recebeu na segunda etapa da técnica, designada de *etapa presencial*.

Neste momento da pesquisa toda a atenção está voltada para estas avaliações dos descritores pelos especialistas, pois seremos criteriosos em seguir os resultados destas duas avaliações, que podem ter três consequências: a) manutenção do descritor sem alteração; b) manutenção do descritor com alterações; e c) exclusão do descritor das próximas etapas da pesquisa.

Devido ao fato de que na etapa presencial os especialistas tiveram mais explicações sobre os objetivos da pesquisa, bem como trocaram informações com os outros participantes, a metodologia adotada nos leva a concluir que a avaliação da etapa presencial fora mais consciente.

Deste modo, uma melhor avaliação nesta etapa servirá para definir a permanência, alteração ou exclusão de um descritor das etapas seguintes que objetivam validar o instrumento de pesquisa sobre parentalidade.

#### 3.1 DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO

Os primeiros 8 descritores visam identificar os sujeitos da pesquisa e poderão estar relacionados com outros grupos de descritores. É interessante observar que, neste grupo de descritores, todos eles foram mais bem avaliados na etapa



presencial do que na etapa não presencial. Deste modo, esta avaliação indicou pela manutenção de todos os descritores deste grupo.

O primeiro descritor, que identifica o gênero dos sujeitos da pesquisa, passa de uma indicação de 80%, como indispensável na etapa não presencial, para 93% na etapa presencial, e a nota máxima passa de 60% para 93%. O debate realizado sobre este descritor apontou que os pesquisadores cuidassem para a problemática da questão de gênero nos nossos dias e não reduzisse as possibilidades de resposta a apenas duas, como tradicionalmente é feito: masculino e feminino. O quadro abaixo indica as variações dos outros elementos de opinião e das outras notas.

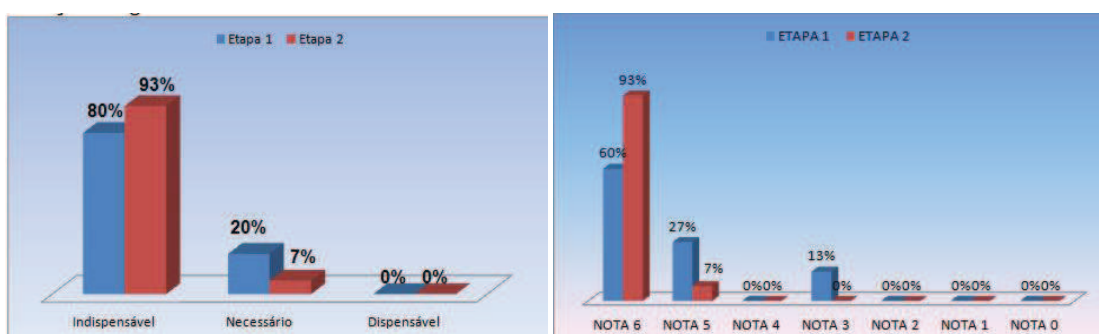


Gráfico 7 – Descritor 01 - Identificação de gênero

O descritor número 2 busca identificar um dado extremamente relevante para a questão da parentalidade, isto é, o número de filhos. Atentos à problemática da realidade familiar nos nossos dias, este descritor indaga também se os filhos são consanguíneos, adotivos ou por reprodução assistida. O quadro abaixo revela uma melhor avaliação do descritor na etapa presencial em relação à etapa não presencial.

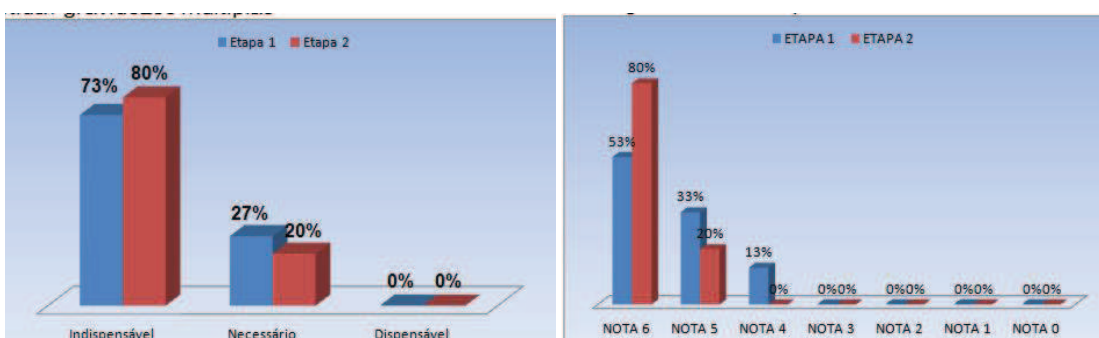


Gráfico 8 – Descritor 2 - Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas

O descritor número 3 indaga sobre a religião dos sujeitos da pesquisa, elemento que vai permitir um mapeamento das futuras realidades a serem pesquisadas no tocante a este aspecto, eis que é considerado pelo projeto como um dos fatores de impacto na parentalidade.

É interessante observar que a avaliação deste descritor sofreu uma considerável alteração de uma para a outra etapa, sendo que na etapa não presencial, 53% dos especialistas indicam o descritor como indispensável, passando para 80%, na etapa presencial e, coerentemente, também na atribuição de notas, as alterações passam de 40% para 80% de uma etapa para a outra.

Tendo em vista a realidade brasileira, considera-se interessante incluir neste descritor sobre religião também a investigação sobre o grau de participação religiosa, pois se pretende avaliar se o impacto da religião na parentalidade pode variar, não apenas pela adesão a uma determinada religião, mas também pelo grau de envolvimento religioso. O quadro abaixo demonstra todo o resultado das avaliações.

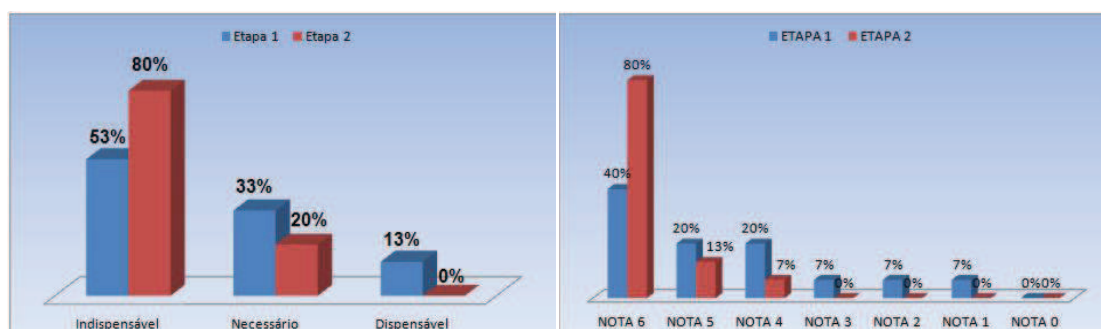


Gráfico 9 – Descritor 3 - Religião: pertença / grau de participação

Inicia-se, com o próximo descritor, uma abordagem que será comum no instrumento da pesquisa que buscamos validar, ou seja, investigar duplamente a situação apontada por alguns descritores: a) em relação ao primeiro e b) em relação último filho. Evidentemente que as situações das pessoas mudam ao longo da vida e as condições de 'projeto de parentalidade' podem variar muito de um filho para outro.

Mudanças em algumas situações são mais claramente identificadas como por exemplo o estado civil, a escolaridade e as condições econômicas dentre outras.

Devido à dificuldade de se investigar as condições do projeto de parentalidade para cada filho, optou-se por escolher mapear as condições do planejamento da parentalidade no primeiro e no último filho, caso a pessoa a ser entrevistada tenha mais de um filho.

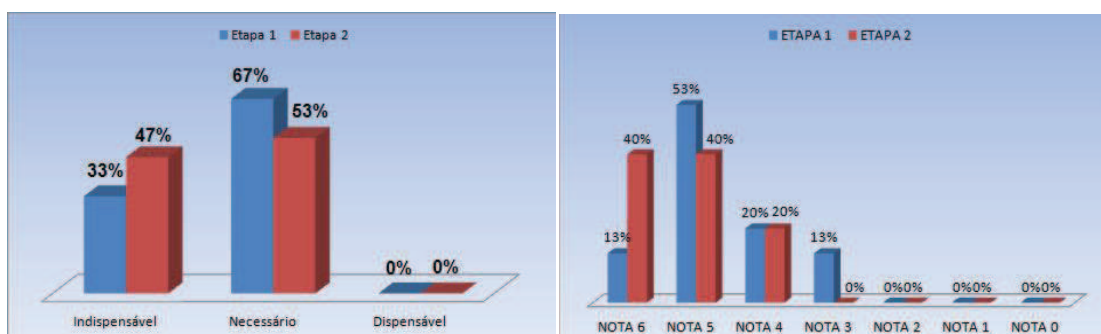


Gráfico 10 – Descritor 4 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho

Na realidade, o descritor 4 não fora muito bem avaliado pelos especialistas na etapa não presencial, com apenas um terço deles indicando que o descritor é indispensável.

Entretanto, na etapa presencial houve uma considerável melhora na avaliação do descritor, com 47% dos especialistas indicando o descritor como indispensável e passando para 40% os que atribuíram a nota 6 para o descritor. Devido a esta mudança da avaliação e, também, porque o descritor claramente possibilita identificar diferentes modelos de família e possíveis alterações nestes modelos os pesquisadores optaram pela manutenção do descritor.

O quadro nos permite ver as alterações nas avaliações e o fato de que em nenhum momento o descritor recebeu uma avaliação ótima da metade dos especialistas. Por causa destas dificuldades os pesquisadores se manterão atentos e abertos à possibilidade de alteração ou exclusão deste descritor nas etapas que seguem a validação do instrumento, principalmente na aplicação do projeto piloto.

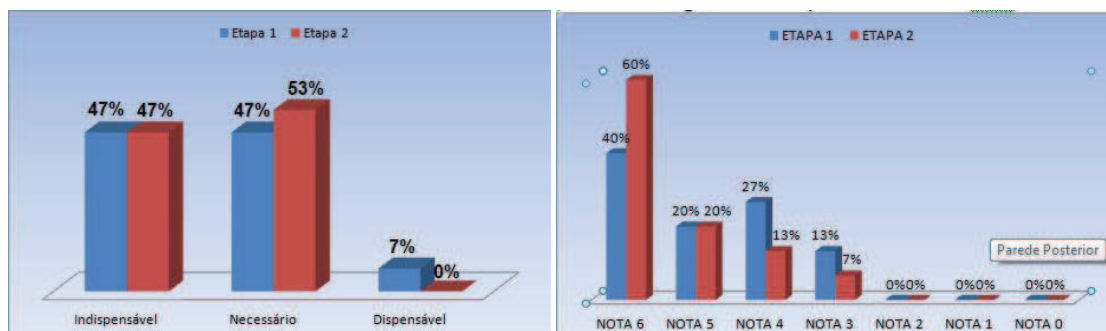


Gráfico 11 – Descritor 5 - Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 5, que aponta para a escolaridade das pessoas nas situações de gravidezes, também não fora muito bem avaliado. Aparentemente as avaliações não foram coerentes na relação entre manifestar a opinião e expressar a nota, eis que apenas 47% dos especialistas indicam o descritor como indispensável – nos dois momentos das avaliações –, no entanto, 60% atribuíram a nota 6, nota máxima para o descritor. Isto nos leva a manter o descritor neste momento da pesquisa. De qualquer modo, estabelecer a relação entre projeto de parentalidade e escolaridade pode ser muito interessante.

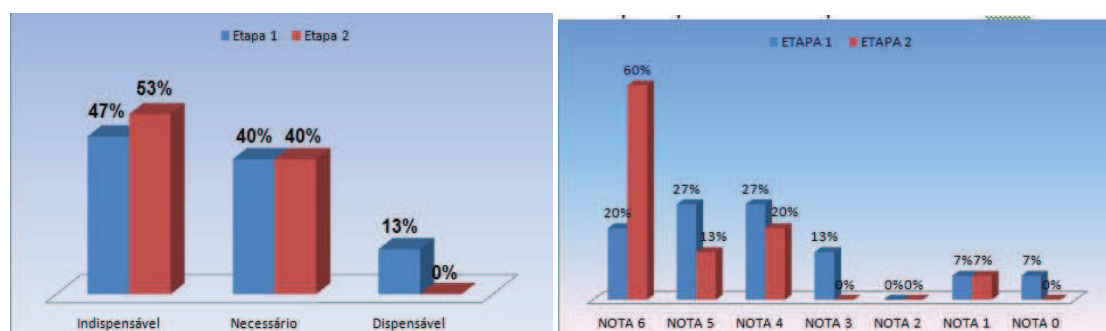


Gráfico 12 – Descritor 6 - Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho

O descritor 6 quer relacionar o projeto de parentalidade com a idade das pessoas. Percebe-se claramente uma melhor avaliação do descritor na etapa presencial, principalmente na hora de atribuir a nota, onde 80% dos especialistas atribui a nota 6 para o descritor. Também é notável a alteração de 13% para zero no quesito considerar o descritor dispensável. O quadro indica as outras alterações.

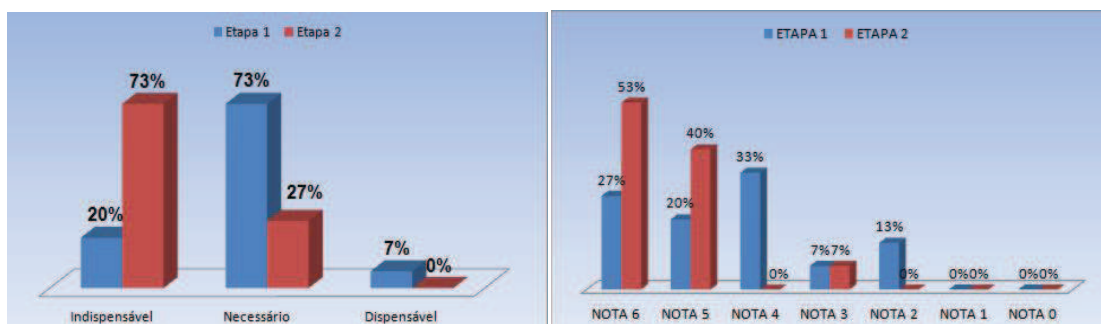


Gráfico 13 – Descritor 7 - Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 7, que busca identificar a renda familiar e sua relação com o projeto de parentalidade, sofreu uma grande alteração nas diferentes etapas da avaliação.

É interessante perceber que a dinâmica ocorrida na etapa presencial mudou drasticamente a opinião dos especialistas em relação a este descritor, de modo que a porcentagem que considera o descritor indispensável passou de 20%, na etapa não presencial, para 73% na etapa presencial. A dinâmica da técnica aponta claramente para a manutenção do descritor. Observem no quadro abaixo que também houve consideráveis alterações nas atribuições de notas.

O descritor 8 demonstrou estar apontando para uma realidade complexa que precisa ser mais bem compreendida. Alguns especialistas manifestaram dúvida se o descritor era relevante, visto que mapear a situação de emprego das pessoas remete a uma grande diversidade de possibilidades.

Após o debate, os pesquisadores optaram por manter o descritor com alteração no sentido de, ao invés de indagar sobre a situação de emprego, passar a investigar a questão de ocupação, por se compreender mais simples e que possa ser reduzida a 4 categorias: empregado, desempregado, autônomo e do lar. De qualquer modo, o quadro abaixo demonstra uma pequena melhora na avaliação deste descritor na etapa presencial.

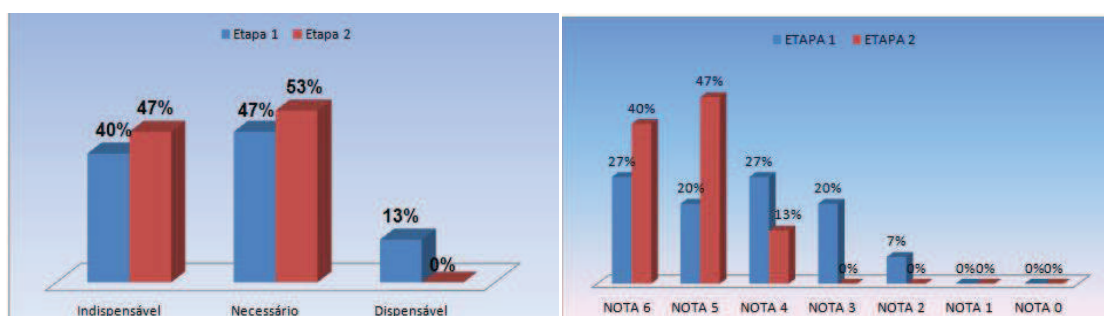


Gráfico 14 – Descritor 8 - Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho

### 3.2 DESCRITORES QUE INDICAM PARENTALIDADE

Passamos agora a outro conjunto de descritores, que aponta para o centro do Instrumento de pesquisa que pretende identificar os tipos de projeto de parentalidade ou ausência do mesmo.

Os descritores 9, 10 e 11 foram construídos com a intenção de identificar se há “projeto de parentalidade explícito” em relação ao primeiro e último filho.

O descritor 9 (abaixo) pretende medir se houve planejamento da gravidez claramente e, na avaliação deste descritor, restou demonstrado que os especialistas concordam consistentemente – 80% deles - que é um descritor necessário. Veja no quadro abaixo a avaliação deste descritor nas duas etapas.

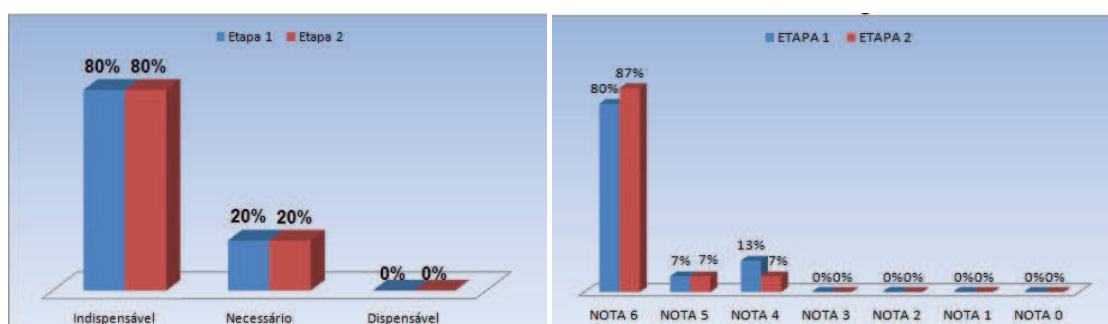


Gráfico 15 – Descritor 9 - A gravidez do primeiro/último filho fora planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar

O descritor número 10 busca identificar se houve avaliação de riscos relacionados com a maternidade. Compreende-se que se uma pessoa ou casal avalia as situações de riscos da gravidez é porque o planejamento da parentalidade está sendo explicitado. No entanto este descritor gerou bastante debate e se revelou um tema polêmico. Um dos especialistas assim se expressa:

A gente quando viu esses descritores, viu assim: riscos relacionados com a maternidade. Que riscos? O risco econômico, o risco emocional, o risco da relação entre o casal, quer dizer, ou o risco da própria gestação (GE).

Iniciou-se um debate sobre se seria necessário alterar o descritor, especificamente no sentido de possibilitar a identificação dos diversos riscos que impactam sobre o planejamento da parentalidade. A participação dos pesquisadores se deu no sentido de explicitar que a pesquisa seria muito ampliada e talvez

perdesse seu foco tentando identificar os riscos inerentes à questão. Assim aparecem as justificativas dos pesquisadores:

Porque a ideia é um pouco essa de que se em algum momento alguém decidiu planejar ou adiar uma gravidez, por causa do risco materno é um sinal que nós chamaríamos de ótimo planejamento familiar (GP).

Nós não queremos levantar quais são os riscos... Essa pesquisa é menor. Não temos chance com esse descritor de mapear quais os problemas. Nós temos nesse descritor a preocupação simples: se você chegou a adiar, ou a ter ou não ter filhos por causa dos riscos, é porque houve planejamento familiar. (GP)

No entanto a questão abriu-se para outro tema quando um especialista indica:

Não, eu acho que poderia colocar os riscos, mas só os indícios, porque depende dos riscos você vai ter um projeto de parentalidade. Quer dizer um projeto você pode até ter, mas pode adiar. Se o pai, por exemplo, é portador de HIV-AIDS vai ter um adiamento, porque, se ele quer ter um filho, vai ter que fazer todo um tratamento e aí vai ter sim, um adiamento de projeto de parentalidade. Tem muitos casos hoje nesse âmbito. Não é um caso só, são muitos. (GE)

Com esta fala apontou-se para o fato de que o descritor indicava apenas os riscos da maternidade, e o questionamento surge: “há o risco da maternidade. E o da paternidade?” (GE). Outro indaga se “seria necessário ver os riscos da paternidade? Seria necessário um outro descritor?” (GE).

Deste modo, o debate aponta para a necessidade de alterar o descritor incluindo a questão da paternidade. Houve consenso no sentido de que abrir para investigar quais riscos seria inadequado para uma pesquisa que quer apenas estudar o planejamento da parentalidade.

Neste contexto, a sugestão da alteração do descritor apareceu nos seguintes termos: “talvez a gente fizesse o descritor assim: itens relacionados com a “maternidade/ paternidade”. Acho que aí você abre para as duas frentes, mas sem entrar em quais riscos” (GE).

É curioso que mesmo depois de muito debate este descritor permaneceu quase que totalmente inalterado nas duas avaliações a que fora submetido. O descritor fora mantido com a alteração indicada acima, mas percebe-se que poderá

ser excluído nas etapas seguintes da pesquisa. Vejam o quadro que aponta para os índices de avaliação do descritor.

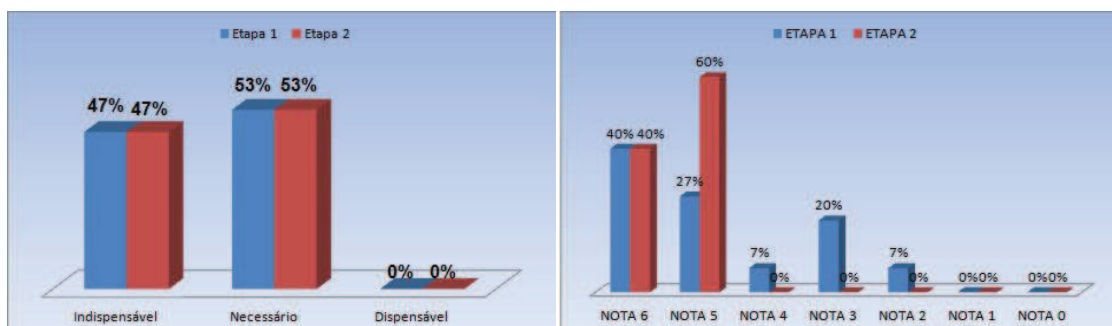


Gráfico 16 – Descritor 10 - Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho

O descritor número 11 aponta para vários aspectos, incluindo aspectos sociais, econômicos e humanos, que deveriam estar presentes num planejamento da parentalidade relacionados a uma avaliação das condições das pessoas ou casais em cuidar do filho após seu nascimento. A reflexão teórica indicada acima aponta para o fato que a parentalidade responsável implica – além da decisão da pessoa ou casal – o bem estar dos filhos e a sociedade atual já não vê com bons olhos aqueles que colocam filhos no mundo sem avaliar as condições de educá-los bem.

É interessante observar que este descritor não fora muito bem avaliado pelos especialistas na etapa não presencial, mas que após o debate e melhor compreensão do Projeto o descritor passou a receber uma melhor avaliação, de modo que o índice alcançado na etapa presencial chegou a 73% com indicação de que o descritor é indispensável e 67% com atribuição da nota máxima. Devido a este processo de mudança na avaliação de uma etapa para a outra o descritor fica claramente mantido sem alteração. As alterações de avaliação de uma etapa para outra podem ser mais bem compreendidas nos gráficos abaixo:



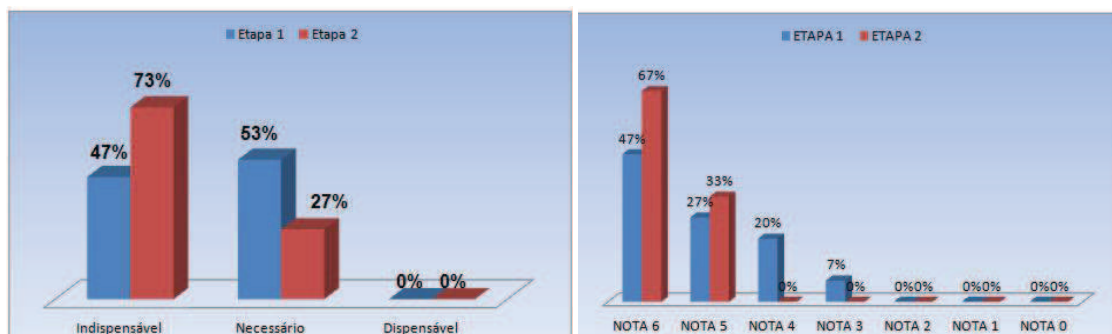


Gráfico 17 – Descritor 11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho

Se os descritores 9, 10 e 11 foram construídos com a intenção de identificar se há “projeto de parentalidade explícito” em relação ao primeiro e último filho, os descritores seguintes – 12, 13, 14 - são pensados para identificar se há o que definimos acima de ‘projeto de parentalidade implícito’, ou seja, uma resposta positiva a estes descritores indicaria que ‘ter filhos’ é parte dos projetos de vida das pessoas envolvidas.

Na avaliação do grupo de pesquisadores (GP) envolvidos no projeto, o descritor número 12 é sintomático e nos permite um primeiro diagnóstico da existência ou não de planejamento da parentalidade: o modo como se dá e é recebido o anúncio da gravidez. Compreendemos que se a notícia da gravidez é recebida e anunciada como uma boa notícia indica que a parentalidade já era parte dos projetos de vida das pessoas envolvidas, ou seja, que ter filho era uma parte explícita ou implícita no horizonte de vida da pessoa ou casal.

No entanto na etapa presencial da técnica de grupo nominal a questão se apresentou problemática e ocorreu um debate a respeito. Primeiramente os pesquisadores provocaram os especialistas manifestando o descontentamento com a avaliação que este descritor recebeu na etapa não presencial:

as nossas expectativas se frustram quando a gente vê a resposta indispensável (27%). Se alguém falasse assim: “estou grávida!”!, que beleza, que jóia. Então um ótimo sintoma...” (GP).

Então, se a pessoa é mais feliz ou menos feliz no anúncio, é um sintoma para nós que o filho foi bem acolhido ou, “bah, tchê” – vamos ter que lidar com isso! (GP).

Os especialistas se dividiram em relação a este descritor. Um grupo considerava o descrito dispensável e apresentavam alguns argumentos. A maior

reação dos especialistas se deu indicando que o descritor pode estar apontando para algo difícil de mapear, por se trata de 'alegria', algo subjetivo, que não aponta para uma tomada de decisão consciente de planejamento da parentalidade:

... eu coloque aqui como dispensável, porque eu entendi assim que nessa questão já está entrando no aspecto mais subjetivo. E o aspecto subjetivo é preciso fazer uma análise de levantamento quantitativo, se é uma coisa qualitativa você abre um leque, aí já é outra interpretação. Tem que ter cuidado aonde vocês vão colocar esses dados. De que forma isso vai ser levantado. Porque "alegria", "felicidade" isso é um outro componente. Já está entrando com o aspecto subjetivo. Então como vai levantar cada coisa. (GE)

Outro especialista acrescenta na mesma perspectiva:

Eu também fui nesta perspectiva. De dispensável. É interessante porque eu analisei a palavra "alegria". É, se você for descrever o que é alegria para as pessoas tem uma diversidade imensa que bate até a tristeza, no caso de alguns. (GE)

Alguns reconhecem que a alegria pode ser expressa, mas não indica realmente que haverá um compromisso da pessoa ou casal com a criança que vai nascer.

E há também aquelas pessoas que vão ao estúdio de fotografia e fazem aquela foto, fazem aquele carnaval, vão à internet e que é uma encenação de um momento que, na verdade, não tem nem muito. Então eu acho que a falsa alegria fere um pouco a lividez do sentido. (GE)

Outros especialistas – a partir de suas experiências no acompanhamento de famílias – observam que este descritor é realmente um diagnóstico da qualidade de gestação que a pessoa vai ter.

No atendimento ... a gente vê quando vem o casal - hoje mais jovem - fazer uma ecografia e, se diagnostica uma gravidez, e baixa um ar de tristeza e até de revolta esta gravidez está condenada. (GE)

Deste modo se defende que a palavra ‘alegria’ precisa ser mantida, pois o aspecto subjetivo pode contribuir muito para a percepção da existência ou não planejamento familiar.

Exatamente. Eu acho que é importante manter esta palavra subjetiva da alegria porque nas questões anteriores tem dados muitos objetivos e que se pode fazer esse cruzamento entre o emotivo/intuitivo com aquilo que na prática acontece. Aí eu acho que tem um dado bem interessante para ser cruzado. Justamente por isso essa palavra “alegria” deveria permanecer, porque isso lá na prática de fato acontece. Aí eu acho que tem um dado bem interessante para ser cruzado. Justamente esta palavra “alegria” deveria permanecer, porque o primeiro impacto é emotivo e depois... lá na prática, é salário-família, é emprego, a questão de risco da mãe, do pai, tem todas as questões que, a gente vai ver se a alegria permanece. (GE)

Os pesquisadores argumentaram que o fato de se identificar que o anúncio da gravidez se dera num clima de alegria está-se apenas indicando que há abertura à gravidez, sem querer definir já, só este descritor, como suficiente para qualificar que tipo de planejamento da parentalidade existe.

A questão depois vai entrar numa escala - de muita alegria até zero alegria. ... se o cara colocou ali muita alegria, foi muito feliz nesse momento, nós vamos concluir que há planejamento de parentalidade. Não significa que há um planejamento explícito, vai ter que ver os outros elementos para dizer se foi explícito. Mas ele já vai dizer que houve planejamento. ... esse seria um sintoma de que há planejamento. (GP)

Debateu-se também se ‘aceitação’ não seria menos subjetiva do que ‘alegria’, conforme apontou um especialista “Talvez o fato de o clima de “aceitação” é interessante. A alegria talvez já me deixe um pouco a desejar. A aceitação é similar a este fim”.(GE) Isto, no entanto não fora acatado unanimemente: “E se a gente for tomar pela questão da subjetividade, a “aceitação” também é, porque eu posso aceitar e acolher ou eu posso me resignar e assim, aceita numa condição...”. (GE) Deste modo aventou-se a possibilidade de deixar o termo ‘aceitação’ e excluir ‘alegria’. Mas não houve reação contrária:

Eu acho que tem que deixar os dois (termos), sim, porque há um sinal de que essa criança foi planejada ou não. Eu me lembro da minha gravidez. Então eu penso assim que é um sintoma como você está colocando, um

sinal de que isso foi planejado. Se não há alegria, e com vida, ou você aceita mais resignadamente e não tem o que fazer, então é um dado bastante representativo se foi ou não foi planejada. Então se a ideia é justamente pesquisar isso, então, me parece que está correto indagar... (GE).

Este descritor nos pareceu que suscitou um debate mais amplo, inerente à toda discussão da Planejamento familiar e o modo como a sociedade avalia e lida com isto. Alguns apontam para o fato de que a parentalidade pode significar coisas muito diferente nos diversos contextos sociais:

A gente trabalha com grupo em favelas, adolescentes em situação social, a coisa que mais falam é no filho, ficou com meu filho, a alegria do meu filho, e a gente sabe que eles não estão muito com o filho, e onde é que estão? Aquilo é uma mercadoria – filho. Não sei como é que a pesquisa vai, principalmente porque é num determinado grupo. Eu acho que pode ter uma... Bem, se você acha que pode, eu acho que não é assim. (GE)

Esta questão é relevante nos parece que remete para a necessidade de se aprofundar a noção de parentalidade nos diversos contextos. Certamente este é um dos limites desta pesquisa, pois os descritores não foram pensados para avaliar estas diversas noções de parentalidade, apenas identificar se há ou não planejamento.

Um dos elementos fundamentais deste trabalho é a não pretensão de identificar o conteúdo do planejamento da parentalidade, por mais relevante que isto possa ser.

A pesquisa que se pretende fazer está situada no contexto da bioética e, por isso, tentou-se buscar alguns elementos fundamentais que sejam razoáveis e com ampla possibilidade de diálogo numa sociedade pluralista.

Concretamente, os que estamos dizendo é que – independentemente do que significa planejamento da parentalidade nos diversos contextos e em diversos grupos sociais – há na sociedade brasileira um consenso de que o planejamento da parentalidade é importante. Por isso identificar se filhos nascem planejadamente é relevante para qualquer que seja o grupo social, religioso ou cultural em questão.

Apesar da avaliação negativa que este descritor recebeu em ambas as etapas das avaliações nós decidimos pela manutenção do descritor para a próxima etapa

do processo de validação, a saber, o projeto piloto. Talvez tenhamos que retirar este descritor, mas por ora ele será mantido, por ser compreendido como um descritor sintomático da ausência ou presença de projeto de parentalidade. Vejam abaixo a avaliação que este descritor recebeu, com pouca variação e uma etapa para a outra.

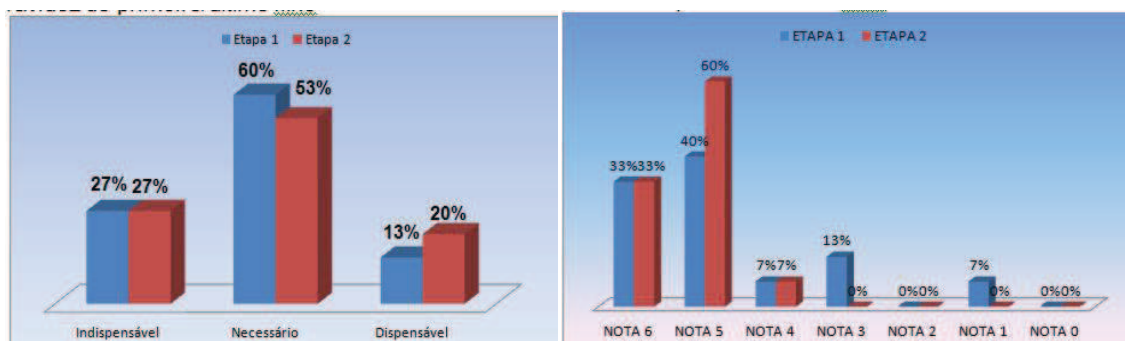


Gráfico 18 – Descritor 12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/ último filho

O descritor número 13, que busca identificar se o parceiro acolheu a criança na gravidez, pode ser compreendido como um desdobrar no descritor anterior, pois o anúncio da gravidez pode se dar num clima de alegria para um parceiro e de tristeza para o outro.

Para o grupo de pesquisadores (GP), o acolhimento da criança pelo/a parceiro/a é também sintoma de planejamento da parentalidade, ao menos implicitamente.

O descritor também não recebeu uma avaliação muito boa dos especialistas, mas há uma melhora na etapa presencial, como se vê no gráfico abaixo:

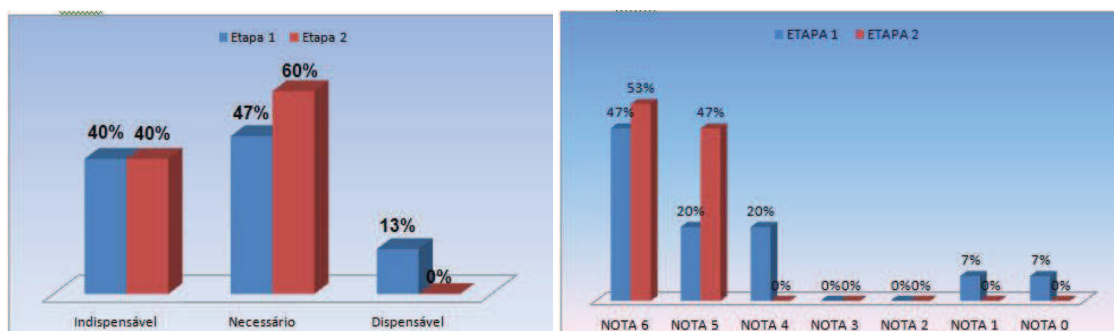


Gráfico 19 – Descritor 13 - O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho

O descritor 14, que indaga se o cuidado do filho se torna preocupação constante, fora visto pelos especialistas como um descritor que está relacionado à parentalidade ao longo da vida da criança, mas que é irrelevante para indicar se houve planejamento da parentalidade.

A avaliação bastante negativa que este descritor recebeu em ambas as etapas da técnica de grupo nominal indicou claramente que o descritor deve ser retirado das próximas etapas da validação do instrumento, o que de fato será feito. Menos de 20% dos especialistas consideraram o descritor indispensável, como se vê no quadro abaixo:

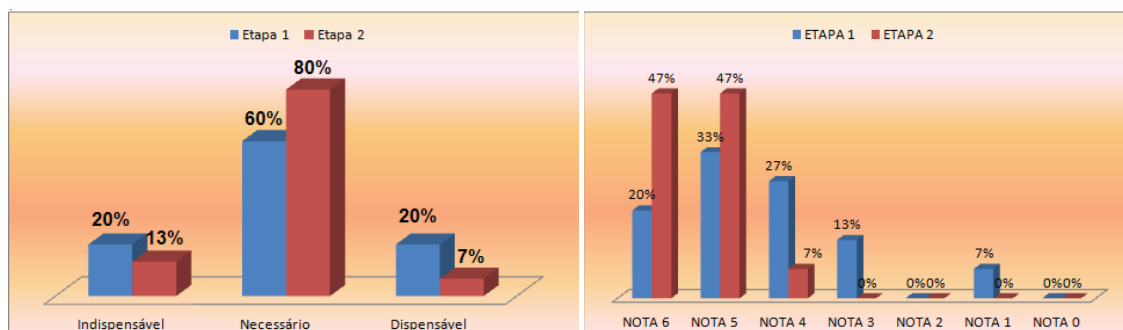


Gráfico 20 – Descritor 14 - O cuidado do primeiro/último filho se tornou preocupação constante

Os descritores seguintes – 15 a 18 - são pensados para identificar se há o que definimos de planejamento da parentalidade pós-fato, ou seja, identificar as situações onde não há planejamento da parentalidade, mas as pessoas envolvidas abrem-se para a parentalidade após ocorrer uma gravidez.

O descritor número 15 investiga se o aborto chegou a ser considerado durante a gravidez. Por mais difícil que seja colher esta informação compreendemos que ela é relevante, pois, independentemente da avaliação moral sobre o aborto, ele aponta, no mínimo, para uma ausência de planejamento familiar, eis que usualmente não se abortaria um filho planejado.

Na etapa presencial houve questionamentos de alguns especialistas sobre o assunto. “Quando se fala em aborto aí vocês tinham a intenção clara de falar de aborto provocado?” (GE)

Evidentemente que apenas o aborto provocado tem alguma relação com a presença ou ausência de planejamento familiar. Aqui é importante distinguir o moral do natural. Somente o aborto provocado implica em avaliação moral, pois é

resultado de planejamento e decisão humana. O aborto espontâneo, não provocado, pode levar a pessoa a questionamentos existenciais por ser colocada em situação de vulnerabilidade humana, frente à fragilidade própria da condição humana, mas não pode a rigor, levantar questionamento moral.

Um dos especialistas aponta, corretamente a nosso ver, que este descritor aponta se “foi pensado no aborto. Não se está querendo dizer que a pessoa fez o aborto, apenas se foi pensado”. (GE)

Um outro do descritor vai buscar identificar se houve ou não aborto no núcleo familiar. Fica claro que pensar em aborta há relação com o planejamento familiar, e na ótica de um especialista, com um planejamento familiar responsável. “É importante, porque a pessoa pode ter desistido, mas chegou a pensar! ... Havia um indicativo de que não havia nenhuma vontade! ... Aí indica um índice de planejamento responsável”. (GE)

Segue abaixo o quadro relatando as avaliações que este descritor recebe, que reflete uma melhor avaliação na etapa presencial, onde, principalmente na nota máxima, tem-se uma considerável diferença, passando de 27% para 47% de uma etapa para outra. Vejamos o quadro abaixo:

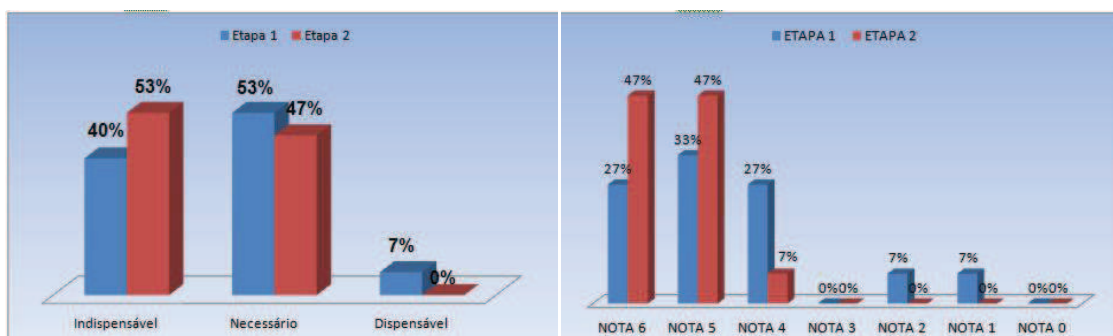


Gráfico 21 – Descritor 15 - A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho

O descritor número 16 fora muito mal avaliado pelos especialistas nas duas etapas da técnica de grupo nominal, de modo que será retirado das próximas etapas de avaliação.

A justificativa apresentada pelos especialistas é a de que este descritor não aponta exatamente para o planejamento da parentalidade, mas para o exercício da parentalidade ao longo da vida do filho.

Observa-se que apenas 27% dos especialistas consideraram este descritor dispensável. Vejam os outros índices no quadro abaixo:

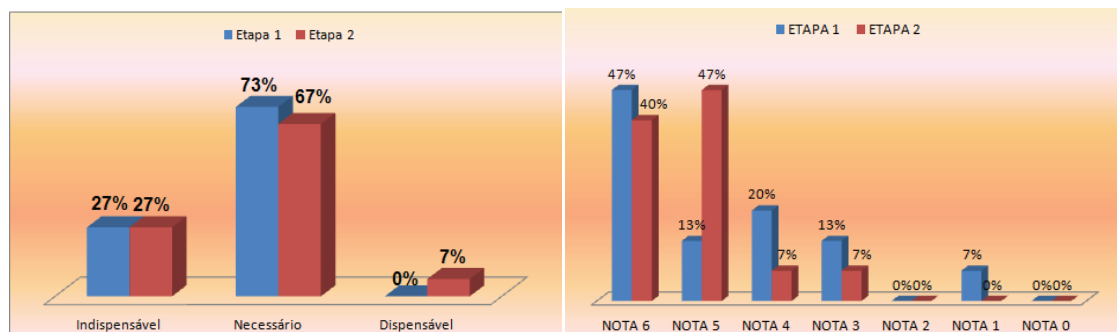


Gráfico 22 – Descritor 16 - A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem

O descritor número 17 também fora muito questionado pelos especialistas, pois estes compreendem que o descritor aponta também para as relações de parentalidade e não para o planejamento da parentalidade.

Este descritor indaga se o parceiro mantém o cuidado e a preocupação com o filho. Houve amplo debate sobre o assunto que basicamente apontou para o fato de que é difícil avaliar ou identificar um projeto de parentalidade pós-fato.

Alguns especialistas apontaram que o descritor pode ajudar na avaliação da parentalidade em relação o último filho. De qualquer modo o descritor fora melhor avaliado depois da etapa presencial, passando de 13% para 53% e assim o descritor fica, por ora, mantido.

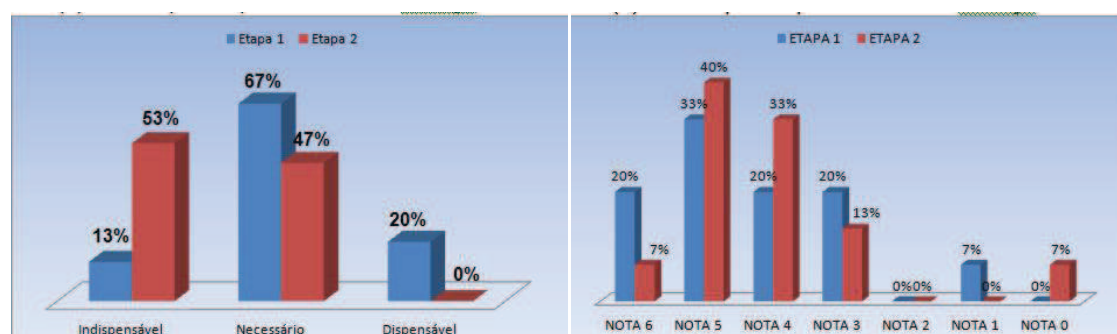


Gráfico 23 – Descritor 17 - A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança

O descritor 18 voltava a indagar sobre o aborto. Compreendemos que indagar sobre o aborto no contexto do planejamento da parentalidade é relevante, no entanto, os especialistas apontam para a dificuldade de fazer isto.



Ademais, considerando que já havia um descritor que abordava a questão (número 15), vários especialistas recomendavam não retomar a esta questão delicada.

Por fim, o descritor 18 recebeu de fato um avaliação muito fraca, com apenas 27% dos especialistas considerando o descritor indispensável. Nestas condições, o descritor será retirado do instrumento para as etapas seguintes da avaliação.

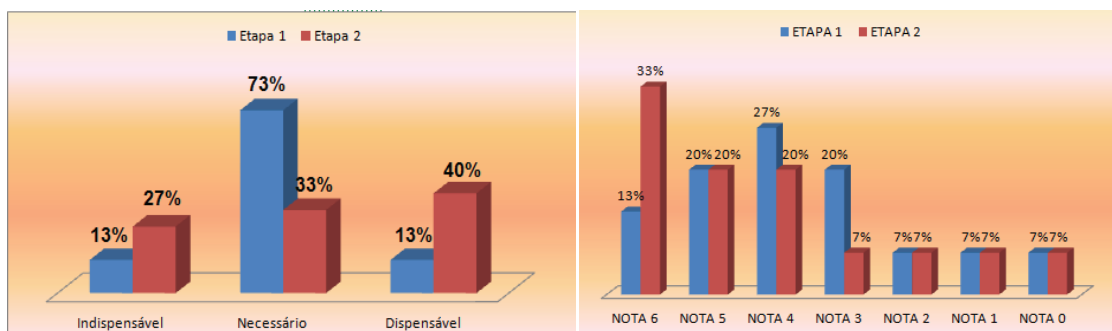


Gráfico 24 – Descritor 18 - Ocorrência de aborto no núcleo familiar

Como fora identificado acima, este conjunto de descritores – do descritor 9 ao 18 - aponta para o centro do Instrumento de pesquisa que pretende identificar os tipos de projeto de parentalidade ou ausência dele.

No projeto piloto se dará a validação estatística, que poderá definir uma escala para medir e identificar os diversos tipos de Projeto de Parentalidade. Entretanto, no atual estágio do projeto de pesquisa, já estamos sugerindo alguns elementos que poderão ser confirmados ou não na validação estatística.

Para definir o tipo de projeto de parentalidade, colocamos a indagação e apontamos para elementos que possam medir e definir o tipo de projeto. Percebemos que as respostas ao instrumento da pesquisa poderão apontar para uma diferenciação – uma maior gradualidade – em relação aos tipos de projetos.

Deste modo, segue a proposta abaixo:

a) Houve Projeto de Parentalidade Explícito (PPE)?

- Indício de PPE = uma nota 3 nos descritores (09-10-11-19)
- PPE definido = duas notas 3 nos descritores (09-10-11-19)
- PPE bem definido = três notas 3 nos descritores (09-10-11-19)

*09 – Houve planejamento na gravidez do primeiro filho*

*10 - Os riscos relacionados com a maternidade/paternidade foram avaliados antes da gravidez:*

*do primeiro filho*

*11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez:*

*do primeiro filho*

*19 – A participação do (a) parceiro (a) na decisão de engravidar:*

*do primeiro filho*

b) Houve Projeto de Parentalidade Implícito (PPI)?

- Indício de PP Implícito = Ausência de PPE, mas ao menos 3 pontos no descritor 12.

- PPI definido = ao menos 3 pontos no descritor 12 e ao menos uma nota 2 nos descritores (09-10-11-19).

- PPI bem definido = ao menos 3 pontos no descritor 12 e duas nota 2 nos descritores (09-10-11-19).

*12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria.*

c) Houve Projeto de Parentalidade Pós-fato (PPPF)?

- Indício de PPPF = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15

- PPPF definido = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15 e ao menos uma nota 3 nos descritores (13 ou 24)

- PPPF bem definido = Ausência de PPI, mas nota 1 ou zero no descritor 15, e ao menos uma nota 4 nos descritores (13 ou 24)

*13 - O (a) parceiro (a) acolheu o filho*

*24 - Apoio da família na gravidez do filho*

d) Houve Ausência de Projeto de Parentalidade (APP) ?

- Indício de APP = Ausência dos critérios de PPPF

- APP definida = Ausência de PPPF e notas 1 ou 2 no descritor (15).

- APP bem definida = Ausência de PPPF e nota 3 ou mais no descritor (15).

*15 – Chegou-se a pensar no aborto - do primeiro filho*

Deste modo, a avaliação dos descritores podem nos levar a uma variação de projetos de parentalidade que podem assumir doze possíveis tonalidades ou graduações:

1. - Indício de PPE;
2. - PPE definido;

3. - PPE bem definido;
4. - Indício de PPI;
5. - PPI definido;
6. - PPI bem definido;
7. - Indício de PPPF;
8. - PPPF definido;
9. – PPPF bem definido;
- 10.– Indício de APP;
- 11.– APP definida; e
- 12.– APP bem definida.

A seguir, será feita a análise dos descritores envolvendo parentalidade e sexualidade.

### 3.3 DESCRITORES RELACIONADOS COM A VISÃO DE SEXUALIDADE

Inicialmente, cabe enfatizar que a primeira formulação de todos os descritores que foram apresentados ao Grupo de Especialistas (GE) passou por um processo de análise crítica entre o Grupo de Pesquisadores (GP). Realizaram-se diversas rodadas de estudo com proposições e reflexões à luz de uma acurada revisão bibliográfica, bem como de pesquisas e estudos recentes que apontam para algumas tendências no Brasil, inclusive trabalhos de iniciação científica realizados no curso de Teologia, quando os temas considerados pertinentes, porém, um pouco distantes do tema projeto de parentalidade, restaram desde logo excluídos.

Os descritores de números 30 a 40 buscam identificar a existência ou não de impacto da sexualidade na parentalidade. Destes onze descritores, tendo em conta as observações significativas do grupo de especialistas (GE) na etapa presencial, ocorreu a exclusão de cinco deles, isto é, os descritores números 33 (Realização pessoal/alegria em ter o filho), 36 (Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de engravidar), 38 (Idade de início de sua atividade sexual), 39

(Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença ao grupo / afirmação da identidade) e 40 (Ocorrência de abusos sexuais de criança na família).

Entretanto, nos debates ocorridos com os examinadores durante a Banca de Qualificação, percebeu-se que o descritor número 38 (Idade de início de sua atividade sexual) deveria avançar para a próxima fase, porque restou considerado pertinente ao projeto de parentalidade.

Permaneceram ativos, portanto, sete descritores (30, 31, 32, 34, 35, 37 e 38).

A seguir, faz-se a análise dos conteúdos dos onze descritores, à esquerda, e suas respectivas notas, à direita, considerando-se as duas etapas de participação do grupo de especialistas (GE) na técnica do Grupo Nominal, ou sejam, primeiramente na edição não presencial e, posteriormente, no encontro presencial, este, realizado na PUCPR no dia 1º de dezembro de 2012.

Por opção metodológica, ressalta-se que não será desenvolvido um aporte teórico expositivo e ou argumentativo de justificação tanto dos temas que restaram excluídos na fase de pré-elaboração quanto aqueles assuntos que efetivamente foram inseridos nos descritores previamente formulados e colocados para a apreciação dos integrantes do Grupo de Especialistas durante a técnica do Grupo Nominal. Dá-se preferência para os debates nas duas fases com o grupo de experts.

A exceção ficou por conta do descritor 38, que foi reincorporado ao elenco de temas envolvendo a sexualidade e o projeto de parentalidade, para demonstrar a pertinência e a relevância da questão.

O descritor 30 obteve, na Etapa 1 (não presencial), o percentual de 53% para a opção necessário e, também, outros 47% para indispensável. A alternativa dispensável permaneceu zerada.

Já na rodada presencial (Etapa 2), a adesão dos experts elevou a alternativa indispensável para o patamar de 87%, em detrimento aos anteriores 47%. Ademais, o entendimento dos outros 13% de especialistas foram classificados como necessários.

As notas lançadas para avaliar o descritor corroboram com a moldura fática do julgamento de conteúdo, bem como de sua pertinência ao objeto da pesquisa, eis

que a nota máxima, isto é , 6, foi assinalada por 60% dos especialistas, contra os 53% da primeira etapa.

A nota 5 foi a opção dos outros 40%, que antes fora marcada por 27%, acrescida da nota 4 por mais 20% dos experts. As demais notas, ou sejam, 3, 2, 1 e zero não tiveram assinalamentos em nenhuma das duas etapas da técnica metodológica utilizada.

Faz-se notar que não foi lançado numeral algum na cota do dispensável em nenhuma das edições desse trabalho, bem como sequer houve algum comentário, seja por parte dos pesquisadores ou dos especialistas, justificando de forma inequívoca a permanência do referido descritor.

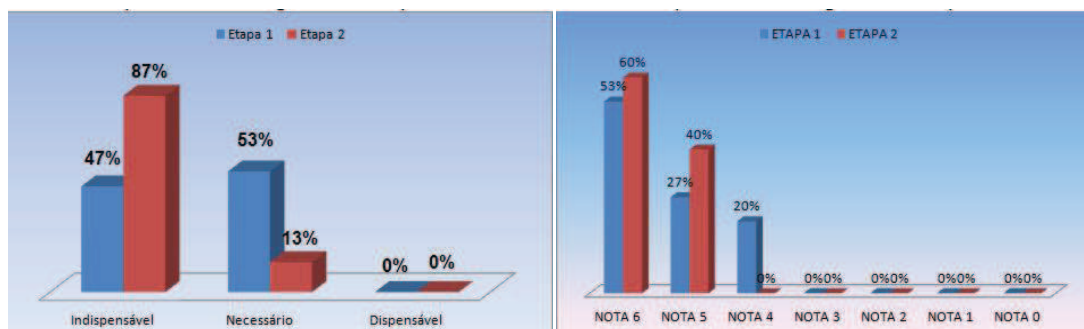


Gráfico 25 - Descritor 30 - Uso de contraceptivo antes da gravidez do primeiro/último filho

O descritor 31 chegou a ser questionado pelo grupo de especialistas (GE) quanto à expressão 'dificuldades' nos seguintes termos:

Que tipo de dificuldades? Podem ser econômicas.

O esclarecimento prestado pelo grupo de pesquisadores (GP) foi no seguinte rumo:

Não, aí é no sentido de engravidar mesmo. Não conseguir engravidar. Dificuldade em ter filho. Não consegue engravidar? E se separa? Isso ocorre? Gostaria de saber. É, gostaria de saber como, quando e quanto por cento isto ocorre?

Na Etapa 1, 33% do GE assinalou indispensável, 53% necessário e 13% dispensável. Já na Etapa 2, desapareceu o crédito da cota dispensável e

aumentaram significativamente as marcações máxima e intermediária para 60% e 40%, respectivamente, indispensável e necessário, fechando a questão.

Esse descritor foi bem avaliado na Etapa 2, pois 47% do GE atribuiu-lhe nota 6 (antes 40%), somado à nota 5 com 40% de preferência (antes 27%) e acrescido da nota 4 com 7% de assinalamento. O restante coube ao registro mínimo de nota 3.

Nada obstante o descritor não ter atingido unanimidade por parte do grupo de especialistas, sua pertinência foi considerada adequada pelos experts e devidamente justificado sua presença na investigação da parentalidade.

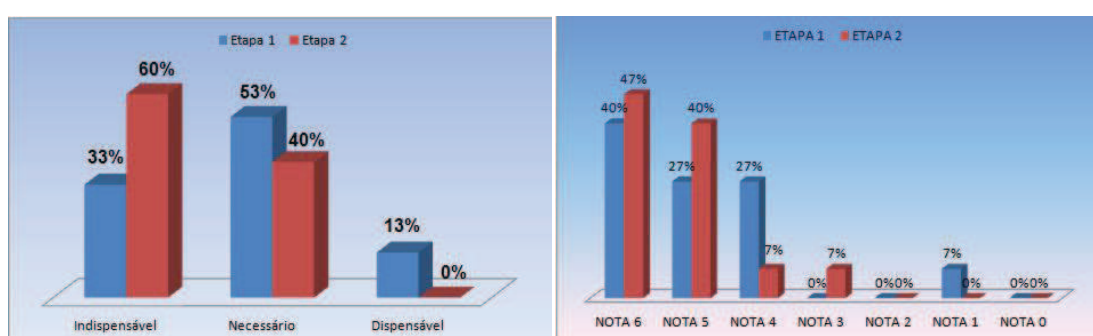


Gráfico 26 - Descritor 31 - Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em ter filho

O descritor 32 não recebeu do GE nenhum registro de dispensável, tanto na Etapa 1 quanto na Etapa 2. Também não teve assinalamentos de notas 2, 1 ou zero nas duas Etapas.

A ponderação do GE ficou por conta da observação no sentido de que "esse problema fica sério quando o primeiro filho vem com problema." O GP ponderou no sentido de que "se fosse acusado pelo segundo filho poderia ser mais relevante. Teria que colocar na hora de ter o segundo filho, porque o primeiro é difícil de se avaliar. Como é que se vai saber? Entre o primeiro e o segundo você tem dificuldade. Qual seria o mais relevante?"

Na Etapa 2 o grau de importância ficou em 67% para a opção necessário (antes 80%) e 33% para a alternativa indispensável (antes 20%).

Quanto às notas, tem-se que 47% dos experts atribuíram valor 6 nas duas Etapas, 40% nota 5 (antes 33%), 7% nota 4 (antes 20%) e, o restante, nota 3.

Neste contexto, o descritor 32 foi considerado adequado e, por via de consequência, mantido.

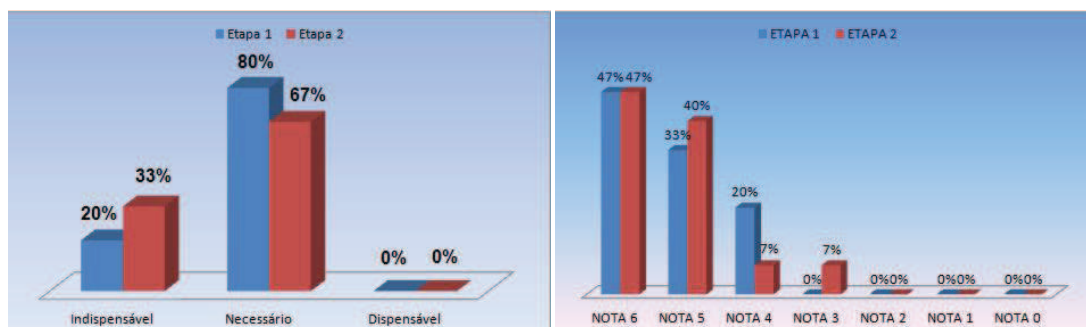


Gráfico 27 - Descritor 32 - Decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente

O descritor 33 foi excluído, entendendo-se o seu descabimento quando considerados os demais descritores já analisados e justificados.

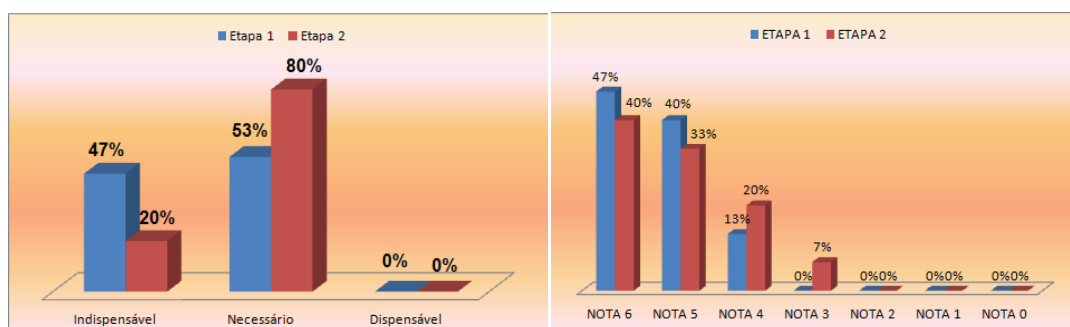


Gráfico 28 - Descritor 33 - Realização pessoal/ alegria em ter o filho

O descritor 34 ganhou na Etapa 1 conceitos de indispensável no percentual de 40%, necessário no montante de 47% e dispensável no total de 13%. As notas dessa Etapa ficaram divididas em 6, 5 e 4, respectivamente, 40%, 40% e 20%.

A Etapa 2 não registrou a ocorrência da opção dispensável. A opção necessário foi elevada para 67% pelo GE (antes 47%) e a alternativa indispensável ficou com 33% da preferência dos experts.

Nessa Etapa derradeira, a nota 6, que é a máxima, subiu para 53% (antes 40%), a nota 5 ficou em 33% e, por fim, a nota 4, com o percentual remanescente.

Desta forma, o descritor foi considerado apto a permanecer nos moldes que norteiam a pesquisa sobre parentalidade.

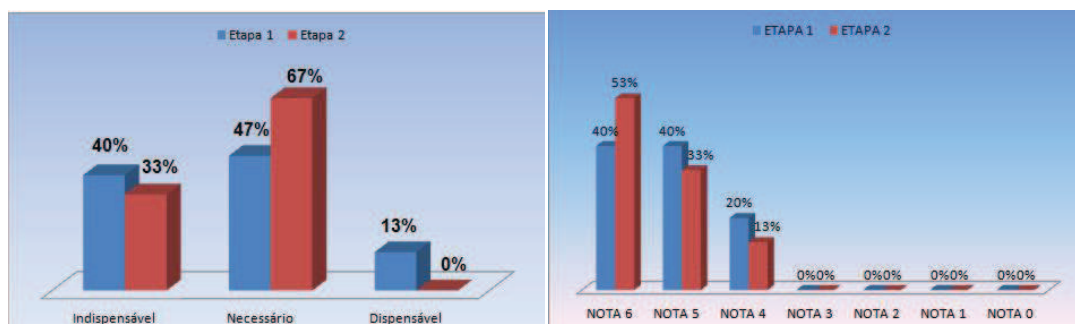


Gráfico 29 - Descritor 34 - Vínculo afetivo materno/paterno do entrevistado

O descritor 35 obteve adesão do GE nas três alternativas possíveis durante a Etapa 1, assim divididos: dispensável 7%, necessário 60% e indispensável 33%. Embora predomine a categoria necessário, ressalta-se que, se ela for somada à opção indispensável, o descritor totaliza 93% de conveniência e viabilidade de utilização na pesquisa.

A atribuição de notas nessa Etapa inicial ficou no entre 6 (60%), 5 (20%), 4 (13) e zero (7%). Assim, na contabilização das três maiores notas, também se chega ao montante de 93% das escolhas por parte dos experts.

Durante os embates com os especialistas, o grupo de pesquisadores esclareceu o objetivo em relação ao descritor analisado, no sentido de que "vamos também pegar os três pontos só, não vamos abrir muito: família, escola ou comunidade?", para evitar desvios de rota na pesquisa.

A Etapa 2 expurgou a cota anterior da opção indispensável e fixou a escolha entre necessário, com 53%, e indispensável, com o restante, isto é, 47%.

As notas foram distribuídas entre 6 (33%), 5 (47%), o maior percentual, 4 (13%) e, finalmente, 3 (7%), fechando a grade avaliativa.

Com efeito, o descritor 35 também passou no teste e está apto a ser regularmente utilizado nos objetivos propostos na de pesquisa.

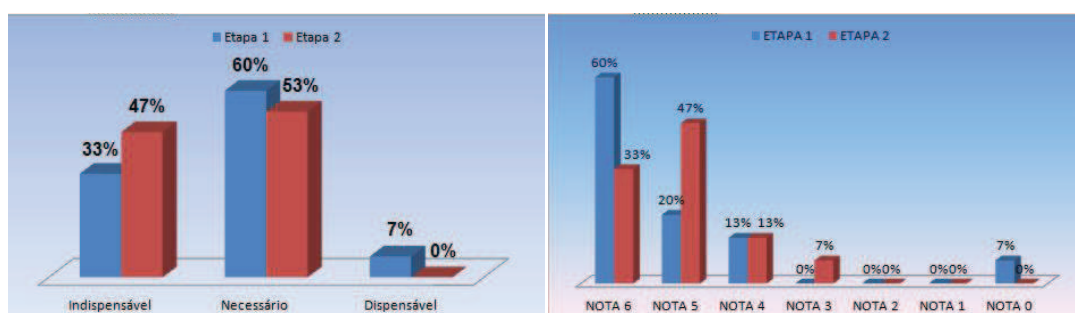


Gráfico 30 - Descritor 35 - Onde recebeu informações sobre sexualidade: família / escola / comunidade religiosa



O descritor 36 também foi excluído, entendendo-se o seu descabimento quando considerados os demais descritores já analisados e justificados.

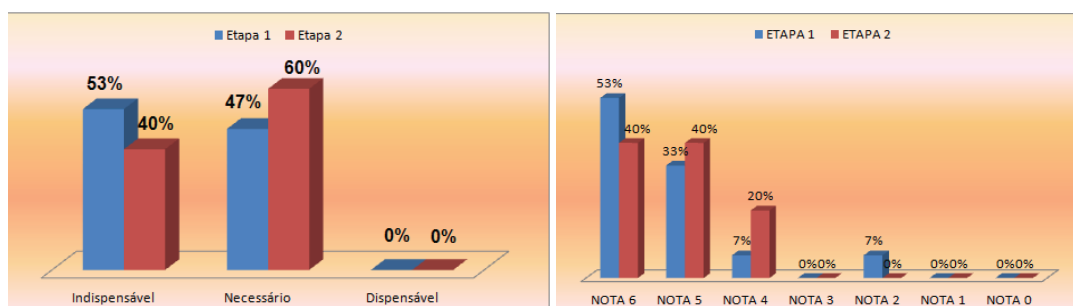


Gráfico 31 - Descritor 36 - Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de engravidar

O descritor 37 trouxe na primeira Etapa tanto a avaliação de conteúdo quanto as notas aplicadas de forma consistentes, recomendando desde o início a manutenção desse descritor.

Na Etapa 1, a verificação do conteúdo e da pertinência com o objeto da pesquisa ficou entre as demarcações necessário, com 53%, e indispensável, com 47%, fechando a preferência de integrantes do grupo de especialistas.

Quanto às notas, nessa Etapa, 40% atribuíram valor 6, e outros 40%, nota 5. Os outros 20% ficaram divididos entre a nota 4 (13%) e a nota 3 (7%). Portanto, as notas 2, 1 e zero não foram assinaladas.

Os embates na Etapa 2 foram reduzidos no grupo de especialistas. Entretanto, houve manifestação no sentido de que o descritor seria "tão dispensável" (GE), ao que os pares se pronunciaram em tom de defesa da maioria para argumentar que se "você trabalhar com pessoas que são portadoras de HIV-AIDS, você vai ver que isso é um risco. É um grupo de risco, né. Um grupo de risco são vários. Então, isso existe sim" (GE), bem como a constatação de que todas "as DSTs podem interromper" (GE).

A posição minoritária, entretanto, continuou na exposição de seus argumentos, nos seguintes termos:

O que apresenta essa novidade, de como eu posso evitar. Ele tem HIV mas o parceiro que tem HIV, não deixa de ter relação sexual hoje em dia. Eu acho que entra mais as doenças sexualmente transmissíveis, mas, que às vezes, é tão difícil de identificar o parceiro que tenha pra poder fazer o cuidado. O cuidado é o tempo inteiro. Não é o cuidado porque o outro que

eu não conheço. Tem que ser um cuidado permanente. A educação em saúde não pode ser um cuidado esporádico, porque (áudio prejudicado) constante hoje. Por isso que na hora eu pensei, mas (não concluiu).

Os demais especialistas ainda sustentaram que se trata de "um dado importante para a saúde pública, descobrir que as pessoas não deixam de transar mesmo sabendo que pode pegar uma doença. (GE)

Já o grupo de pesquisadores observou que se "a resposta for totalmente negativa não influencia em nada". (GP)

Na Etapa 2, o descritor 37 teve aumentado o percentual do conceito indispensável para 53% (antes 47%) e, por consequência, ocorreu uma diminuição na opção necessário, que ficou em 47% (antes 53%). A discussão, portanto, caminhou no sentido de firmar ainda mais a necessidade de que o descritor fosse mantido na pesquisa de parentalidade.

A mesma linha de raciocínio pode ser visualizada na alteração das notas, eis que o valor máximo de 6 subiu para 47% (antes 40%), permanecendo o mesmo percentual de preferência das notas 5 e 4, isto é, respectivamente, 40% e 13% em ambas as Etapas, contudo, desaparece a cota da nota 3.

Tem-se, assim, plenamente justificado a consistência do descritor 37, em razão de que se trata de uma realidade presente e próxima do tema investigado nessa pesquisa.

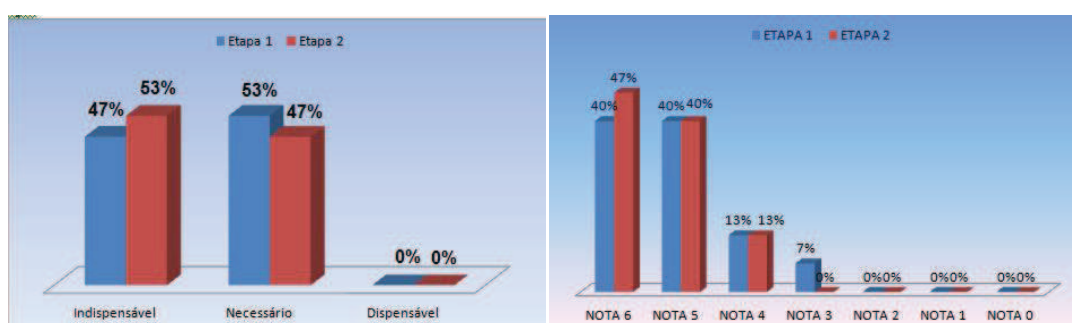


Gráfico 32 - Descritor 37 - Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de adquirir doença

O descritor 38, inicialmente foi excluído, entendendo-se o seu descabimento pelo Grupo de Especialistas (GE), quando considerados os demais descritores já analisados e justificados.

Em síntese, o descritor 38 apresentou uma rejeição de 53% por parte do GE na Etapa 1, sendo que 40% dos experts classificaram a proposição como necessário

e 13% na alternativa dispensável. A opção indispensável recebeu, em ambas as Etapas, a adesão de 47% do GE. Na Etapa 2, a opção dispensável baixou a rejeição de 13% para 7% e, por via de consequência, elevou-se a opção necessário de 40% para 47%.

As notas atribuídas na Etapa 1 somaram 60% da preferência do GE entre os conceitos 5,0 (33%), 4,0 (13%), 1,0 (7%) e zero (7%), e apenas 40% lançou a nota máxima, isto é, 6,0. Na Etapa 2, a nota 6,0 caiu de 40% para 33%. Já a nota 5,0 aumentou o percentual de 33% para 47%. Também ocorreu a redução da nota 4,0, de 13% para 7%. As notas 3,0 e 1,0 dividiram o saldo.

Mas os examinadores da Banca de Qualificação chamaram a atenção para o fato de que o descritor tem conexão direta com o projeto de parentalidade e, portanto, deveria avançar para a fase seguinte da pesquisa, o que foi acatado pelo Grupo de Pesquisadores. (GP)

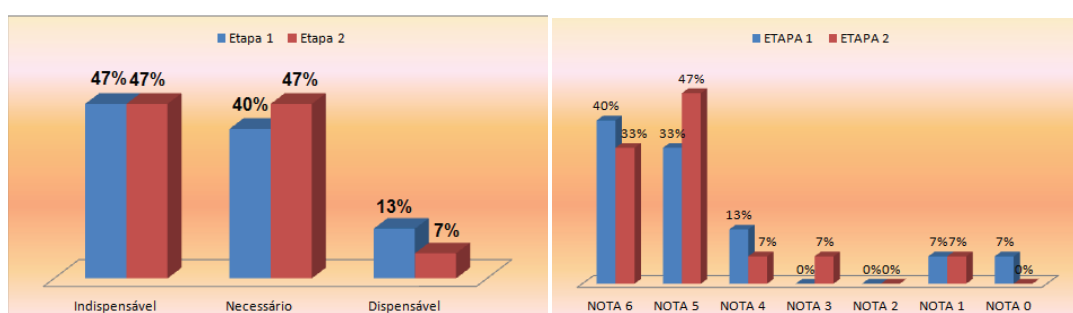


Gráfico 33 - Descritor 38 - Idade de início da sua atividade sexual

Para sustentar a permanência do descritor 38, cabe ressaltar o estudo de 2012 do IBGE que, ao tratar de aspectos demográficos sob a ótica da fecundidade, esclarece o seguinte:

A fecundidade é a principal componente demográfica relacionada com a estrutura etária da população. Assim, populações jovens normalmente estão associadas à alta fecundidade, enquanto uma estrutura populacional envelhecida associa-se com níveis de fecundidade muito baixos. Entre os indicadores de fecundidade, destaca-se a taxa de fecundidade total, que mede o número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo. Em 2011, a taxa de fecundidade total para o Brasil foi de 1,95 filho por mulher. O histórico declínio das taxas de fecundidade é reflexo das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, tais como: aumento da urbanização, maior participação de mulheres no mercado de trabalho, elevação da escolaridade, disseminação cada vez maior dos métodos anticoncepcionais, entre outras mudanças. É importante destacar que a taxa de fecundidade vem sofrendo um processo de redução bastante acentuado em todos os grupos sociais.

Dentre as diversas perspectivas que podem emergir em relação à idade do início da atividade sexual, tem-se a constatação fática no sentido de que a primeira gestação tanto pode ocorrer em mulheres saindo da infância quanto somente depois de uma década ou mais de prática sexual ativa, o que pode diferenciar radicalmente aspectos inerentes à existência ou não de projeto de parentalidade.

Ademais, as variáveis cor ou raça da mulher e a escolaridade dela são aspectos que permitem traçar uma prospecção interessante, ainda segundo o IBGE.

Vejamos, por primeiro, quanto à variável cor ou raça da mulher:

As mulheres brancas apresentaram, em 2011, taxa de fecundidade de 1,63 filho por mulher, enquanto para as mulheres pretas ou pardas esse indicador foi de 2,15 filho por mulher. A taxa de fecundidade das mulheres brancas foi mais baixa em todas as Grandes Regiões, sendo seu valor, inclusive, inferior ao nível de reposição da população (que corresponde à taxa de fecundidade de 2,1 filhos por mulher. As mulheres pretas ou pardas apresentaram taxa de fecundidade 32,1% maior do que a das brancas. A maior diferença relativa foi observada na Região Sul, onde as mulheres pretas ou pardas apresentaram taxa de fecundidade de 37,1% maior do que a das brancas. A taxa de fecundidade é superior ao nível de reposição para o grupo de mulheres pretas ou pardas nas Regiões Norte (2,60), Sul (2,32) e Nordeste (2,19).

A análise do padrão etário da fecundidade, que corresponde à distribuição percentual das taxas de fecundidade por grupos de idade no intervalo correspondente ao período reprodutivo, indica que, no Brasil, a fecundidade das mulheres pretas ou pardas é rejuvenescida que a estrutura de fecundidade das mulheres brancas. Para pretas ou pardas, a fecundidade é mais concentrada no grupo de 20 a 24 anos de idade (29,6%), enquanto para as brancas existe uma maior concentração no grupo etário de 25 a 29 anos (25,5%).

Por segundo, as considerações do estudo institucional do IBGE sobre a escolaridade da mulher correlacionada com a dimensão da fecundidade:

No Brasil, as mulheres com menor nível de escolaridade - até 7 anos de estudo - apresentaram taxa de fecundidade total de 3,07 filhos, enquanto entre as mais escolarizadas a taxa foi substancialmente mais baixa, de 1,69 filho por mulher. A principal diferença que se observa entre estes grupos de mulheres é encontrada na Região Norte, em que a fecundidade das mulheres com até 7 anos de estudo, equivalente a 3,97 filhos, é praticamente o dobro daquela verificada entre aquelas com 8 anos ou mais de estudo, que foi de 2,01 filhos por mulher, em 2011.

A título de ilustração, traz-se um outro indicador desse estudo do IBGE, relacionado à fecundidade, qual seja, aquele que "corresponde à proporção de mulheres, em diferentes grupos etários, que não tiveram filhos nascidos vivos":

Da mesma forma que o Brasil vem experimentando um processo de queda na fecundidade, observa-se também que a proporção de mulheres que não tiveram filhos nascidos vivos aumentou na última década. Em 2001, 54,4% das mulheres de 20 a 24 anos de idade não tiveram nenhum filho nascido vivo, enquanto, em 2011, este indicador atingiu 62,3% das mulheres do mesmo grupo de idade. Para o grupo etário de 20 a 34 anos, percebe-se que a proporção de mulheres que não tiveram filhos se eleva substancialmente em 2011. Entre as jovens de 15 a 19 anos, grupo considerado inicial para o período reprodutivo, constata-se que 89,5% delas não tiveram filho; no grupo final do período reprodutivo, formado pelas mulheres de 45 a 49 anos de idade, 13,3% não tiveram filho nascido vivo.

A proporção de mulheres que permanecem sem ter filhos é diferenciada segundo a escolaridade da mulher. As mais escolarizadas têm maior acesso à informação e, conseqüentemente, a práticas contraceptivas. Além disso, há que se registrar que a ascensão da escolaridade está cada vez mais valorizada no mercado de trabalho. Em 2011, percebe-se que, entre as mulheres de 15 a 19 anos de idade com maior escolaridade (8 anos ou mais de estudo), 7,3% tinham filhos, enquanto entre as menos escolarizadas esta proporção aumenta para 18,3%. Como a fecundidade, em muitos casos, atrasa ou mesmo interrompe o processo de escolarização da mulher, que se mantém ainda como a principal responsável pelo cuidado dos filhos, percebe-se a necessidade de políticas públicas relacionadas ao cuidado de dependentes voltadas para essas jovens que já têm filhos e desejam retornar ou mesmo não interromper os estudos devido à maternidade. Para as mulheres de 20 a 34 anos de idade, é ainda mais expressiva a diferença na proporção de mulheres que não tiveram filhos, por grupos de anos de estudo.

Desta forma, apresenta-se consistente a permanência do descritor 38, que trata da idade de início da atividade sexual, notadamente em relação às mulheres que, especialmente diante dos filhos nascidos vivos no transcurso de todo o período reprodutivo, correlaciona-se à efetiva verificação das questões inerentes ao projeto de parentalidade sob enfoque neste trabalho.

O descritor 39 dividiu significativamente a opinião do grupo de especialistas (GE) nas duas rodadas de análise do tema. Na Etapa 1, apenas 27% do GE entendeu que o descritor seria indispensável. Outros 40% admitiram-no como necessário e, por fim, 33% consideraram o quesito dispensável.

O caminho das notas também refletiu a manifestação da opinião sobre os conteúdos, porque foram somente 13% que atribuíram a nota máxima, isto é, 6. A nota 5 obteve a preferência de 33%, enquanto a nota 4 foi assinalada por 27%. Apareceram ainda as notas 3 e 1, ambas com o mesmo índice porcentual restante.

Durante os embates acadêmicos a questão foi exposta pelo grupo de especialistas (GE) dentro dos seguintes parâmetros:

Essa pra mim seria? Motivações pra praticar uma religião? A relação direta entre uma coisa e outra, eu digo tem, mas assim. Eu demorei pra entender. É (necessário) uma pergunta muito limpa pra chegar a planejamento. Me causou um certo, sei lá. Tanta pergunta talvez mais importante pra se fazer quando se refere à parentalidade. Mas é uma percepção bem pessoal [mas eu concordo com você]. Tipo motivações. Tanta motivação que possa ter na vida que possa influenciar uma coisa e outra. É, não rolou.

Da parte do grupo de pesquisadores (GP) restou observado o seguinte: Ninguém defende o trinta e nove. Então, de repente seja até questionável o descritor.

Ato contínuo, surge nova manifestação no sentido de mudança de opinião, a saber: Eu tinha colocado que era importante, né. Agora, escutando ele, fico pensando: realmente, parece ser dispensável (GE).

O expert que deu início à questão volta a insistir no sentido de que é uma pergunta muito primária ao meu ver, assim, muito primeira. (GE)

Outra intervenção ocorreu (GE), agora ponderando a possibilidade de se manter o descritor, senão vejamos:

Mas veja: a gente não está tentando levantar esse projeto de parentalidade sobre a ótica da questão da sexualidade? Como isso eu vivo? Então, assim: pra qual significado que o ato sexual, que a sexualidade, tem a ver pra mim? Ah, pra mim, é a realização da minha vida. Pra mim é porque eu quero tá bem no meu grupo: eu posso estar com meus pares. Ou então, eu quero ser, aquela coisa assim, de afirmação da identidade: sou uma mulher desejada; sou um homem viril. Então, essa é uma coisa que é a mola mestra da minha busca aí pelo parceiro, entende? Então, acho que isso aí, pra levantar a sexualidade da pessoa, em que ela tem, pode ter alguma coisa interessante.

A resposta do especialista foi de que pode ter alguma coisa interessante, eu não duvido. A questão que a coisa interessante até o objeto de estudo eu achei muito distante. Foi isso. (GE)

A tanto, outros experts acrescentaram: Não leva, necessariamente, à parentalidade e, também, que indica a associação direta, né, entre sexo e gravidez. Sexo e reprodução. (GE)

Ocorreu uma nova intervenção do grupo de pesquisadores (GP): É, ele não faz essa vinculação. Mas eu acho que o objetivo é acatar um pouco do que a Márcia está colocando: que visão a pessoa tem da sexualidade? Motivações?

Por fim, o GE ainda trouxe a seguinte ponderação:

Anos atrás, uma socióloga francesa apresentou aqui um trabalho, uma pesquisa no nordeste, que ela mostrava as adolescentes grávidas. Então, o conceito da sociedade, que eram umas garotas sem vergonha. E, no fundo, a pesquisa mostrou que através de uma gestação elas seriam notadas, que existem, enquanto mulher. Então, a motivação delas pra terem uma criança era uma ação de presença na sociedade. [intervenção breve: caberia uma pergunta direta sobre a motivação pra se ter um filho]. Sem vergonha era a sociedade que as excluía.

Em resumo, na Etapa 2 ficou notória a sinalização de exclusão desse descritor, eis que a opção dispensável recebeu o investimento de 67% dos experts que, se acrescido de outros 27%, advindos da categoria necessário, somam 94% e, portanto, apenas um percentual mínimo foi considerado indispensável.

As notas atribuídas também desvelam um caminho de obscuridade para a manutenção desse descritor. A nota 6 teve 20% de adesão (antes 13%) e a nota 5 ficou com 53% das preferências (antes 33%). Já a nota 4 ficou com 7% (antes 27%). A nota 1 apareceu com 7% (antes 13%) e, por fim, a nota zero registrou 13% (antes zero).

Diante do que se apresentou nas duas Etapas de participação do grupo de especialistas (GE) e, ainda, após as reflexões feitas pelo grupo de pesquisadores (GP), restou firmado o entendimento sobre o descabimento da manutenção do descritor 39, também considerados de forma sistêmica os demais descritores já analisados e justificados.

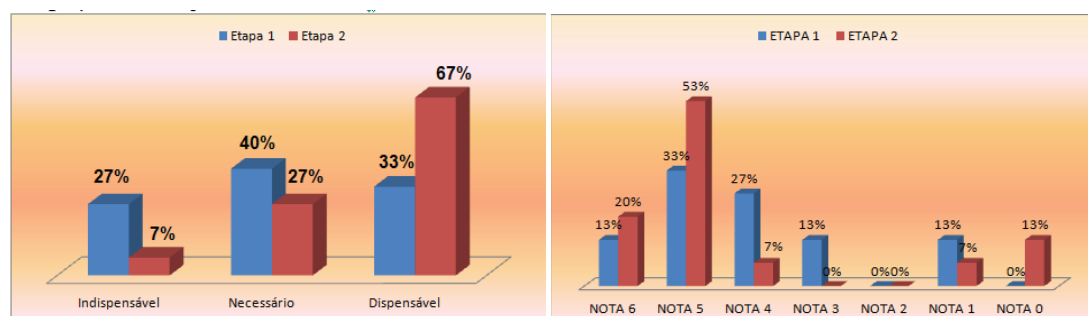


Gráfico 34 - Descritor 39 - Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença o grupo / afirmação da identidade)

O descritor 40 recebeu, durante a Etapa 1, o maior percentual na opção necessário, com 53% das preferências dos experts. Outros 20% se posicionaram na categoria indispensável e, finalmente, 27% escolheram a categoria dispensável.

Nessa Etapa inicial, apenas a nota zero não foi escolhida. A nota 6 foi alcançada por 27% das escolhas do grupo de especialistas (GE), a nota 5 ficou com 33% das preferências, as nota 4, 3 e 2 com 7% cada uma e, o percentual restante, com a nota 1.

Na Etapa 2 foi possível perceber tanto um certo temor por parte do grupo de especialistas quanto a sinalização do tamanho do desafio em relação ao tema contido no descritor.

A primeira questão que apareceu a respeito do tema surgiu como forma de indagação: como vai fazer esta pergunta? É uma questão muito 'delicada' e quem passou por isso acaba não falando. Essa é muito mais puxada. (GE)

O fato de que a pesquisa não poderia deixar a temática de lado restou apresentada nos seguintes termos:

A pesquisa não pode se eximir de fazer este apontamento, porque eu acho que você não pode perguntar se você foi abusado ou você tem alguém na sua família que foi. Mas se você sabe de casos ou conhece pessoas, não faz diretamente. Porquê, o que acontece? Os dados sobre abuso sexuais de crianças, gente, são os mais difíceis de se obter e conseguir registros inclusive destes casos nas estatísticas aí. (...) É uma informação num momento importante da gente, inclusive, cumprir o papel social de levantar isso, porque a sociedade esconde. A família esconde. E não dá mais pra esconder o que as crianças têm passado. Isto está diretamente relacionado a escolher ter um filho e depois permitir ou fazer esse tipo.

Outra especialista ponderou o seguinte: também tenho dificuldade de fazer uma amarração com o objetivo da pesquisa. (GE)

O grupo de especialistas ainda observou que se a família, se a pessoa tem um olhar sobre isso, ela tem um cuidado sobre isso na sua organização familiar. Ressaltou ainda, a respeito da existência nesses casos de um dado patológico. (GE)

Por fim, o grupo de pesquisadores concluiu: Vamos ver como a gente faz. Depois a equipe quebra a cabeça. O assunto foi levantado. A relevância, entende? (GP).



Quanto ao conteúdo do descritor, na Etapa 2, tivemos mantido o percentual para a opção indispensável, isto é, 20%. A alternativa necessário ficou com 33% (antes 53%) e, a categoria dispensável, subiu nas preferências dos experts para 47% (antes 27%).

Nesta Etapa, comparativamente com a Etapa anterior, a nota teve um decréscimo, eis que ficou no patamar de 20% (antes 20%), enquanto que a nota 5 permaneceu no mesmo índice percentual da Etapa inicial, ou seja, 33%.

Também a nota 4 aumentou, permanecendo em 20% (antes 7%). Já a nota 3 permaneceu no percentual de 7%, enquanto a nota 2 não foi assinalada pelos especialistas. Entretanto, a nota 1 recebeu assinalamento de 7% dos experts, bem como a nota zero, anteriormente não anotada, que agora ficou com 13% da preferência.

Também o descritor 40, diante do que se apresentou nas duas Etapas de participação do grupo de especialistas (GE) e, ainda, após os questionamentos analisados pelo grupo de pesquisadores (GP), foi considerado inviável, igualmente considerados sistemicamente os demais descritores já analisados e justificados.

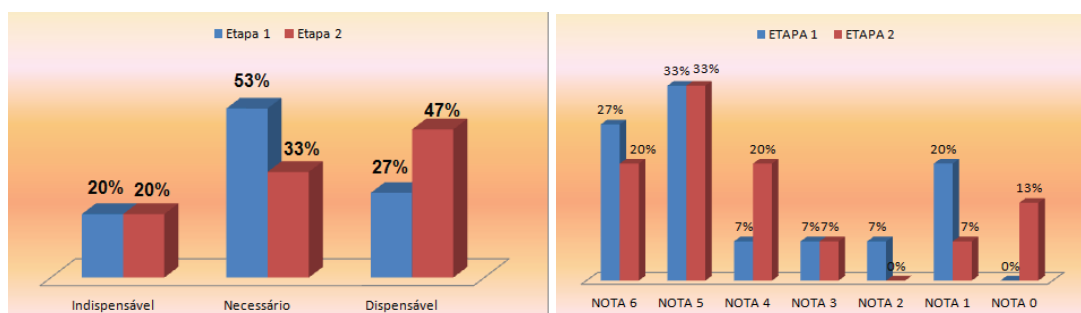


Gráfico 35 - Descritor 40 - Ocorrência de abusos sexuais de criança na família

Relembra-se que os outros descritores, anteriores (família) e posteriores (questões sociais e religiosas) ao tema da sexualidade, constam de outras três dissertações ligadas ao projeto de parentalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, destacamos que o Projeto desta dissertação é uma das quatro partes do Projeto de Pesquisa denominado Planejamento da Parentalidade no contexto da Teologia e Bioética, sob a coordenação do Professor Doutor Mário Antonio Sanches que, com pioneirismo e ousadia, propôs e dedicou-se com notória motivação e inspiração no desenvolvimento e execução de uma obra acadêmica relevante para o presente e com prospecção significativa no futuro próximo.

A parentalidade, em outras palavras, engloba o ato concreto de ser pai e ser mãe e, na perspectiva dessa pesquisa, o agir científico tem a clara intenção de buscar saber se quando a criança nasceu o casal tinha ou não um projeto de parentalidade.

E, no contexto deste trabalho, considera-se que existe um Projeto de Parentalidade quando: 1) a gravidez é planejada cuidadosamente; 2) avalia-se também as questões de riscos relacionados com a maternidade; 3) a decisão de ter filhos é compartilhada pelos parceiros; 4) as condições para cuidar dos filhos é avaliada; 5) o anúncio de uma gravidez se dá num clima de aceitação e alegria; 6) quando o parceiro acolhe a criança; 7) quando o cuidado dos filhos é preocupação constante; 8) quando a possibilidade de um aborto deliberado não é sequer considerado; e 9) quando a criança cresce sem violência.

Entretanto, na realidade, nem sempre nascem crianças como frutos de projetos de parentalidade bem definidos. Por isto, na visão dessa pesquisa, consideramos quatro perspectivas.

Por primeiro, os projetos de parentalidade explícitos, que se apresentam quando os casais refletem, planejam e decidem ter ou não filhos num determinado momento. Por segundo, os projetos de parentalidade implícitos, pois os filhos são aguardados e se inserem nas condições mais amplas do casal e nos seus projetos de vida. Por terceiro, os projetos de parentalidade *post factum* (depois do fato), quando os filhos são gerados de modo indesejado, porém os casais ou outras pessoas envolvidas acolhem, assumem a parentalidade. E, por quarto, a efetiva ausência do projeto de parentalidade, presente naquelas situações em que a

parentalidade não é desejada – onde as crianças são eliminadas por aborto e infanticídio ou crescem sendo rejeitadas sistematicamente.

Investigar as causas da presença ou ausência de projeto de parentalidade é um trabalho complexo, pois precisa contemplar uma variada gama de perspectivas, que imprime um carácter interdisciplinar obrigatório nas espécie, por isto, neste projeto, queremos investigar a questão situando a relação da parentalidade nas seguintes dimensões: 1) modelos de família, aos cuidados do mestrando Juarez Celso Krum; 2) sexualidade, sob a responsabilidade do mestrando Miguel Fernando Rigoni; 3) questões sociais, trabalhadas pela mestranda Edésia de Souza Sato; e 4) religião, conduzida pelo mestrando Renato Barbosa dos Santos.

Todavia, quando nos aproximamos do estudo das causas de presença ou ausência de 'projeto de parentalidade' deparamo-nos com uma falta de instrumentos adequados para uma análise ampla destas relações, diante da complexidade das questões envolvidas.

Diante disto, a proposta macro deste projeto é elaborar e validar um instrumento que possa futuramente ser aplicado em diferentes contextos, bem como permita uma visão mais ampla das questões que envolvem o planejamento da parentalidade.

Por via de consequência, cada uma das quatro dissertações tem como objetivo selecionar questões relevantes a respeito das dimensões propostas, denominadas neste projeto de fatores analisados, ou sejam, modelos de família, sexualidade humana, questões sociais e religião, a fim de subsidiar a elaboração de descritores para investigar o que se convencionou chamar de planejamento da parentalidade responsável.

Neste subprojeto, busca-se descobrir qual foi o impacto da visão de sexualidade do casal no planejamento da parentalidade.

Realizamos uma revisão bibliográfica sobre sexualidade humana com interfaces na Teologia e na Bioética, envolvendo tanto aspectos historiográficos no ocidente e na idade moderna quanto o reexame dos documentos da Igreja sobre o assunto. Já a Bioética foi trazida para contribuir nos debates sobre sexualidade e reprodução humana.

A primeira versão de todos os descritores, portanto englobando os quatro fatores analisados, surgiu a partir das investigações de revisão bibliográficas feitas pelo Grupo de Pesquisa, sendo de responsabilidade de cada mestrando a

verificação daquele fator que lhe competia. A seguir, tais descritores foram apresentados ao Grupo de Especialistas em duas etapas, sendo uma não presencial e outra presencial.

No caso do fator denominado 'sexualidade', tem-se os descritores de números 30 a 40, que buscam identificar a existência ou não de impacto da sexualidade na parentalidade responsável.

Os onze descritores propostos sobre sexualidade foram submetidos a duas etapas de uma técnica denominada de grupo nominal, que contou com a participação de quinze especialistas.

Os experts opinaram sobre cada um desses descritores, assinalando, dentre as três possibilidades, ditas indispensável, necessário e dispensável, a alternativa que se lhes parecia adequada e, também, puderam atribuir uma nota ao descritor, entre zero e seis.

O resultado de ambas as etapas, uma não presencial e outra presencial, implicou na revisão dos descritores propostos sobre sexualidade, restando excluídos cinco deles, inicialmente e, posteriormente, permaneceram excluídos apenas quatro, tendo em vista a reavaliação de um descritor pelos examinadores na Banca de Qualificação, eis que não apresentavam relação direta e imediata com a presença e ou ausência de um projeto de parentalidade.

Permaneceram ativos sete (7) descritores, a saber: números 30, 31, 32, 34, 35, 37 e 38, que têm as seguintes proposições:

(1/7) Descritor 30: Uso de contraceptivo antes da gravidez do primeiro / último filho;

(2/7) Descritor 31: Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em ter filho;

(3/7) Descritor 32: Decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente;

(4/7) Descritor 34: Vínculo afetivo materno / paterno do entrevistado;

(5/7) Descritor 35: Onde recebeu informações sobre sexualidade: família / escola / comunidade religiosa;

(6/7) Descritor 37: Prática sexual influenciada / adiada por possibilidade de adquirir doença; e

(7/7) Descritor 38: Idade de início de sua atividade sexual.

Os quatro descritores excluídos tinham o seguinte enunciado:

- 1) Descritor número 33: Realização pessoal / alegria em ter o filho;
- 2) Descritor número 36: Prática sexual influenciada / adiada por possibilidade de engravidar;
- 3) Descritor número 39: Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença ao grupo / afirmação da identidade); e
- 4) Descritor número 40: Ocorrência de abusos sexuais de criança na família.

Os descritores que foram validados deram origem às perguntas de um questionário piloto que será aplicado ainda na condição de testes preliminares para, numa outra fase, ser reexaminado e finalizado enquanto instrumento de pesquisa (Anexo B).

As outras três dissertações (modelos de família, questões sociais e religião), que tratam com profundidade cada tema, deverão ser consultadas para se ter a exata dimensão do Projeto de Pesquisa Planejamento da Parentalidade, tratado parcialmente neste trabalho.

Por fim, considerando o último Censo Demográfico realizado no Brasil, em 2010 (IBGE), transparece que existem relevâncias social e ética significativas na busca de identificação da presença ou ausência do projeto de parentalidade, por exemplo, nessas 51.621.903 mulheres brasileiras que tiveram 161.060.386 filhos, a fim de que a instituição e ou autoridade competente tenha subsídios para discernir quanto às formas adequadas de intervenções sociais a respeito do planejamento familiar em níveis primário, secundário e terciário.

Diante disto, infere-se que se faz imprescindível a continuidade dos estudos que permitam mapear os projetos de parentalidade, eis que a nível de Brasil não são conhecidas pesquisas que indiquem a relação entre o número de crianças que nascem dentre os diferentes tipos de projeto de parentalidade ou constatem sua ausência.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Alberto. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ANJOS, M. F. dos. **Ética e clonagem humana na questão dos paradigmas**. In: PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. de P. de (Org.). *Fundamentos da bioética*. São Paulo: Paulus, 1996.
- ARAÚJO, M. L. M. **Moral sexual: um estudo do pensamento católico e suas relações com a sociedade**. Rio de Janeiro: UGF, 1995.
- ÁRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ÁRIES, Philippe (org.). **Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BACH, J. Marcos. Identidade Sexual. In **Consciência e identidade moral**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BACH, J. Marcos. **Sentido espiritual da sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BELZER, E.G. **An historical sketch of Western man's sexual attitudes**. New Jersey: Prentice Hall, 1974.
- BENAGIANO, Giuseppe. **Reproductive strategies for human survival**. Vol 4. Suppl. 1. 72–76 Reproductive BioMedicine Online; [www.rbmonline.com/Article/174](http://www.rbmonline.com/Article/174) on web 1 August 2001.
- BEÑERAF, Luis Féder. Los orígenes de la violencia y la segunda revolución in psicoanálisis. In: SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martin. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.
- BÍBLIA de Jerusalém: nova edição, revista e ampliada. 6ª imp. São Paulo: Paulus, 2002.
- CABRAL, J. T. **Sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papyrus, 1995.
- CATONNÉ, Jean-Philippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CHARBONNEAU, Paul-Eugene. **Moral conjugal do século XX**. São Paulo: Editora Herder, 1966.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, P. F. L. **A longa história da repressão sexual**. Psicologia em Curso. Brasília, v. 8, n. 2, 1981.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS. **Sexualidade Humana**. Petrópolis: Vozes, 1996.

EGUREN, Juan A. **Paternidad responsable y valores humanos**. Valencia: 1976.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas . **A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas**. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. (Org.). Família e parentalidade: olhares da Psicologia e da História. Curitiba: Editora Juruá, 2011.

FERNANDES, João Viegas. **Saberes, Competências, Valores e Afectos: Necessários ao Bom Desenvolvimento Profissional do/a Professor/a**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: Retomando uma proposta, um desafio**. 2. ed. Londrina: Ed. UEL, 2001.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: Ed. UEL, 2006.

**FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 7 out 2007. Cotidiano. Suplemento.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Família Brasileira**. (2007).  
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/revistafamilia/inde07102007.htm>

FORD, Norman M. **A Catholic ethical approach to human reproductive technology**. Vol. 17 Suppl. 3. 2008 39-48 Reproductive BioMedicine Online; [www.rbmonline.com/Article/3311](http://www.rbmonline.com/Article/3311) on web 20 May 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, v. 1, 1977.

GREGERSEN, E. **Práticas sexuais: a história da sexualidade humana**. São Paulo: Rocca, 1982.

GRELOT, Pierre. **O casal humano na escritura**. São Paulo: Edições Paulinas, 1975.

HAERING, Bernhard. **Paternidad responsable**. Madrid: Ediciones Paulinas, 1971.

HAERING, Bernhard. **Livres e fiéis em Cristo**. Vol. II. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

HEINEMANN, Uta Ranke. **Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a igreja católica**. Tradução de: FRÓES, Paulo. 4. tir. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1999.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* sobre a função da família cristã no mundo de hoje. 21 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO PAULO II. **Libertar o coração do homem**. São Paulo: Cidade Nova, 1984.

KINSEY, Alfred et al. **Conduta sexual humana**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1954.

KOSNIK, Anthony et al. **A sexualidade humana: novos rumos do pensamento católico americano**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARSTON, Cicely & CLELAND, John. **The effects of contraception on obstetric outcomes**. Department of Reproductive Health and Research, World Health Organization, Geneva, 2004.

MASSÉ, María del Carmem. **Decisiones de pareja en el comienzo de la vida – Límites y posibilidades del principio de autonomía**. (Disertación de Máster en Bioética). U.P. Comilas: Madrid, 2008.

MASTERS, W. H. e Johnson, V. E. **A conduta sexual humana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

NUNES, C. A. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1987.

NUNES, C, SILVA, E. **A Educação Sexual da Criança**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PAULO VI. Carta Encíclica Humanae Vitae. In **Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1997.

REALE, Giovanni. **O saber dos antigos - Terapia para os tempos atuais**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RHONHEIMER, Martin. **Ética de La Procreación**. Madrid: RIALP, 2004.

SAYÃO, Yara. *Educação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: AQUINO, J. G. (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

SNOEK, Jaime. **Ensaio de ética sexual**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

SOLÍS-PONTÓN, Leticia; BECERA, Teresa Lartigue; MALDONADO-DURÁN, Martin. **La cultura de la parentalidad – antídoto contra la violencia y la barbarie**. México / Bogotá: Manual Moderno, 2006.



SUSSMAN, N. **Sex and sexuality in history**. Baltimore: Willian & Willian, 1976.

TANNAHILL, R. **Sexo na História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

USSEL, Joe Van. **Repressão Sexual**. São Paulo: Campus, 1980.

VALDIVIA, V. B. La violencia contra la mujer y los derechos sexuales y reproductivos. *Revista Derecho PUCP*, n. 61, p. 81-110, 2007.

VATICANO II. *Gaudium et Spes* - Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. 15 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

VATICANO II. *Lumen Gentium* - Constituição dogmática sobre a Igreja. 14 ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VITIELLO, Nelson. **Adolescência hoje**. *Comissão Nacional de estudo sobre a adolescência*. São Paulo: Prol, 1997.

WOOD, R. **Civilizações antigas, vida sexual**. Enciclopédia do Comportamento sexual. Rio de Janeiro: C-E, 1967.

**ANEXO A – FICHA DOS DESCRITORES**

**PROJETO DE PESQUISA: PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE NO  
CONTEXTO DA TEOLOGIA E BIOÉTICA**

Equipe de pesquisadores – Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR: Mário Antonio Sanches, Miguel Fernando Rigoni, Juarez Celso Krum, Edésia de Souza Sato, Renato Barbosa dos Santos

Obs.: Alguns descritores serão verificados separadamente em relação à gravidez do primeiro e do último filho.

- Identificar se a pessoa/sua parceira está grávida (critérios de exclusão)

**DESCRITORES DE IDENTIFICAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Identificação de Gênero</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>2</b>	<b>Número de filhos: consanguíneos / adotivos / por reprodução assistida / gravidezes múltiplas</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>3</b>	<b>Religião: pertença / grau de participação</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>4</b>	<b>Estado civil na gravidez do primeiro/último filho</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>5</b>	<b>Escolaridade na gravidez do primeiro/último filho</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>6</b>	<b>Idade em que a pessoa teve o primeiro/último filho</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		
<b>7</b>	<b>Identificação da renda familiar na gravidez do primeiro/último filho</b>							
	<p align="center"><b>Na tua opinião este descritor é</b></p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p><b>Nota</b></p> <table border="1"> <tr> <td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td> </tr> </table>	0	1	2	3	4	5
0	1	2	3	4	5	6		

<b>8</b>	<b>Identificação da situação de emprego na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>DESCRITORES QUE INDICAM PROJETO DE PARENTALIDADE</b>		
<b>9</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho fora planejada – houve clara decisão de ter o filho antes de engravidar</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>10</b>	<b>Os riscos relacionados com a maternidade fora avaliada antes da gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>11</b>	<b>As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>12</b>	<b>O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>13</b>	<b>O (a) parceiro (a) acolheu a criança na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>14</b>	<b>O cuidado do primeiro/último filho se tornou preocupação constante</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>15</b>	<b>A possibilidade de um aborto fora descartada na gravidez do primeiro/último filho</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6
<b>16</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho foi mal acolhida, mas hoje o (a) parceiro (a) acolhe a criança muito bem</b>	
	Na tua opinião este descritor é <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	Nota 0 1 2 3 4 5 6

- 17** **A gravidez do primeiro/último filho foi bem recebida, mas o (a) parceiro (a) não se preocupa mais com a criança**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 18** **Ocorrência de aborto no núcleo familiar**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- DESCRITORES QUE INDICAM MODELO DE FAMÍLIA (F)**
- 19** **A decisão de engravidar do primeiro/último filho fora compartilhada pelo (a) parceiro (a)**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 20** **Ocorrência de ajuda profissional para conseguir engravidar do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 21** **Com quem a pessoa morava quando soube da gravidez do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 22** **Um dos parceiros não queria o primeiro/último filho por já ter filho de outro relacionamento**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 23** **A pessoa assumiu a gravidez do primeiro/último filho sozinha**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 24** **Apoio da família do(a) respondente à gravidez do primeiro/último filho**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
- 25** **Influência da atividade profissional da mulher na decisão de engravidar mais tarde (adiar a primeira gravidez)**
- | Na tua opinião este descritor é        |                                     |                                      | Nota |   |   |   |   |   |   |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|------|---|---|---|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Indispensável | <input type="checkbox"/> Necessário | <input type="checkbox"/> Dispensável | 0    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

<b>26</b>	<b>Influências de terceiros (familiares, religiosos, profissionais de saúde) na decisão em ter filhos</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>27</b>	<b>Participação da pessoa na tomada de decisão na hora de conflito (aborto, doenças, doar o filho)</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>28</b>	<b>Cuidado pessoal com os filhos: acompanhamento na escola/ responsabilidade financeira/ tempo investido com os filhos/ acompanhamento religioso.</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>29</b>	<b>Decisão de a mulher engravidar relacionada com sua idade (evitar gravidez de risco)</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>DESCRITORES RELACIONADOS COM VISÃO DE SEXUALIDADE (S)</b>		
<b>30</b>	<b>Uso de contraceptivo antes da gravidez do primeiro/último filho</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>31</b>	<b>Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em ter filho</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>32</b>	<b>Decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>33</b>	<b>Realização pessoal/ alegria em ter o filho</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>
<b>34</b>	<b>Vínculo afetivo materno/paterno do entrevistado</b>	
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	<p>Nota</p> <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/>

**35** Onde recebeu informações sobre sexualidade: família/escola/comunidade religiosa

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**36** Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de engravidar

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**37** Prática sexual influenciada/adiada por possibilidade de adquirir doença

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**38** Idade de início da sua atividade sexual

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**39** Motivações para praticar o ato sexual (realização pessoal / pertença o grupo / afirmação da identidade)

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**40** Ocorrência de abusos sexuais de criança na família

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**DESCRITORES RELACIONADOS COM INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO (R)**

**41** Influência da religião na escolha ou não de método contraceptivo

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**42** Para o entrevistado a sexualidade está vinculada aos seguintes pontos: naturalidade / espiritualidade/ promiscuidade

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

**43** Os filhos são compreendidos como sinais da bênção de Deus

Na tua opinião este descritor é	Nota
<input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável	0 1 2 3 4 5 6

<b>44</b>	<b>Identificar se o uso de preservativos induz à promiscuidade</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>45</b>	<b>Filho como projeto do casamento / ou relacionamento</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>DESCRITORES RELACIONADOS COM QUESTÃO SOCIAL (QS)</b>	
<b>46</b>	<b>Um dos pais está ausente da vida do primeiro/último filho por morte ou separação</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>47</b>	<b>Participação da mulher em algum serviço de saúde tido como de planeamento familiar na gravidez do primeiro/último filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>48</b>	<b>Participação da mulher em serviço pré-natal na gravidez do primeiro/último filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>49</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho visava melhorar o relacionamento com o parceiro (a)</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>50</b>	<b>A gravidez do primeiro/último filho visava uma melhor situação social ou econômica</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>51</b>	<b>Ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em cuidar de filho</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável
<b>52</b>	<b>O acesso aos serviços de saúde (materno-infantil) fora incentivado pela família/ escola/ pela comunidade religiosa</b>
	<p>Na tua opinião este descritor é</p> <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável



- 53** **A ocorrência de violência contra a criança decorreu de situações familiares/ econômicas/droga**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |
- 54** **O filho é um peso/uma sobrecarga**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |
- 55** **Ocorrência de morte na família relacionada com parto**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |
- 56** **Ocorrência de morte de criança (antes de 5 anos) na família**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |
- 57** **Dificuldade da mulher em adquirir um emprego por ter filho**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |
- 58** **Identificação de quem exerce a chefia da família**
- | Na tua opinião este descritor é   | Nota   |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Indispensável <input type="checkbox"/> Necessário <input type="checkbox"/> Dispensável | <input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/> <input type="text" value="2"/> <input type="text" value="3"/> <input type="text" value="4"/> <input type="text" value="5"/> <input type="text" value="6"/> |

**ANEXO B – INSTRUMENTO ENCAMINHADO PARA PROJETO  
PILOTO**

## DESCRITORES – PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE

RESPOSTAS ESPECÍFICAS

## 1 - Identificação de Gênero

<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Outro
-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------------

## 58 – Quem exerce a chefia da família

<input type="checkbox"/> O homem	<input type="checkbox"/> a mulher	<input type="checkbox"/> Outro
----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------

## 3 – Religião:

Participação Religiosa	Grau de Participação
<input type="checkbox"/> Católico	<input type="checkbox"/> Não Participante
<input type="checkbox"/> Evangélico	<input type="checkbox"/> Participante
<input type="checkbox"/> Judeu	<input type="checkbox"/> Agente / Obreiro
<input type="checkbox"/> Islâmico	<input type="checkbox"/> Ministro / Ministérios
<input type="checkbox"/> Religiões Orientais	<input type="checkbox"/> Outro. Qual?
<input type="checkbox"/> Religiões Afro-brasileiras	
<input type="checkbox"/> Sem religião	
<input type="checkbox"/> Outra. Qual?	

## 4 - Estado civil na gravidez do primeiro/último filho

<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado
<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> União Estável
<input type="checkbox"/> Separado Judicialmente	<input type="checkbox"/> Divorciado

## 5 - Escolaridade na gravidez do primeiro

<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série não concluída	<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série concluída	<input type="checkbox"/> 8 <sup>a</sup> . série concluída
<input type="checkbox"/> Ensino Médio concluído	<input type="checkbox"/> Curso Superior concluído	

## na gravidez do último filho

<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série não concluída	<input type="checkbox"/> 4 <sup>a</sup> . série concluída	<input type="checkbox"/> 8 <sup>a</sup> . série concluída
<input type="checkbox"/> Ensino Médio concluído	<input type="checkbox"/> Curso Superior concluído	

## 7 - Identificação da renda familiar atual FGV)

- Classe A: Acima de R\$9.745,00  
 Classe B: de R\$7.475,00 a R\$9.745,00  
 Classe C: de R\$1.734 a R\$7.475,00  
 Classe D: de R\$1.085,00 a R\$1.734,00  
 Classe E: de R\$0,00 a de R\$1.085,00

## 8 - Identificação da situação de ocupação na gravidez do primeiro filho

<input type="checkbox"/> Empregado(a)	<input type="checkbox"/> Desempregado(a)	<input type="checkbox"/> Autônomo(a)	<input type="checkbox"/> Do lar
---------------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------

## do último filho

<input type="checkbox"/> Empregado(a)	<input type="checkbox"/> Desempregado(a)	<input type="checkbox"/> Autônomo(a)	<input type="checkbox"/> Do lar
---------------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------

## 21 - Com quem morava quando soube da gravidez do primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sozinha	<input type="checkbox"/> Com amigos	<input type="checkbox"/> Com os pais	<input type="checkbox"/> Com o(a) parceiro(a)
----------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---

## último filho

<input type="checkbox"/> Sozinha	<input type="checkbox"/> Com amigos	<input type="checkbox"/> Com os pais	<input type="checkbox"/> Com o(a) parceiro(a)
----------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	---

2 - Número de filhos.

Consanguíneos	Adotivos	Por Reprodução Assistida
<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 0
<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
<input type="checkbox"/> 5 ou mais	<input type="checkbox"/> 5 ou mais	<input type="checkbox"/> 5 ou mais

30 – Uso de contraceptivo:

<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> camisinha
<input type="checkbox"/> cirurgia	<input type="checkbox"/> pílula contínua
<input type="checkbox"/> DIU	<input type="checkbox"/> pílula do dia seguinte
<input type="checkbox"/> método natural	<input type="checkbox"/> outro método

6 - Idade em que a pessoa teve o primeiro filho

<input type="checkbox"/> Com menos de 18 anos	<input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos	<input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos
<input type="checkbox"/> Entre 36 e 50 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 50 anos	

o último filho

<input type="checkbox"/> Com menos de 18 anos	<input type="checkbox"/> Entre 18 e 25 anos	<input type="checkbox"/> Entre 26 e 35 anos
<input type="checkbox"/> Entre 36 e 50 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 50 anos	

RESPOSTA SIM OU NÃO

20 – Houve ocorrência de ajuda profissional para conseguir engravidar

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

31 – Houve separação do casal devido às dificuldades em ter filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

32 – Houve decisão de não ter filho devido à possibilidade de ter um filho doente

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

55 – Houve ocorrência de morte na família relacionada com parto

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

56 – Houve ocorrência de morte de criança (antes de 5 anos) na família

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

51 – Houve ocorrência de separação do casal devido às dificuldades em cuidar de filho:

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

22 - Um dos parceiros não queria o filho por já ter filho de outro relacionamento

Primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Último filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

23 - A pessoa assumiu a gravidez sozinha

Primeiro filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

Último filho

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

46 – Por motivo de **morte** um dos pais está ausente da vida primeiro filho

Sim  Não

Do último filho

Sim  Não

Por motivo de **separação** um dos pais está ausente da vida primeiro filho

Sim  Não

Do último filho

Sim  Não

DÊ UMA NOTA DE 0 A 4.

09 – Houve planejamento na gravidez do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

10 - Os riscos relacionados com a maternidade foram avaliados antes da gravidez:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

11 - As condições para cuidar dos filhos foram avaliadas antes da gravidez:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

12 - O anúncio da gravidez se dera num clima de aceitação e alegria:  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

13 - O (a) parceiro (a) acolheu:  
o primeiro filho

zero  1  2  3  4

o último filho

zero  1  2  3  4

15 – Chegou-se a pensar no aborto  
do primeiro filho

zero  1  2  3  4

do último filho

zero  1  2  3  4

17 – A atual preocupação do(a) parceiro (a) com:  
o primeiro filho

zero  1  2  3  4

o último filho

zero  1  2  3  4

19 – A participação do (a) parceiro (a) na decisão de engravidar:  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

24 - Apoio da família na gravidez do  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

47 - Participação da mulher em serviços de saúde sobre planejamento familiar na gravidez  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

48 - Participação da mulher no serviço pré-natal na gravidez  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

49 - A gravidez ocorreu para melhorar o relacionamento com o parceiro (a):  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

50 – A gravidez ocorreu para melhorar a situação social ou econômica:  
do primeiro filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

do último filho

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

34 – O teu vínculo com a mãe:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

com teu pai:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

35 - Recebeu informações sobre sexualidade:

De familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

da escola

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

de profissionais de saúde

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

25 - Influência da atividade profissional da mulher na decisão de engravidar mais tarde (adiar a primeira gravidez)

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

29 –Influência da idade da mulher na decisão de engravidar:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

26 - Influências na decisão em ter filhos;  
influência de familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de profissionais de saúde

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

52 –Influência no acesso aos serviços de saúde (materno-infantil):

Influência de familiares

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência da escola

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de religiosos

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

influência de campanhas públicas

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

37 –Influenciada da possibilidade de adquirir doença na prática sexual:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

41 –Influência da religião na escolha do método contraceptivo

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

44 – Influência do uso de preservativos na prática de relacionamento com mais de uma pessoa

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

57 – Influência do fato da mulher ter filho na dificuldade de se conseguir emprego

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

43 – A compreensão dos filhos como sinais da bênção de Deus:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

45 – Como se avalia a relação entre ter filhos e casamento

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

53 – Há ocorrência de violência contra a criança:

- por dificuldades de relacionamento:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

- por dificuldades econômicas:

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------

- por causa de drogas

<input type="checkbox"/> zero	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
-------------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------	----------------------------